



**NOVA VIÇOSA**  
**PODER EXECUTIVO**

## **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026**

### **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VIÇOSA (BA)**

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA PAVIMENTAÇÃO EM INTERTRAVADO COM DRENAGEM SUPERFICIAL DA AV. PROJETADA E DA RUA RIBEIRÃO, LOCALIZADAS NO DISTRITO DE POSTO DA MATA, MUNICÍPIO DE NOVA VIÇOSA-BAHIA, **CONVÊNIO Nº042/2025** (COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA-CONDER).

#### **DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

**Data:** 04/03/2026 às 09:00hs (horário de Brasília)

**Prazo:** 10 DIAS ÚTEIS (ART. 55, I, "A")

**AMPARO LEGAL:** LEI Nº 14.133/2021, LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 E DECRETO MUNICIPAL Nº 1618/2024.

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA:** CE001/2026

**MODALIDADE:** Concorrência (ART. 6º, XXXVIII)

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** Menor Preço (Art. 6º, XXXVIII, alínea "a")

**MODO DE DISPUTA:** Aberto e Fechado (ART. 56, II )

**FORMA:** Eletrônica (ART. 17, § 2º)

**PLATAFORMA:** [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)

**PREFERÊNCIA:** ME/EPP/EQUIPARADAS (SIM)



**PREFEITURA DE NOVA VIÇOSA**  
**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026**  
**(Processo Administrativo nºCE001/2026)**

Torna-se público que o **MUNICÍPIO DE NOVA VIÇOSA (BA)**, através do seu Agente de Contratação, designado pelo Decreto nº 1626 por meio do SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, sediado na Avenida Oceânica nº 2994, Bairro Abrolhos I, Nova Viçosa/BA realizará licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE**, na forma de execução direta, mediante o regime de **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21 e demais condições estabelecidas neste Edital.

**1. DO OBJETO**

O objeto da presente licitação é a contratação dos serviços de engenharia para pavimentação em intertravado com drenagem superficial da Av. Projetada e da rua Ribeirão, localizadas no Distrito de Posto da Mata, Município de Nova Viçosa/BA, **CONVÊNIO Nº042/2025** (Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia- **CONDER**), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

- 1.1. O objeto está fundamentado no Estudo Técnico Preliminar – ETP -, no Projeto Básico e no Termo Referência, ambos contantes no anexo VIII.
- 1.2. É VEDADA a subcontratação total do objeto licitado.
- 1.3. Este edital encontra-se disponível no site: (<https://www.novavicosaba.gov.br/editais>), bem como na página da Plataforma de Licitações: **www.licitanet.com.br**
- 1.4. Toda e qualquer alteração que possivelmente ocorrer neste Edital, tais como errata, adendo, suspensão ou revogação, deverá ser consultada pelos pretensos licitantes no endereço eletrônico **www.licitanet.com.br**, bem como, no site da Prefeitura Municipal de Nova Viçosa <https://www.novavicosaba.gov.br> (.).

**2. DA OBRA OU SERVIÇOS DE ENGENHARIA**

- 2.1. Está previsto neste edital de Concorrência e seus anexos, a forma como será executado e suas especificações, quantitativos, estimativa de custo, que deverá ser rigorosamente obedecido na apresentação da documentação e elaboração das propostas:
  - 2.1.1. Planilha orçamentária- anexa ao processo;
  - 2.1.2. Cronograma físico-financeiro- anexo ao processo;
  - 2.1.3. Memória descritivo- anexo ao processo;
  - 2.1.4. Planilha de composição de preços unitários do orçamento- anexo ao processo;
  - 2.1.5. ETP (estudo técnico preliminar)
  - 2.1.6. Projeto Básico e seus anexos;

2.1.7. Termo Referência.

### 3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar desta Licitação os interessados pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação, conforme disposto nos respectivos atos constitutivos, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos e que estejam com Credenciamento regular no sistema licitanet, por meio do sítio [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

3.2. Não poderá disputar a licitação ou participar da execução do contrato, direta ou indiretamente:

3.2.1. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.

3.2.2. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.

3.2.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

3.2.4. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

3.2.5. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

3.2.6. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.2.7. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º, §§ 1º e 2º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.3. Será permitida a participação de cooperativas, desde que:



3.3.1.A constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009.

3.3.2.A cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados.

3.3.3.Qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas.

3.3.4.O objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

3.4. Da participação das Microempresas (MEI e ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP):

3.4.1.Será regida pela Lei Complementar Nº 123/2006.

3.4.2.Não poderão se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto na Lei Complementar Nº 123/2006 as Microempresas (MEI e ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) que se enquadrem em qualquer das exclusões previstas no Art. 3º, §4º da mencionada lei.

3.5. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante.

#### **4. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

4.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, qualquer pessoa poderá impugnar ou solicitar esclarecimento deste Edital por irregularidade na aplicação da lei 14.133 de 2021.

4.2. A impugnação ou pedido de esclarecimento deverá ser realizado preferencialmente por forma eletrônica, através do sistema: **www.licitanet.com.br**, no local específico dentro do processo licitatório eletrônico.

4.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

4.4. Acolhida a impugnação, e esta impactar na reformulação da proposta, será definida e publicada nova data para a realização do certame, conforme art. 55, §1º, da Lei nº 14.133/21.

4.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.



- 4.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 4.7. A resposta ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, podendo o agente de contratação requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.
- 4.8. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, se houver impacto na formulação de propostas.

## **5. DO PRAZO DE EXECUÇÃO**

- 5.1. A licitante deverá executar o objeto no prazo máximo de 03 (três) meses, iniciados após a assinatura do contrato, a partir da data de emissão da 1ª Ordem de Serviço Total ou Parcial, a critério da fiscalização.

## **6. DO CREDENCIAMENTO NA PLATAFORMA**

- 6.1. O Pregão é o nível básico do registro cadastral no **www.licitanet.com.br** que permite a participação dos interessados na modalidade LICITATÓRIA PREGÃO, em sua FORMA ELETRÔNICA.
- 6.2. O cadastro deverá ser feito no Portal de Compras Públicas, no sítio **www.licitanet.com.br**.
- 6.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta licitação.
- 6.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 6.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **www.licitanet.com.br** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 6.6. As empresas participantes terão que comprovar um patrimônio líquido mínimo de até 10% do valor estimado da contratação para garantir qualificação econômico-financeira

## **7. DO LOCAL DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO**

Os serviços serão executados conforme indicado o ETP, TR e Projeto Básico deste Edital.

## **8. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA (INVERSÃO DE FASES), DA GARANTIA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

8.1. A presente licitação será realizada com **INVERSÃO DE FASES**, permitida no art. 17, §1º da Lei 14.133/2021, DEVENDO A HABILITAÇÃO DOS LICITANTES PRECEDER A FASE DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS E LANCES, EM BUSCA DA MELHOR PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS QUE COMPÕEM O OBJETO DESTE CERTAME.

8.1.1. Com base no Art. 17, § 1º da Lei 14.133/21, a realização da fase de habilitação antes das fases de apresentação das propostas e de julgamento se apresenta como uma solução vantajosa, garantindo maior eficiência e segurança jurídica à Administração Pública. Essa abordagem oferece diversas vantagens, a saber:

- 1. Redução do risco de inabilitação das empresas vencedoras:** Empresas que apresentarem as propostas mais vantajosas podem ser desclassificadas na fase de habilitação por falhas na documentação, mesmo que tenham apresentado a melhor oferta. Isso pode prejudicar a competitividade e resultar na escolha de uma proposta menos vantajosa para a Administração. A realização da habilitação previamente mitiga esse risco, pois garante que apenas empresas aptas ao cumprimento do contrato sejam consideradas na fase de análise das propostas.
- 2. Diminuição da possibilidade de contestações:** Quando a habilitação ocorre após a análise das propostas, a desclassificação de licitantes pode gerar contestações e recursos, o que atrasa o andamento do processo licitatório. Antecipando a fase de habilitação, a Administração evita que contestações prejudiciais à celeridade do processo se apresentem, garantindo um processo mais ágil e eficiente.
- 3. Prevenção da apresentação de propostas inexequíveis:** Realizando a habilitação previamente, impede-se que licitantes sem os requisitos necessários apresentem propostas inexequíveis com o intuito de atrasar o processo. A verificação antecipada das condições de habilitação assegura que somente empresas qualificadas participem da fase de análise das propostas, evitando propostas irregulares ou inviáveis.

8.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço/desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação;

8.3. O envio da documentos de habilitação, acompanhada da proposta exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha;

8.3.1 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

8.3.2 Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas



infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

8.3.3 Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

8.3.4 Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

8.3.5 Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.3.6 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.3.7 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

8.3.8 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

8.3.9 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

8.3.10 A falsidade da declaração de que trata o item acima sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

8.3.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Concorrência, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.3.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

8.3.6. Os valores da proposta de preços /desconto deverão ser cotados em moeda nacional (Real);

8.3.7. Serão obrigatoriamente apresentados, além do resumo da proposta de preços/desconto (Modelo do Anexo III), as planilhas referentes a:

8.3.8. Planilha de Composição de preço (quando for o caso).

8.3.9. Serão desclassificadas as propostas, nos termos do artigo 59, da Lei nº 14.133/2021, que:

8.3.10. Contiverem vícios insanáveis;

8.3.11. Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

8.3.12. Apresentarem preços/desconto inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;



- 8.3.13. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 8.3.14. Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável;
- 8.3.15. A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada, nos termos do §1º, do artigo 59, da Lei nº 14.133/2021.
- 8.3.16. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, nos termos do §2º, do artigo 59, da Lei nº 14.133/2021. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.
- 8.3.17. A inexequibilidade, na hipótese de que trata a cláusula 5.5.7, só será considerada após diligência do Agente de contratação, que comprove:
- 8.3.18. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 8.3.19. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço/desconto, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 8.3.20. Deverá ser juntado no momento da apresentação da proposta, nos termos do artigo 58, da Lei nº 14.133/21, a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, como requisito de pré – habilitação.

**8.4. A garantia da proposta será no valor de 1% (um por cento) do valor estimado da contratação, sendo exigido a apresentação do comprovante de pagamento da respectiva garantia, sob pena de desclassificação da proposta.**

- 8.4.1. A garantia da proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação, se for o caso.
- 8.4.2. Se recusando o licitante vencedor em assinar o contrato ou não apresentar os documentos necessários para a contratação, implicará na execução do valor integral da garantia de proposta.
- 8.4.3. A garantia da proposta poderá ser prestada nas modalidades que trata o § 1º do artigo 96 da Lei nº 14.133/2021, a saber:

- a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
- b) Caso a modalidade da garantia optada for do tipo Caução em Dinheiro, o licitante vencedor deverá dirigir-se à Tesouraria do Município a fim de obter as orientações necessárias para a efetivação da mesma;
- c) Seguro-garantia;
- d) Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;
- e) Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.
- f) Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este



último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei nº 14.133/2021.

**g)** Nos termos do artigo 98 da Lei nº 14.133/2021, como condição para assinatura do contrato, o licitante deverá apresentar garantia contratual no valor referente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato.

Em caso de a licitante optar por depósito bancário poderá efetuar em conta corrente da Administração Pública: **Banco do Brasil, BANCO 001, AGÊNCIA: 3754-0, C/C: 5461-5** e encaminhar o comprovante de depósito, de forma legível, juntamente com a proposta escrita, para fins de registro e validação, acompanhado do CNPJ da empresa e número da licitação.

8.5. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.6. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Agente de Contratações suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.7. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.8. Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de dez dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas neste item

## **9. DA REGÊNCIA LEGAL**

9.1. A presente licitação será regida pela seguinte norma: Lei Federal nº 14.133/21

9.2. Tipo/Regime:

9.3. Menor Preço Global por Lote.

9.4. Empreitada por Preço Unitário.

## **10. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

10.1. Poderão participar desta licitação qualquer pessoa jurídica legalmente estabelecida no País, que atenda às exigências deste Edital e seus Anexos, que esteja devidamente credenciada, munida de chave de identificação e de senha, cujo objeto social seja compatível com o objeto do certame e que satisfaçam as condições deste Edital, sendo vedada a participação de:

10.1.1. Que não atendam às condições deste Edital e seus anexos;

10.1.2. Que se enquadrem nas vedações previstas no Art. 14 da Lei nº 14.133/21;



10.1.3. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

10.1.4. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

10.1.5 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPI), atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

10.1.6 Nos termos do Art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

a) detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou

b) de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

10.2. Não será permitida a participação de pessoa física nesta licitação, exceto na condição de observador;

10.4 Que seja prestada garantia de manutenção da proposta, nos termos do Art. 58 da Lei nº 14.133/21, correspondente a 1% do valor estimado da licitação:

**10.4.1. O valor estimado para o presente lote é de R\$ 2.072.526,88(dois milhões, setenta e dois mil, quinhentos e vinte seis reais e oitenta e oito centavos), ou seja, contratação de empresa especializada para execução de obra de pavimentação em intertravado com drenagem superficial da Av. Projetada e da Rua Ribeirão, localizadas no Distrito de Posto da Mata, Município de Nova Viçosa-Bahia, CONVÊNIO Nº042/2025(Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia- CONDER).**

10.5 O documento comprobatório deste item deverá ser incluso junto à Proposta de Preços.

10.6 São modalidades da garantia mencionada no subitem anterior:

a) Caução em dinheiro, em títulos da dívida pública da União ou fidejussória

b) Seguro-garantia

c) Fiança bancária





10.7 A garantia de manutenção de proposta, quando não recolhida em moeda corrente nacional, mas em qualquer outra das modalidades previstas anteriormente, terá o prazo de validade de até 90 (noventa) dias, contado da data de entrega dos Documentos de Habilitação e Propostas de Preços.

10.8 A garantia de manutenção de proposta será liberada em até 10 (dez) dias úteis, nos termos do § 2º, Art. 58, Lei nº 14.133/21, contados da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

## **11. DAS MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

11.1. A obtenção de benefícios dos Art. 42 a 49, da Lei Complementar nº 123/06, fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o órgão ou entidade exigir do licitante declaração de observância desse limite na licitação, conforme Anexo XII deste edital

## **12. DA PARTICIPAÇÃO EM FORMA DE CONSÓRCIO**

12.1. Será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas em consórcio, conforme preceitua o Art. 15 da Lei Federal nº 14.133/21.

12.2. Para fins de habilitação, deverá ser apresentado o compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, atendidas as condições previstas na Lei Federal nº 14.133/21 e aquelas estabelecidas neste Edital.

12.3. As pessoas jurídicas que participarem organizadas em consórcio deverão apresentar, além dos demais documentos exigidos neste Edital, Compromisso de Constituição do Consórcio, por escritura pública ou documento particular registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos, discriminando a empresa líder, estabelecendo responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados pelo consórcio.

12.4. O prazo de duração do consórcio deve, no mínimo, coincidir com o prazo de conclusão do objeto licitatório, até sua aceitação definitiva.

12.5. Os consorciados deverão comprometer-se a apresentar, antes da assinatura do contrato decorrente desta licitação, o Instrumento de Constituição e o registro do Consórcio, aprovado



por quem tenha competência em cada uma das licitantes que o integram. O Contrato de consórcio deverá observar, além dos dispositivos legais e cláusula de responsabilidade solidária, as cláusulas deste Edital.

12.6. Cada um dos membros do consórcio deverá comprovar, individualmente, os requisitos de habilitação, notadamente as exigências de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, e apresentar as declarações exigidas no edital.

12.7. Cada consorciado deverá atender individualmente às exigências de qualificação econômico-financeira, salvo a comprovação de patrimônio líquido mínimo, que poderá ser atendida pelo somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação.

### **13. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

13.1 A participação no certame ocorrerá mediante utilização da chave de identificação e de senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento da sua Proposta de Preços, no seu valor total;

13.2 Após a divulgação do Edital, os licitantes deverão encaminhar Proposta de Preços inicial com o valor (em Reais) ou, até a data e hora marcadas para a abertura da sessão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico da **www.licitanet.com.br** quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de acolhimento de propostas;

13.3 A licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances dados durante a sessão pública;

13.4 Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a Sessão Pública da concorrência eletrônica, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão;

13.5 Nas propostas, serão considerados obrigatoriamente:

- a) Preço unitário de cada item, objeto licitado, de acordo com os preços praticados no mercado, conforme estabelece o Art. 12, II, da Lei Federal nº 14.133/21 em moeda corrente nacional, em algarismo com no máximo duas casas decimais;
- b) Inclusão de todas as despesas que influem nos custos, tais como: transporte, seguro e frete, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), obrigações sociais, trabalhistas, encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os ônus diretos e indiretos;
- c) Prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar da data da Sessão Pública desta licitação.

13.6 A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do proponente das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos;

13.7 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as exigências do presente edital e seus anexos, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis;

13.8 Qualquer elemento que possa identificar a Licitante importará na desclassificação da sua proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital;

13.9 No momento do envio da Proposta, a Licitante deverá declarar, por meio do sistema eletrônico, em campo específico, as seguintes **declarações**:

13.9.1. Que está ciente das condições do Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos por ele e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório;

13.9.2. De que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação na presente licitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

13.9.3. Para fins do disposto no inciso VI do Art. 68 da Lei nº 14.133/21, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do Art. 7º da Constituição Federal;

13.9.4. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observado o disposto nos incisos III e IV do Art. 1º e no inciso III, do Art. 5º da Constituição Federal;

13.9.5. Que a proposta apresentada para esta licitação foi elaborada de maneira independente.

13.10. As declarações mencionadas nos subitens anteriores serão visualizadas pelo Agente de Contratação na fase de habilitação, quando serão impressas e anexadas aos autos do processo, não havendo necessidade de envio por meio de e-mail ou outra forma;

13.11. Exigir-se-á, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (ANEXO VII);

12.12. Nos casos de emissão de declaração falsa, a empresa Licitante estará sujeita à tipificação no crime de falsidade ideológica, prevista no Art. 299 do Código Penal, bem como nos crimes previstos nos artigos 337-E e seguintes da Lei nº 14.133/21.

#### **14. DA FASE DE DISPUTA DE LANCES E NEGOCIAÇÃO**

14.1 A partir do horário previsto no quadro resumo, o Agente de Contratação realizará a abertura e posterior julgamento das propostas preliminares apresentadas pelos licitantes interessados.





14.2 O Agente de Contratação da Comissão de Contratação verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

14.3 O Agente de Contratação fará a desclassificação das propostas, antes do início da fase competitiva, apresentadas em valor superior ao preço referencial.

14.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo Agente de Contratação, segundo a ordem de classificação provisória.

14.5. Somente as propostas classificadas participarão da etapa de envio de lances.

14.6. Assim como as propostas de preços, os lances serão ofertados pelo **MENOR VALOR GLOBAL POR LOTE**.

14.7. Aberta a etapa competitiva, as Licitantes classificadas poderão encaminhar lances públicos, sucessivos e com menor preço, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e percentual consignado no registro de cada lance.

14.8. Durante o transcurso da sessão, as Licitantes terão informações, em tempo real, do valor de menor preço registrado, mantendo-se em sigilo a identificação do ofertante.

14.9. Não poderá haver desistência dos lances ofertados após a abertura da sessão, sujeitando-se a Licitante desistente às sanções previstas neste Edital.

14.10. O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

14.11. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

14.12. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

14.13. Durante a fase de lances, o Agente de Contratação poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

13.14. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, será de R\$ 100,00 (cem reais).

14.15. Será adotado, para o envio de lances na concorrência eletrônica, o seguinte modo de disputa: **ABERTO E FECHADO**, nos termos do Art. 56 da Lei Federal nº 14.133/21.

14.16. No modo de disputa aberto, a etapa de envio de lances na sessão pública durará 15 (quinze) minutos e, após o decurso deste tempo, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

14.17. Encerrado o prazo de que trata o subitem anterior, o sistema abrirá a ofertas com valores até 5 (cinco) por cento superiores àquela possam ofertar um lance oportunidade para que o autor



da oferta de valor mais baixo e os autores das final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

14.18. Encerrados os prazos estabelecidos anteriormente, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

14.19. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o Agente de Contratação no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

14.20. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

14.21. Na hipótese de a proposta vencedora não ser aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda plenamente aos requisitos deste Edital.

14.22. Após realizadas as análises prescritas nos subitens anteriores, o Agente de Contratação realizará a declaração do vencedor respectivo via sistema.

14.23. Havendo empate entre duas ou mais propostas, o desempate far-se-á, sem prejuízo ao disposto no Art. 44 da Lei Complementar n.º 123/2006, através dos seguintes critérios:

I. Disputa final, em que os Licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

II. Avaliação do desempenho contratual prévio dos Licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações;

III. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

IV. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

14.24. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

I - empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

II - empresas brasileiras;

III - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

## **15. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**

15.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço/desconto em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

15.2. Para o julgamento das propostas, o agente de contratação poderá utilizar-se de assessoramento técnico específico na área de competência cabível, através de parecer que integrará o processo.

15.3. Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

15.4. Nos itens para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes do Agente de Contratação passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

## **16. DA HABILITAÇÃO**

Para que seja declarada Habilitada neste certame, a licitante deverá apresentar, cumulativamente, os seguintes documentos:

### **16.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA (Art. 62, I, Lei Federal nº 14.133/21)**

16.1.1 Registro Comercial, no caso de empresa individual;

16.1.2 Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, e alterações subsequentes, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

16.1.2.1 Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

16.1.2.2. Arquivamento na Junta Comercial da publicação oficial das Atas de Assembleias Gerais, que tenham aprovado ou alterado os estatutos em vigor, no caso de sociedades por ações, bem como Ata da Assembleia da última eleição de Diretoria.

16.1.3 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

### **16.2 HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA (Art. 62, III, Lei Federal nº 14.133/21)**

16.2.1 Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

16.2.2 Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação;



16.2.3 Certificado de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com prazo de validade em vigor;

16.2.4 Prova de inexistência de Débitos Trabalhistas, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

16.2.5 Regularidade para com a Fazenda Nacional e situação de regularidade perante a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, que deverão ser comprovadas mediante a apresentação da Certidão Conjunta de Débitos, relativos a Tributos Federais, à Dívida Ativa da União e à Seguridade Social (CND);

16.2.6 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual onde for sediada a empresa, mediante Certidão Negativa de Tributos Estaduais ou Certidão Positiva com efeito negativo, expedida pela Fazenda Estadual ou Certidão de Não Contribuinte;

16.2.7 Prova de regularidade com a Fazenda Pública Municipal da sede da licitante, mediante Certidão Negativa de Tributos Municipais ou Certidão Positiva com efeito negativo, expedida pela Fazenda Municipal da sede da licitante.

### **16.3 HABILITAÇÃO ECONOMICO-FINANCEIRA (Art. 62, IV, Lei Federal nº 14.133/21)**

16.3.1 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor ou, se for o caso, Certidão de Recuperação Judicial, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão de no máximo 30 (trinta) dias anteriores à data da abertura da sessão, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria certidão;

16.3.2 Balanço Patrimonial, já exigível e apresentado na forma da lei, com demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, vedada a sua substituição por balancete ou balanços provisórios;

16.3.2.1 No caso de sociedade anônima e de outras empresas obrigadas à publicação de balanço, deverá ser apresentada a cópia da publicação, na imprensa oficial, do Balanço e das Demonstrações Contábeis, além da ata de aprovação devidamente registrada na Junta Comercial;

16.3.2.2 Quando não houver a obrigatoriedade de publicação do Balanço e das Demonstrações Contábeis, deverão ser apresentadas cópias legíveis dessas peças, bem como dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário, registrado na Junta Comercial ou noutro órgão competente;

16.3.2.3 No caso de Livro Diário expedido através do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, deverá ser apresentado além do Balanço e das Demonstrações Contábeis, registrado no órgão competente, o termo de abertura e de encerramento do Livro Diário e o Recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital emitido pelo referido sistema;

16.3.2.4 Consideram-se “já exigíveis” as Demonstrações Contábeis e o Balanço Patrimonial referentes ao exercício social imediatamente antecedente ao ano da licitação, quando a data de apresentação dos documentos de habilitação ocorrer a partir de 01 de maio (art.1.078, I, do



Código Civil), mesmo no caso de licitantes obrigados ao SPED, devendo ser desconsiderado prazo superior para transmissão das peças contábeis digitais estabelecido por atos normativos que disciplinam o citado SPED (conforme entendimento do TCU, Acórdãos 1999/2014 e 119/2016, ambos do Plenário);

16.3.2.5 A licitante que, de acordo com a legislação, não tenha apurado as demonstrações contábeis referentes ao seu primeiro exercício social, deverá apresentar balanço de abertura, levantado na data de sua constituição, conforme os requisitos de legislação societária e comercial.

16.3.3 Para ser habilitado o Licitante deverá alcançar o Índice de Liquidez Geral (ILG), o Índice de Solvência Geral (ISG) e o Índice de Liquidez Corrente (ILC) igual ou maior do que 1,00 (um), apurados a partir dos dados expressos no Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis, pelas fórmulas seguintes:

$$ILG = \frac{ATIVO\ CIRCULANTE\ (AC) + REALIZÁVEL\ A\ LONGO\ PRAZO\ (RLP)}{PASSIVO\ CIRCULANTE\ (PC) + PASSIVO\ NÃO\ CIRCULANTE\ (PNC)}$$

$$ISG = \frac{ATIVO\ TOTAL\ (AT)}{PASSIVO\ CIRCULANTE\ (PC) + PASSIVO\ NÃO\ CIRCULANTE\ (PNC)}$$
$$ILC = \frac{ATIVO\ CIRCULANTE\ (AC)}{PASSIVO\ CIRCULANTE\ (PC)}$$

16.3.4 Junto com a comprovação dos índices acima referidos, as licitantes deverão comprovar patrimônio líquido mínimo na ordem de 10% do valor estimado da contratação, na forma do § 4º do Art. 69, da Lei Federal nº 14.133/21;

16.3.5 Em se tratando de consórcio, fica estabelecido um acréscimo de 30% (trinta por cento) dos valores de patrimônio líquido exigidos para o licitante individual, admitindo-se, porém, o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação na constituição do consórcio, calculado pela seguinte fórmula:

$$PLCCONS = PLC \times PARTC$$

Onde:

PLCCONS = Patrimônio líquido do consorciado, considerado na soma do patrimônio líquido do consórcio;

PLC = Patrimônio líquido do consorciado;

PARTC = Participação do consorciado no consórcio.

16.3.6 Caso a licitante se encontre em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser apresentada, por meio da documentação apropriada, a sentença homologatória do plano de recuperação judicial, além do cumprimento dos demais requisitos de habilitação constantes neste Edital.

#### **16.4 HABILITAÇÃO TÉCNICA**

Para a qualificação técnica da Licitante, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

16.4.1 Registro/Inscrição da Licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA da região da sede da Licitante. Comprovando assim atividade relacionada com o objeto desta licitação e observada a necessidade de indicação do respectivo responsável técnico devidamente habilitado para o desempenho de tais serviços, nos termos do inciso V, do Art. 67 da Lei Federal nº 14.133/21;

16.4.2 No caso de a Licitante ou o responsável técnico não serem registrados ou inscritos no CREA do Estado da Bahia, deverão ser providenciados os respectivos vistos deste órgão por ocasião de assinatura de contrato;

16.4.3 Indicação de responsável técnico pela execução do objeto desta licitação, bem como das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a sua realização, assim como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, nos termos do inciso III, do Art. 67 da Lei Federal nº 14.133/21;

16.4.3.1 Para cumprimento do subitem anterior será exigido Termo de Anuência, devidamente assinado pelos profissionais comprometidos com a Licitante, somados dos seus respectivos currículos profissionais (ANEXO II).

16.4.3 Comprovação de que a Licitante executou/prestou, sem restrição, serviço/obra de características semelhantes aos indicados neste Edital, que demonstre capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior. A comprovação será feita por meio de apresentação de no mínimo 1 (um) atestado que comprove a execução de cada um dos itens considerados de maior relevância, conforme tabela abaixo;

16.4.4 No caso de comprovação da capacidade técnico-operacional por meio de Certidão de Acervo Técnico, deverá estar expresso em referido documento que o profissional que a detém estava à época da execução da obra/serviço vinculado à Licitante;

16.4.5 Não serão aceitos atestados e/ou certidões de acervos parciais, referentes a obras e/ou serviços como contratos rescindidos unilateralmente, exceto nos casos previstos nos incisos V, VI,



VII e VIII do Art. 137 da Lei 14.133/21, devendo, nestes casos, o atestado estar acompanhado do termo de rescisão contratual;

16.4.6 A título de capacidade técnica-profissional, serão exigidos os seguintes documentos:

- a) Registro ou Inscrição do responsável técnico indicado no Conselho Regional de Engenharia, Agronomia e Arquitetura (CREA) da região a que estiver vinculado;
- b) Comprovação de capacidade técnica operacional e aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da Licitação, mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, em nome da empresa licitante, onde contemple os serviços apresentados na planilha abaixo com as quantidades compatíveis ao mínimo exigido.

Item na Planilha	Descrição do Serviço (Simplificada)	Unid.	Qtd. Total
2.4.1	Execução de pavimentação de ruas em Piso intertravado mínimo 8cm de espessura	M <sup>2</sup>	6.820,00
2.5.1	Instalação de Meio Fio 100X15X13X30 CM	M	1.765,00
2.2.1	Regularização e Compactação de Sub-Leito	M <sup>2</sup>	6.820,00
2.5.6	Aterro manual de Valas	M <sup>3</sup>	264,00

b.1) Os atestados mencionados na alínea 'b' deverão estar acompanhados das Anotações de Responsabilidade Técnicas (ART) em nome do profissional vinculado a empresa onde conste o nome da licitante como executora.

c) Comprovação da capacidade técnico profissional da empresa licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado devidamente certificados pelo CREA ou CAU, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão de Acervo Técnico – CAT, e que se refiram a contratos concluídos, cujas parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo são as seguintes:

Item na Planilha	Descrição do Serviço (Simplificada)	Unid.
2.4.1	Execução de pavimentação de ruas em Piso intertravado mínimo 8cm de espessura	M <sup>2</sup>
2.5.1	Instalação de Meio Fio 100X15X13X30 CM	M
2.2.1	Regularização e Compactação de Sub-Leito	M <sup>2</sup>



Item na Planilha	Descrição do Serviço (Simplificada)	Unid.
2.5.6	Aterro manual de Valas	M <sup>3</sup>

c.1. Os atestados deverão ser apresentados constando as seguintes informações da emitente: papel timbrado, CNPJ, endereço, telefone, data de emissão, nome e cargo/função de quem assina o documento, bem como conter objeto, atividades desenvolvidas, período da contratação e acompanhado de sua ART – Anotação de Responsabilidade Técnica.

c.2. Não serão aceitos atestados emitidos por empresas do mesmo grupo empresarial da licitante ou pela própria Concorrente e/ou emitidos por empresas das quais participem sócios ou diretores da Concorrente

16.4.6.2 O(s) profissional (is) indicado(s) pela Licitante para fins de comprovação da capacidade técnico-profissional deverão pertencer ao quadro permanente do Licitante. Entende-se como pertencente ao quadro permanente: A equipe técnica mínima deverá ser composta por: **01 Engenheiro Civil, e 01 engenheiro ou técnico de segurança no trabalho.**

16.4.6.2.1. Sócio: Contrato Social devidamente registrado no órgão competente;

16.4.6.2.2 Diretor: Cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;

16.4.6.2.3 Empregado: cópia atualizada da Carteira de Trabalho e Previdência Social –CTPS ou Contrato de Trabalho em vigor;

16.4.6.2.4 Responsável Técnico: cópia da Certidão expedida pelo Conselho de Classe competente da Sede ou Filial da Licitante onde consta o registro do profissional como Responsável Técnico, ou a apresentação de um dos seguintes documentos:

16.4.6.2.4.1 Ficha de registro do empregado (RE), devidamente registrada no Ministério do Trabalho; ou Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), em nome do profissional; ou Contrato Social ou último aditivo se houver; ou Contrato de prestação de serviço futuro, sem vínculo empregatício;

16.4.6.2.4.2 Profissional contratado: contrato de prestação de serviço ou contrato de prestação de serviço futuro. O contrato de prestação de serviços que se refira à obrigação futura do profissional em responder tecnicamente pela licitante deverá especificar sua vinculação à execução integral da obra/serviço objeto desta licitação.

16.4.6.2.5 O profissional indicado pela Licitante para fins de comprovação da capacidade técnico-profissional deverá acompanhar a execução dos serviços, admitindo-se sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovado pelo gestor do contrato

e ratificada pelo seu superior. Para essa substituição, a qualificação técnica do profissional substituto deverá atender as mesmas exigências deste Edital;

16.4.6.2.6 No caso de duas ou mais licitantes indicarem um mesmo profissional como responsável técnico todas serão inabilitadas;

16.4.6.2.7 Comprovação de que a licitante realizou a visita técnica e tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

16.4.6.2.7.1 A visita técnica deverá ser realizada através de profissional qualificado, integrante do quadro permanente da empresa licitante até o terceiro dia útil anterior a data de abertura da Sessão Pública;

16.4.6.2.7.2 A referida visita deverá ser agendada previamente junto a Secretaria de Infraestrutura, pelo telefone: (73) 3289-2210, cujo atestado emitido pela Prefeitura deverá constar da documentação de habilitação;

16.4.6.2.7.3 Todos os custos associados à visita e à inspeção serão de inteira responsabilidade da Licitante. Procedida a visita técnica, o setor competente da prefeitura fornecerá declaração ou atestado de visita técnica do local onde serão executadas as obras/serviços;

16.4.6.2.7.4 O atestado da visita técnica poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, cumulativamente, que conhece as condições locais para execução do objeto e que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante (ANEXO VIII).

## **17. DO RECURSO ADMINISTRATIVO**

A Licitante terá o prazo de 3 (três) dias úteis para interpor recurso, no mesmo sítio onde acontecerá a Sessão Pública: **www.licitanet.com.br**, nos termos do Art. 165, I da Lei Federal nº 14.133/21, em face de:

- a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- b) julgamento das propostas;
- c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- d) anulação ou revogação da licitação.

17.1 A intenção de recorrer quanto ao disposto na alínea “b” do subitem anterior, deverá ser manifestada imediatamente no encerramento da sessão pública de recebimento das propostas, sob pena de preclusão, sendo concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais, a contar do momento da manifestação da licitante de sua irrisignação, devendo indicar o item do Edital que será objeto do recurso;



17.2 Quanto ao prazo para a interposição dos recursos referente aos dispostos nas alíneas “a”, “c” e “d”, será computado a contar da data de intimação da decisão que se fará por publicação no sítio eletrônico oficial do município: <https://www.novaviciosa.ba.gov.br/site/diariooficial> para apresentação das razões recursais, sendo concedido para tanto o prazo de 03 (três) dias úteis;

17.3 O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso, qual seja, 3 (três) dias úteis, e terá início na data da divulgação do ato recorrido no portal da Sessão Pública, consoante o § 4º do Art. 165 da Lei Federal nº 14.133/21;

17.4 Será assegurada aos Licitantes vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

## **18. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

18.1 Constatada a regularidade dos atos praticados e decididos os recursos eventualmente interpostos, a autoridade competente adjudicará o objeto da licitação à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório, nos termos do inciso IV, do Art. 71 da Lei Federal nº 14.133/21.

## **19. DA CONTRATAÇÃO**

19.1 Uma vez homologado o resultado da licitação pela autoridade competente, será a licitante vencedora convocada, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, para assinatura do contrato ou para retirada de instrumento equivalente, ciente de que deverá comparecer no endereço informado, podendo, na impossibilidade de comparecimento do seu representante legal, enviar mandatário munido de respectiva procuração;

19.2 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da Adjudicatária e aceita pela Administração.

19.3 Deixando a Adjudicatária de assinar o Contrato ou de retirar o instrumento equivalente no prazo assinalado, poderá o Agente de Contratação, independentemente da aplicação das sanções administrativas à faltosa, examinar as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes por ordem de classificação, e assim, sucessivamente, observado o direito de preferência para as microempresas e empresas de pequeno porte, até a apuração de uma que atenda ao contido neste Edital, sendo tal licitante então declarada vencedora;

19.4 A Adjudicatária deverá comprovar, no momento da assinatura do Contrato ou da retirada do instrumento equivalente, a manutenção das condições demonstradas para habilitação, nos termos deste Edital;

19.5 A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir, no todo, o objeto do contrato, a terceiros, sob pena de rescisão.

19.5.1 A subcontratação parcial do objeto, poderá ser autorizada pela fiscalização do contrato, quando devidamente motivada pela contratada, até o limite máximo de 30% (trinta por cento) do

objeto, sendo vedada a subcontratação das parcelas de maior relevância e valor significativo submetidas a prova de capacidade técnica, assim definidas no instrumento convocatório;

19.5.2 A subcontratação que trata o subitem anterior deverá observar as normas previstas no Art. 122 da Lei Federal nº 14.133/21.

19.6 O prazo de vigência (ANEXO IX) será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato;

19.7 Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:

19.7.1 O contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

19.7.2 a Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

## **20. DA GARANTIA CONTRATUAL**

20.1 Deverá ser prestada garantia financeira, antes da lavratura do termo contratual, no valor de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, que será prestada mediante depósito no Tesouro Municipal, com memorando a ser retirado na unidade contratante para este fim;

20.2 A garantia contratual será prestada nas modalidades previstas no artigo 96, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/21;

16.3 Sempre que o valor contratual for aumentado ou o contrato tiver sua vigência prorrogada, a contratada será convocada a reforçar a garantia, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, de forma a que corresponda sempre a mesma percentagem estabelecida;

20.4 O não cumprimento do disposto na cláusula supra, ensejará aplicação de penalidade;

20.5 A garantia exigida pela Administração poderá ser utilizada para satisfazer débitos decorrentes da execução do contrato e/ou de multas aplicadas à empresa contratada.

## **21. DA FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DA OBRA**

21.1 A obra será recebida:

21.1.1 Provisoriamente, quando a Contratada comunicar a Contratante que a obra se encontra em condições de recebimento provisório pela Comissão de Fiscalização e Acompanhamento do Contrato. A partir da comunicação, a Contratante terá o prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados dessa comunicação, para imitir-se na posse da obra;

21.1.2 Definitivamente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados após o recebimento provisório, a Contratante realizará o recebimento definitivo, que ocorrerá somente se a obra estiver conforme quantidade solicitada e em conformidade com as especificações do presente Memorial Descritivo;

21.1.3 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

21.1.4 O recebimento provisório ou definitivo da obra não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do Contrato;

21.1.5 Se a Contratante constatar, tanto no recebimento provisório como no definitivo, que a obra realizada não corresponde ao exigido no presente Memorial Descritivo, a Contratada deverá providenciar o(s) ajustes(s) na obra no prazo fixado pela Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato, visando ao atendimento total das especificações deste Memorial Descritivo, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no Contrato, no Edital, da Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores e no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078/90).

## **22. DO PAGAMENTO**

22.1 O pagamento será efetivamente realizado após a aprovação do boletim de medição pela CEF, nos termos do contrato de convênio que lastreia esta licitação;

22.2 É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada neste Edital, em especial a cobrança bancária, mediante boleto ou mesmo o protesto de título, sob pena de aplicação das sanções previstas no edital e indenização pelos danos decorrentes;

22.3 A Nota Fiscal/Fatura será emitida pela Contratada de acordo com os seguintes procedimentos:

22.3.1 Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a contratada apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada;

22.3.2 Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade;

22.3.3 Se a contratada vier a adiantar a execução dos serviços, em relação à previsão original constante no Cronograma Físico-Financeiro, poderá apresentar a medição prévia correspondente, ficando a cargo de a contratante aprovar a quitação antecipada do valor respectivo;

22.3.4 A Contratante terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data da apresentação da medição, para aprovar ou rejeitar, no todo ou em parte, a medição prévia relatada pela Contratada, bem como para avaliar a conformidade dos serviços executados.

22.4 A aprovação da medição prévia apresentada pela Contratada não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados;

22.5 Após a aprovação, a contratada emitirá Nota Fiscal/Fatura no valor da medição definitiva aprovada, obrigatoriamente acompanhada da planilha de medição, com detalhamento dos serviços executados, e de memória de cálculo detalhada;

22.6 A liberação do pagamento da medição inicial ficará vinculada à entrega da:



- a) Vistoria Cautelar;
- b) ART;
- c) Apresentação da documentação de segurança;
- d) A liberação do pagamento da medição final ficará vinculada a apresentação e entrega completa dos projetos "AS BUILT".

22.7 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

22.8 Sobre o valor devido ao contratado, a Administração efetuará a retenção do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição para o PIS/Pasep, conforme disposto na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 1.234/12;

22.9 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

22.10 A Administração deduzirá do montante a ser pago os valores correspondentes às multas e/ou indenizações devidas pelo contratado;

22.11 O desconto de qualquer valor no pagamento devido ao contratado será precedido de processo administrativo em que será garantido à empresa o contraditório e a ampla defesa, com os recursos e meios que lhes são inerentes;

22.12 O dever de pagamento das obrigações patronais deve recair exclusivamente sobre a Contratada.

### **23. DAS PENALIDADES**

23.1 A esta licitação são aplicáveis as sanções e procedimentos previstos no Título IV, Capítulo I da Lei Federal nº 14.133/21;

23.2 As penalidades só deixarão de ser aplicadas nas seguintes hipóteses:

23.2.1 Comprovação, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento da obrigação;

23.2.2 Manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis exclusivamente à Administração.



23.3 As penalidades poderão ainda ser aplicadas em outras hipóteses, previstas na Minuta do Contrato (ANEXO IX);

23.4 As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras, quando cabíveis;

23.5 Das decisões de aplicação de penalidade caberão recurso administrativo, nos termos dos Art. 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/21, observados os prazos nele fixados, que deverá ser dirigido à autoridade competente.

## **24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

24.1 Os pedidos de vistas acerca desta licitação, feitos pelos participantes do processo, deverão ser realizados pelo seguinte e-mail: [licitacaonovavicosas2022@gmail.com](mailto:licitacaonovavicosas2022@gmail.com);

24.2 É facultado ao Agente de Contratação ou à autoridade superior, em qualquer fase desta licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, nos termos do art. 64, da Lei nº 14.133/21;

24.3 Havendo a necessidade de envio de documentos complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o proponente será convocado a encaminhá-los, via sistema, sob pena de desclassificação/inabilitação, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, conforme estabelecido pelo Agente de Contratação no momento da convocação;

24.4 A norma disciplinadora desta licitação será sempre interpretada em favor da ampliação da disputa entre os participantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação;

24.5 O proponente que vier a ser contratado ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões sobre o valor inicial do contrato que se fizerem necessários, por conveniência do Contratante, dentro do limite permitido pelo art 125 da Lei nº 14.133/21;

24.6 A participação na presente licitação implicará na aceitação integral e irretratável dos termos deste Edital, seus anexos, bem como a observância dos regulamentos administrativos;

24.7 Todas as informações/alterações relativas ao presente certame serão postadas nos endereços eletrônicos: [licitacaonovavicosas2022@gmail.com](mailto:licitacaonovavicosas2022@gmail.com) e [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), sendo de exclusiva responsabilidade do interessado o seu acompanhamento;

24.8 A revogação ou anulação da licitação observará os procedimentos e normas previstas no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/21.

## **25. DOS ANEXOS**

ANEXO I – Modelo de Proposta de Preços

ANEXO II – Modelo Termo de Compromisso Responsável Técnico

ANEXO III – Modelo de Declaração prevista pelo § 1º do Art. 63 da Lei Federal nº 14.133/21

ANEXO IV – Modelo de declaração de não realização de visita técnica



**NOVA VIÇOSA**  
**PODER EXECUTIVO**

ANEXO V – Modelo de declaração de atendimento ao Art. 116, da Lei Federal nº 14.133/2021

ANEXO VI – Minuta do Contrato

ANEXO VII – Estudo Técnico Preliminar;

ANEXO VIII – Termos de Referência;

ANEXO IX – Projeto Básico / Memorial Descritivo / Croqui/ Planilha Orçamentária/ Cronograma Físico-Financeiro/BDI.

NOVA VIÇOSA (BA), 06 de fevereiro de 2026.

**Jhones Felix dos Santos**  
**Diretor do Departamento de Licitação**  
**Decreto 2340/2025**







**ANEXO I**

**MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

**À Prefeitura Municipal de Nova Viçosa/Ba**

**Ref.: Concorrência Eletrônica nº CE001/2026**

**Processo Administrativo nº CEOO1/2026**

Prezados,

Encaminhamos nossa proposta para a Contratação dos serviços de engenharia para pavimentação em intertravado com drenagem superficial da Av. Projetada e da Rua Ribeirão, localizadas no Distrito de Posto da Mata, Município de Nova Viçosa-Bahia, **CONVÊNIO Nº042/2025** (Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia- **CONDER**).

**VALOR GLOBAL DA PROPOSTA:** R\$ .....

- Prazo de validade: ..... ( ..... ) dias, contados a partir da data desta licitação;
- Prazo de execução: ....., contados a partir da data de emissão da Ordem de Início, pelo Município de Nova Viçosa – Bahia
- Responsável(eis) Técnico(s) .....
- Responsável Legal: .....

Atenciosamente,

Razão Social:.....

CNPJ:.....



**ANEXO II**

**TERMO DE COMPROMISSO DO(S) RESPONSÁVEL(IS) TÉCNICO(S) PELA  
EXECUÇÃO DA OBRA**

Processo Administrativo nºCE001/2026

Concorrência Eletrônica nº CE001/2026

Eu.....(Representante Legal devidamente qualificado)  
da empresa....., sediada à.....,  
**DECLARO** que nos comprometemos a manter, como Responsável(is) Técnico(s)  
da mencionada obra, até a sua conclusão, o(s) Engenheiro(s)  
..... que está(ão) sendo apresentado(s) no  
presente Termo.

Declaro que está ciente de que a(s) substituição(ões) do(s) referido(s)  
profissional(is) somente será(ão) possível(is), se previamente autorizada(s) pelo  
Município de Nova Viçosa – Bahia, com a devida justificativa e desde que o(s)  
novo(s) Responsável(is) Técnico(s) preencha(m) todos os requisitos exigidos no  
Edital.

.....de.....de 2026.

Nome e assinatura do representante legal da licitante

CIENTE(S):

Nome(s) e assinatura(s) do(s) responsável(is) técnico(s)



**NOVA VIÇOSA**  
**PODER EXECUTIVO**

**ANEXO III**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE OBEDIÊNCIA ÀS NORMAS TRABALHISTAS**

Processo Administrativo nº CE001/2026

Concorrência Eletrônica nº CE001/2026

Eu..... (Representante Legal devidamente qualificado) da empresa....., sediada à....., **DECLARO**, para os devidos fins, que compreendemos a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da Sessão Pública, nos termos do § 1º, do Art. 63, da Lei Federal nº 14.133/21.

....., .....de ..... de 2026.

Nome e assinatura do representante legal da licitante





**ANEXO IV**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO REALIZAÇÃO DE VISITA TÉCNICA**

Processo Administrativo nº CE001/2026

Concorrência Eletrônica nº CE001/2026

Eu..... (Representante Legal devidamente qualificado) da empresa....., sediada à....., DECLARO, para os devidos fins, que NÃO visitei o local onde será executado o objeto desta licitação, tendo tomado conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das suas obrigações, inclusive das possíveis dificuldades que possam onerar futuramente nossa empresa, nos termos do § 2º, do Art. 63, da Lei Federal nº 14.133/21.

DECLARO ainda que estou ciente de que o preço proposto pela empresa está de acordo com as exigências do edital e seus anexos, e assim, dentro desta proposta, assumimos o compromisso de honrar plenamente todas as exigências do instrumento convocatório, sem quaisquer direitos a reclamações futuras, sob a alegação de quaisquer desconhecimentos quanto às particularidades do objeto.

....., .....de.....de 2026.

Nome e assinatura do representante legal da licitante



**NOVA VIÇOSA**  
**PODER EXECUTIVO**

**ANEXO V**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO ART. 116, DA LEI FEDERAL  
Nº 14.133/2021**

Processo Administrativo nº CE001/2026

Concorrência Eletrônica nº CE001/2026

....., inscrito no CNPJ nº.....,  
por intermédio de seu representante legal o(a)  
Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade no.....  
e do CPF no ....., DECLARA, para fins do disposto no art. 116 da Lei Federal  
n.º 14.133/21, que durante a execução do contrato, cumprirá a reserva de cargos  
prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou  
para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.

.....de.....de 2026.

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do representante legal da licitante



**ANEXO VI**

**MINUTA DE CONTRATO**

**PROCESSO nº. CE001/2026– CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA SRP Nº  
CE001/2026– CONTRATO Nº CE001/2026**

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA OS SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA PAVIMENTAÇÃO EM INTERTRAVADO COM DRENAGEM SUPERFICIAL DA AV. PROJETADA E DA RUA RIBEIRÃO, LOCALIZADAS NO DISTRITO DE POSTO DA MATA, MUNICÍPIO DE NOVA VIÇOSA-BAHIA, **CONVÊNIO Nº042/2025** (COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA- **CONDER**).

O **MUNICÍPIO DE NOVA VIÇOSA-BA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 13.761.531/0001-49, com sede na Av. Oceânica, n.º 2.994, Bairro Abrolhos I, CEP 45920-000, Nova Viçosa, Estado da Bahia, neste ato representado por sua Prefeita Sra. **LUCIANA SOUSA MACHADO RODRIGUES**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa....., inscrita no CNPJ nº ....., com sede em....., CEP....., doravante **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Senhor....., portador do RG nº.....e CPF nº....., tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº. CE001/2026 e o resultado final da Concorrência Eletrônica nº CE001/2026, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/21, resolvem celebrar o presente instrumento, mediante as cláusulas e as condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS**

Fazem parte deste contrato, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a Proposta de Preços apresentada pela CONTRATADA.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

2.1 Este contrato tem por objeto a Contratação dos serviços de engenharia para pavimentação em intertravado com drenagem superficial da Av. Projetada e da Rua Ribeirão, No Distrito de Posto da Mata, Município de Nova Viçosa-Bahia, **CONVÊNIO Nº042/2025** (Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia- **CONDER**), para execução no regime de empreitada por preço global, em conformidade com este contrato, seus anexos e com a proposta apresentada.

§ 1º Serão consideradas inclusas todas as despesas concernentes à execução dos serviços, com o fornecimento da mão de obra necessária, encargos sociais, ferramental, equipamentos,





transporte, traslado dos materiais a serem utilizados, assistência técnica, benefícios, despesas indiretas, tributos e quaisquer outras incidências.

§ 2º A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto contratual, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, em conformidade com o estabelecido no art. 125 da Lei n. 14.133/2021.

§ 3º O regime de execução do presente contrato é o de empreitada por preço unitário, ou seja, a prestação devida à CONTRATADA é fixada em função das unidades determinadas, a serem efetivamente executadas.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

3.1 Os serviços serão executados de acordo com as condições contidas nesta licitação e na proposta apresentada pela CONTRATADA, que originou este contrato, em conformidade com o disposto no § 2º do art. 89 da Lei n. 14.133/21.

§ 1º Os serviços sob a responsabilidade da CONTRATADA são aqueles que correspondem aos que efetivamente forem executados em decorrência deste contrato. As execuções que apresentarem defeitos deverão ser refeitas, sem custos adicionais ao CONTRATANTE.

§ 2º A falta de funcionários e/ou equipamentos e ferramentas não poderá ser alegada como motivo para a não execução dos serviços e não eximirá a CONTRATADA das penalidades a que estará sujeita pelo não cumprimento das condições estabelecidas.

§ 3º A execução deverá ser rigorosamente de acordo com as especificações e demais elementos técnicos relacionados nesse instrumento, sendo que quaisquer alterações somente poderão ser realizadas se apresentadas, por escrito, e aprovadas pelo CONTRATANTE.

§ 4º A CONTRATADA só será eximida de sua responsabilidade por qualquer evento considerado como danoso e/ou prejudicial à regular execução dos serviços, se, após análise do CONTRATANTE, restar concluído que se trata de fato imprevisível, dificultoso à normal execução do contrato, ou previsível, porém de consequências incalculáveis, ou ainda, de caso fortuito e força maior, cabendo exclusivamente à CONTRATADA o encargo de reunir toda documentação necessária à comprovação da ocorrência dos fatos mencionados, a ser apreciada pelo CONTRATANTE.

### **CLAUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO**

O CONTRATANTE exercerá ampla e irrestrita fiscalização na execução do objeto contratado, a qualquer hora, por meio do gestor e fiscais abaixo indicados:

NOME	CARGO	MATRÍCULA

§ 1º São competências do Fiscal Técnico:

I – zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos produtos fornecidos e dos serviços prestados ao PJSC;

II – verificar se a entrega de materiais ou a prestação de serviços (bem como seus preços e quantitativos) está sendo cumprida de acordo com o instrumento contratual e o instrumento convocatório;

III – acompanhar, fiscalizar e atestar as aquisições e a execução dos serviços, de acordo com o objeto contratado;

IV – indicar eventuais descumprimentos contratuais para que, mediante processo administrativo, sejam devidamente apurados.

§ 2º O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, nos termos do § 1º do Art. 117 da Lei Federal nº 14.133/21;

§ 3º A fiscalização do CONTRATANTE poderá exigir a substituição de qualquer preposto da CONTRATADA, mediante decisão motivada do gestor do contrato;

§ 4º A fiscalização anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização dos descumprimentos observados;

§ 5º A fiscalização exercida não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade verificada durante a execução deste contrato.

## **CLAUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

### **5.1 São obrigações e responsabilidades do CONTRATANTE:**

I – promover condições para a execução dos serviços objeto deste contrato;

II – assegurar o livre acesso às áreas envolvidas no serviço, de pessoas credenciadas pela CONTRATADA para a sua execução, prestando-lhes esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados;

III – empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento da nota fiscal, respeitada a ordem cronológica;

IV – fiscalizar a prestação dos serviços, comunicando à CONTRATADA quaisquer fatos que necessitem de sua imediata intervenção;

V – publicar o extrato do contrato e de seus aditivos, se ocorrerem, no Diário Oficial do Município, órgão oficial de divulgação dos atos processuais e administrativos da Prefeitura de Nova Viçosa/Ba, no endereço: <https://www.novavicosa.ba.gov.br/site/diariooficial>.

VI – controlar e acompanhar toda a execução do contrato.

### **5.2 São obrigações e responsabilidades da CONTRATADA:**

I – contatar com a Prefeitura de Nova Viçosa/BA, antes de iniciar os serviços, no sentido de acertar os detalhes de execução, evitando transtornos durante sua prestação;

II – executar os serviços nas condições estabelecidas neste contrato e Anexos do edital;

III – refazer imediatamente, por sua conta, o serviço não aceito pela fiscalização, mantendo o local de execução limpo ao término do dia em que foi realizado;

IV – cumprir todas as exigências das leis e normas atinentes à segurança, higiene e medicina de trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos os que trabalharem ou, por qualquer motivo, permanecerem no local de execução de serviços, incluindo o uso de uniforme e crachá de identificação;

V – facilitar todas as atividades de fiscalização dos serviços realizadas pelo CONTRATANTE, fornecendo todas as informações e elementos necessários;

VI – respeitar os prazos contratuais previstos no Edital e neste instrumento;

VII – não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia anuência, por escrito, do CONTRATANTE; (A SUBCONTRATAÇÃO É PARCIAL. PARA HAVER



SUBCONTRATAÇÃO E, PORTANTO, ESTE INCISO NO CONTRATO, É NECESSÁRIO QUE A CONTRATANTE DEFINA QUAIS OS SERVIÇOS PODEM SER SUBCONTRATADO E QUANTOS EM % DESSE SERVIÇO PODE SER SUBCONTRATADO);

VIII – comunicar ao CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a execução dos serviços;

IX – providenciar o imediato afastamento de empregado e/ou preposto que se torne prejudicial ou inconveniente aos serviços;

X – assumir a responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar, bem como por quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços, causados ao CONTRATANTE ou a terceiros;

XI – manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

### **CLAUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA**

As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da seguinte dotação:

ÓRGÃO: 2 - PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VIÇOSA

SECRETARIA: 2.08 - SECRETARIA MUN DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PUBLICO

UNIDADE: 2.08.01 - SECRETARIA MUN DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PUBLICO

AÇÃO: 1.004 - PAVIMENTAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE VIAS D ACESSOS PÚBLICOS

ELEMENTO: 4.4.90.51.00 - OBRAS E INSTALACOES.

ELEMENTO: 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA

FONTE: 1701 - OUTRAS TRANSF. DE CONVÊNIOS OU INST. CONGÊNERES DOS ESTADOS

FONTE: 1708 – TRANSF. DA UNIÃO REF. À COMPENSAÇÃO FIN. DE REC. MINERAIS

FONTE: 1500 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

### **CLAUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO**

7.1 O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA as importâncias estipuladas no orçamento sintético da sua Proposta de Preços;

7.2 O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias; contados da apresentação da fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado;

7.3 É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada neste Edital, em especial a cobrança bancária, mediante boleto ou mesmo o protesto de título, sob pena de aplicação das sanções previstas no Edital e indenização pelos danos decorrentes;

7.4 A Nota Fiscal/Fatura será emitida pela contratada de acordo com os seguintes procedimentos:

a) Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a contratada apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada;

b) Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade;

c) Se a contratada vier a adiantar a execução dos serviços, em relação à previsão original constante no Cronograma Físico-Financeiro, poderá apresentar a medição prévia correspondente, ficando a cargo de a contratante aprovar a quitação antecipada do valor respectivo;

d) A Contratante terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data da apresentação da medição, para aprovar ou rejeitar, no todo ou em parte, a medição prévia relatada pela Contratada, bem como para avaliar a conformidade dos serviços executados;





- e) No caso de etapas não concluídas, serão pagos apenas os serviços efetivamente executados, devendo a Contratada regularizar o cronograma na etapa subsequente;
  - f) A aprovação da medição prévia apresentada pela Contratada não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados;
  - g) Após a aprovação, a contratada emitirá Nota Fiscal/Fatura no valor da medição definitiva aprovada, obrigatoriamente acompanhada da planilha de medição, com detalhamento dos serviços executados, e de memória de cálculo detalhada;
  - h) O pagamento será precedido de comprovação de cumprimento dos requisitos de habilitação estabelecidos neste edital;
  - j) Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 7.5 Sobre o valor devido ao contratado, a Administração efetuará a retenção do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição para o PIS/Pasep, conforme disposto na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 1.234/12;
- 7.6 Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116/03, e legislação municipal aplicável;
- 7.7 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;
- 7.8 A Administração deduzirá do montante a ser pago os valores correspondentes às multas e/ou indenizações devidas pelo contratado;
- 7.9 O desconto de qualquer valor no pagamento devido ao contratado será precedido de processo administrativo em que será garantido à empresa o contraditório e a ampla defesa, com os recursos e meios que lhes são inerentes;
- 7.10 É vedado ao contratado transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

#### **CLAUSULA OITAVA – DO REAJUSTE**

8.1- Mediante expresso pedido da CONTRATADA, os valores contratados poderão ser reajustados pelo IPCA IBGE, cuja data base está vinculada à data do orçamento estimado, nos termos art. 25, §7º da Lei nº 14.133/2021, desde que decorrido 1 (um) ano a partir da assinatura do contrato, data do Termo de Consolidação de Pesquisa de Preços.

§ 1º Sob pena de preclusão, o direito ao reajuste deverá ser pleiteado pela CONTRATADA antes:

- I - do advento da data base referente ao reajuste subsequente;
- II - da assinatura de aditivo de prorrogação contratual;
- III - do encerramento do contrato.

§ 2º O prazo previsto no *caput* somente poderá ser alterado por força de lei, sendo obrigatória a apresentação, por parte da CONTRATADA, da documentação que comprove a origem do novo preço praticado.

## **CLAUSULA NONA – DA GARANTIA**

9.1 - Será exigida a prestação de garantia pela Contratada, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, inclusive rescisão contratual;

9.2 Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - seguro-garantia;

III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

§ 2º Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração;

§ 3º O edital fixará prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia pelo contratado quando optar pela modalidade prevista no inciso II do subitem 9.2;

§ 4º O prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;

§ 5º O seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.

## **CLAUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

9.1 As sanções administrativas serão:

I – Advertência;

II – Multa;

III – Impedimento de licitar e contratar com o Município de Nova Viçosa/BA;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, com fulcro no Título IV – Das Irregularidades, Capítulo I – Das Infrações e Sanções Administrativas, da Lei nº 14.133/21.

§ 1º A penalidade de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do **caput** do Art. 155 da Lei Federal nº 14.133/21, qual seja *dar causa à inexecução parcial do contrato*, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

§ 2º A CONTRATADA estará sujeita às seguintes multas:

I – [percentual de multa por atraso na entrega]% (...por cento) ao dia, limitada a [percentual limitador da multa por atraso na entrega]% (... por cento), sobre o valor total do(s) produto(s), pelo atraso na entrega entregue(s) com atraso;

II – [percentual de multa por atraso na execução dos serviços]% (...por cento) ao dia, limitada a [percentual limitador da multa por atraso na execução]% (... por cento), sobre o valor total do(s) serviços, pelo atraso na execução dos serviços;

III – [percentual de multa por execução de serviços em desacordo]% (...por cento) ao dia, limitada a [percentual limitado a multa por execução de serviços em desacordo]% (...por cento) sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura respectiva pela execução do serviço em desacordo com as especificações técnicas deste contrato;



VI - [percentual de multa por atraso na apresentação da garantia contratual]% (...por cento) ao dia, limitado a [percentual de multa por atraso na apresentação da garantia contratual]% (...por cento), sobre o valor total da obra, pelo atraso na apresentação da garantia contratual.

§ 3º Caracterizada a inexecução e constatado o prejuízo ao interesse público, o CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA outras sanções ou até mesmo iniciar o processo de extinção contratual.

§ 4º Os valores correspondentes à prática de infrações contratuais serão retidos e deduzidos do pagamento da Nota Fiscal/Fatura, após o que será a CONTRATADA notificada para, querendo, apresentar defesa administrativa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

§ 5º Os valores retidos pela prática de infrações poderão, após regular processo administrativo, ser convertidos em multa pela autoridade competente.

§ 6º A devolução dos valores retidos, caso não convertidos em multas, será realizada com a incidência de correção monetária, conforme índice utilizado pela Corregedoria-Geral da Justiça, sem aplicação de juros de mora.

§ 7º Caso não seja possível a retenção e dedução do pagamento da Nota Fiscal/Fatura, os valores relativos à multa serão pagos mediante notificação de cobrança; neste caso, o CONTRATANTE encaminhará, no primeiro dia útil após vencidos os prazos estipulados neste contrato, notificação de cobrança à CONTRATADA, que deverá fazer o recolhimento aos cofres públicos até o 5º (quinto) dia útil a partir de seu recebimento, sob pena de cobrança judicial, observando que:

I – as multas previstas neste contrato são cumulativas, ou seja, umas sobre as outras, sendo os limites incidentes sobre cada uma delas;

II – na hipótese de a CONTRATADA não efetuar o recolhimento da notificação de cobrança, o CONTRATANTE inscreverá o valor em dívida ativa.

§ 8º A penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município de Nova Viçosa/Ba será aplicada, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, descredenciamento do Cadastro de Fornecedores, sem prejuízo da multa de 10% (dez por cento) sob o saldo remanescente do contrato, nos seguintes casos:

I – Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II – Dar causa à inexecução total do contrato;

III – Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

III – Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;

IV – Não substituir ou refazer, no prazo estipulado, os serviços recusados pelo CONTRATANTE;

V – Descumprir os prazos e condições previstas neste contrato.

§ 9º A penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública será aplicada, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos termos do artigo 156, IV, da Lei Federal nº 14.133/21, nos seguintes casos:

I – Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

II – Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III – Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

IV – Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

V – Praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei n. 12.846/13.

## **CLAUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**





A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste contrato, somente se reputará válida se tomada nos termos da lei e expressamente em aditivo, que a este contrato se aderirá, a teor do artigo 124 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

#### **CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS PRAZOS**

11.1 Este contrato terá os seguintes prazos:

I – De vigência: a contar da data da assinatura do contrato até o adimplemento total das obrigações;

II – De execução dos serviços: 03 meses, a contar do recebimento da ordem de serviço pela CONTRATADA, podendo ser prorrogado nos termos dos Art. 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/21, mediante aditivo, se houver interesse das partes;

III – De apresentação da garantia de execução do contrato: 10 (dez) dias úteis, a contar da assinatura do contrato;

IV – De apresentação da garantia complementar: 30 (trinta) dias, contados da assinatura do respectivo termo aditivo.

#### **CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO**

Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Viçosa, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas deste contrato.

E, por estarem acordes, as partes assinam este contrato em duas vias de igual forma e teor.

....., .....de.....de 2026.

\_\_\_\_\_  
CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
CONTRATADA



## ANEXO VIII

### TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. O presente Termo de Referência foi elaborado para que, através do procedimento legal pertinente, seja efetuada a contratação dos serviços de engenharia para pavimentação em intertravado com drenagem superficial da Av. Projetada e da Rua Ribeirão, No Distrito de Posto da Mata, Município de Nova Viçosa-Bahia.

1.2. A contratação pleiteada fundamenta-se no “ETP – Estudo Técnico Preliminar” devidamente realizado objetivando o fim de referência, mediante a demonstração da necessidade da contratação e evidenciação do problema a ser resolvido, incluindo a análise da viabilidade técnica e econômica e finalizando com a identificação e estudo dos possíveis cenários para atender à demanda e indicação da melhor solução possível.

1.3. A definição clara dos objetivos traçados no “ETP – Estudo Técnico Preliminar” implicou na elaboração de um Projeto Básico, o qual se configura como peça suficiente para execução da solução indicada, de forma que, preventivamente e corretivamente, garanta a preservação do investimento público e a qualidade do espaço público para as futuras gerações.

1.4. A solução define a contratação de pessoa jurídica especializada em execução de obras e serviços de engenharia.

1.5. Aspectos gerais do objeto:

- a) Local de Execução: Av. Projetada e da Rua Ribeirão, No Distrito de Posto da Mata, Município de Nova Viçosa-Bahia
- b) Prazo de Entrega: 03 (três ) meses após a emissão da ordem de serviços; e
- c) Garantia: 5 (cinco) anos após o recebimento definitivo da obra.

1.6) Acompanhamento Técnico: A execução da obra deve ser acompanhada de perto por equipe técnica qualificada, tanto do Município quanto da empresa contratada, com foco na qualidade dos materiais, da mão de obra e no cumprimento de prazos. Neste contexto, a comunicação entre as equipes técnicas é essencial durante todo o processo construtivo a fim de mitigar eventuais falhas de execução e a utilização de materiais de qualidade inferior e mão de obra desqualificada.

1.7) Utilização de Insumos de Qualidade: A utilização de insumos de qualidade é fundamental para a execução da obra intentada, a fim de garantir não apenas a durabilidade e a segurança da construção, mas também a eficiência, economia e sustentabilidade do projeto, influenciando diretamente nos seguintes aspectos:

- a) Durabilidade e Segurança: Insumos de alta qualidade são essenciais para garantir a durabilidade da obra. Materiais de baixa qualidade podem resultar em falhas estruturais, que podem levar a reparos constantes ou até mesmo ao colapso da estrutura;



- b) **Eficiência do Projeto:** Insumos de qualidade também contribuem para a eficiência do projeto, facilitando o processo de construção, além de reduzir o tempo de construção e minimizar a necessidade de retrabalho;
- c) **Economia:** Embora os insumos de qualidade possam ter um custo inicial mais alto, resultam em economia a longo prazo. A utilização de materiais de qualidade reduz a necessidade de manutenção e reparos frequentes, acarretando economia de custos ao longo do tempo;
- d) **Sustentabilidade:** A utilização de insumos de qualidade também contribui para a sustentabilidade da obra, tendo em vista que materiais de construção de alta qualidade são, sobremaneira, mais duráveis e eficientes, contribuindo para redução do impacto ambiental da construção;
- e) **Conformidade com Normas e Regulamentos:** A utilização de insumos de qualidade ajuda a garantir que a obra esteja em conformidade com os regulamentos relativos à construção civil, concorrendo para o cumprimento dos normativos legais e garantindo a segurança dos usufrutuários da obra.

1.8) **Utilização de Mão de Obra Qualificada:** A utilização de mão de obra qualificada é elemento crucial na execução da obra, tendo interferência direta na qualidade, eficiência e na segurança da execução, e influenciando nos seguintes aspectos:

- a) **Qualidade do Trabalho:** Trabalhadores qualificados possuem o conhecimento e a experiência necessários para realizar suas tarefas com um alto padrão de desempenho e qualidade, possuindo pleno entendimento das especificações técnicas compulsórias à correta execução;
- b) **Eficiência:** Operários qualificados são mais eficientes em suas tarefas, reduzindo a necessidade de retrabalho e propiciando economia de tempo e de recursos, permitindo a conclusão dos serviços conforme definido no cronograma físico-financeira da obra; e
- c) **Segurança:** Mão de obra qualificada configura-se como essencial para manter a segurança no local de trabalho, proporcionado a aplicação de práticas de segurança, bem como a identificação e mitigação de riscos no âmbito construtivo.

#### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:**

4.1. A contratação de empresa para a execução de obra de construção civil é um processo que requer cuidado e atenção aos detalhes, podendo ter um impacto significativo no sucesso do projeto. Portanto, é essencial considerar os principais requisitos para contratação que permitam uma salutar e satisfatória execução do objeto pleiteado. Ante a solução proposta, configuram-se como requisitos para a contratação:

- l) **Qualificação Técnica:** A empresa e o profissional que se responsabilizará pela obra devem ter experiência comprovada na execução de serviços de engenharia similares em termos de complexidade e quantidade, devendo a empresa interessada comprovar essa experiência mediante a apresentação de atestados de capacidade técnica operacional e profissional relativos aos serviços mais relevantes da execução, nos termos da Lei 14.133/2021.





- II) Capacidade Financeira: A empresa deve comprovar possuir capacidade financeira para executar a obra. Isso pode ser verificado através de demonstrações contábeis-financeiras, assim como mediante a exigência seguros adequados que garantam ao Município a possibilidade da continuidade da execução, na forma da Lei 14.133/2021.
- III) Conformidade Legal: A empresa deve estar em conformidade com todas as leis e regulamentos aplicáveis, incluindo licenças de construção, normas de segurança e regulamentos ambientais, conforme o caso.
- IV) Prazo de Execução: A executante deve ser capaz de completar a obra dentro do prazo estipulado no Projeto Básico, devendo estar claramente especificado no contrato a ser celebrado.
- V) Qualidade do Trabalho: A empresa deve ser capaz de garantir a qualidade da execução. Isso pode ser verificado através de garantias contratuais, inspeções e o uso de materiais de qualidade e de mão de obra qualificada.
- VI) Preço: A executante deve oferecer um preço de acordo com a realidade de mercado, em conformidade com os valores constantes na Planilha Orçamentária, parte integrante do Projeto Básico da obra intentada, devendo considerar os custos operacionais incidentes no objeto, tais como: despesas com funcionários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, locação e/ou depreciação de equipamentos usados nos serviços, impostos, taxas, fretes, seguros e qualquer outro que incida na execução.

## **5. PADRÃO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:**

5.1. A execução do objeto pleiteado deve garantir que a avença celebrada produza os resultados pretendidos pelo Município, desde o início até o seu encerramento, de forma eficiente e sustentável, devendo permitir ao Município o monitoramento e a avaliação do desempenho da empresa contratada, garantindo que as necessidades sejam atendidas de forma adequada, sendo estruturado da seguinte maneira:

- I) Início da Execução: Após a seleção do executante que atenda aos requisitos da contratação, deverá ser formalizado o documento de compromisso entre as partes, mediante celebração de contrato formal, devendo-se constar os termos e condições de execução do objeto, incluindo o preço, as condições de entrega e pagamento, as obrigações do contratante e da empresa contratada, a forma de pagamento, as sanções para o caso do inadimplemento, dentre outros elementos essenciais à eficácia da execução.
- II) Monitoramento e Avaliação: O Município monitorará o desempenho da empresa executante em relação ao cumprimento do avençado. Isso incluirá a verificação da qualidade dos serviços, o atendimento ao cronograma da obra e a conformidade com as práticas sustentáveis, conforme o caso.
- III) Metodologia de Execução: A empresa deverá aplicar a metodologia de execução descrita no Projeto Básico da obra, cumprindo precisamente os métodos e processos exarados no Memorial Descritivo parte integrante do referido Projeto, a fim de utilizar a correta sequência construtiva, os equipamentos necessários e as técnicas de construção a serem empregadas.



IV) Cronograma de Execução: O cronograma físico-financeiro de execução da obra, parte integrante do Projeto Básico, elaborado para possibilitar o acompanhamento das etapas da execução.

V) Controle de Qualidade: O controle de qualidade é um aspecto crucial da execução do objeto, de forma que a empresa contratada elabore plano detalhado para garantir que a obra atenda aos padrões de qualidade exigidos.

VI) Medidas de Segurança: A empresa executora deve adotar as medidas de segurança cabíveis e obrigatórias durante a execução do objeto, especificamente no que se refere aos procedimentos de segurança no local da obra. A NR 18, que estabelece diretrizes para a segurança do espaço onde a obra se realizará, deve ser atendida. Assim, são estabelecidas as seguintes prioridades de segurança:

- Uso de EPIs;
- Sinalização de áreas de risco;
- Manutenção e inspeção regular de equipamentos;
- Organização e limpeza do ambiente de trabalho;
- Implementação de programas de saúde e bem-estar;
- Instalação de guarda-corpos em locais elevados;
- Delimitação de áreas de trabalho;
- Treinamento e conscientização de técnicos e operários;
- Realização de inspeções regulares;
- Implementação de gestão de riscos;
- Verificação regular das instalações elétricas;
- Uso correto de outros equipamentos de proteção adequados;
- Implementação de sistemas e protocolos de proteção contra incêndio;
- Sinalização de segurança obrigatória;
- Diretrizes de organização e limpeza do canteiro de obras; e
- Cumprimento das demais normas de segurança.

VII) Reciclagem e Descarte: A empresa contratada será responsável, como medida mitigadora do impacto ambiental, pela coleta do material de desuso oriundo da execução e pelo encaminhamento para reciclagem ou descarte seguro, conforme apropriado.

VIII) Encerramento do Contrato: Ao fim do Contrato, o Município avaliará o desempenho da empresa contratada mediante avaliação do cumprimento satisfatório da execução do objeto.



## **6. PADRÃO DE GESTÃO DA EXECUÇÃO:**

6.1. O padrão de gestão da execução do objeto deve propiciar o pleno acompanhamento e fiscalização pelo Município, garantindo que a empresa contratada cumpra suas obrigações contratuais e que a Administração Municipal receba a obra nas condições delineadas no Projeto Básico, sendo estruturado da seguinte maneira:

I) Designação do Fiscal do Contrato e do Gestor de Contrato: O Município deverá designar Fiscal e Gestor de Contrato, os quais serão responsáveis pelo supervisionamento da execução, se configurando como elos de contato principal entre o contratante e a empresa contratada.

II) Planejamento: A execução seguirá o planejamento inicialmente delineado, cujas metas programadas deverão ser alcançadas pela empresa executora, devendo ser atendido o cronograma físico-financeiro parte integrante do Projeto Básico, a fim de garantir que a obra seja concluída no prazo determinado e em conformidade com o orçamento estimado. O planejamento operacional do objeto constitui-se obrigação da empresa contratada, a qual se responsabilizará por todos os insumos necessários à execução dos serviços, tais como: aquisições de insumos, contratações de mão de obra, equipamentos, softwares e hardwares, instalações, dentre outros.

III) Responsável Técnico: A empresa contratada deverá possuir em seu quadro funcional, profissional técnico legalmente habilitado que se responsabilizará pela execução da obra, o qual se responsabilizará pelas seguintes funções:

- Gerenciar a obra;
- Assegurar que as melhores técnicas serão utilizadas;
- Resolver e/ou diligenciar acerca de dúvidas sobre o projeto;
- Garantir que a produção da empresa não causa danos à saúde, segurança das pessoas e ao meio ambiente;
- Assegura a qualidade técnica dos serviços prestados.

IV) Estrutura Organizacional: A empresa contratada deverá assegurar a estrutura organizacional necessária a salutar e satisfatória execução, devendo disponibilizar equipe técnica qualificada e capaz, mediante a definição de funções e responsabilidades de cada membro, bem como devendo promover a coordenação de atividades e a gestão de recursos, a fim de garantir que a obra seja realizada de forma eficiente e eficaz.

V) Controle: O controle envolve o monitoramento do progresso da obra, por parte da contratada, com o intuito de possibilitar a identificação de problemas e a tomada de medidas corretivas, visando assegurar que a obra esteja alinhada com o planejamento inicial e atenda aos padrões de qualidade exigidos.

VI) Fiscalização: O Fiscal do Contrato deverá realizar monitoramento regular do desempenho da empresa contratada, incluindo a verificação da qualidade dos serviços, o atendimento ao cronograma de execução e a conformidade com as práticas sustentáveis, conforme o caso, tendo





o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados em desacordo com as cláusulas contratuais e especificações de execução do objeto.

VII) Relatórios Periódicos: Obriga-se a empresa contratada, quando solicitada, elaborar relatórios periódicos ao Fiscal do Contrato. Estes relatórios incluirão detalhes sobre o andamento da execução, quaisquer problemas sobrevividos e as ações tomadas para resolvê-los.

VIII) Reuniões de Acompanhamento: A critério da Administração Municipal, poderão ser realizadas reuniões de acompanhamento regulares entre o do Fiscal do Contrato e a empresa executora para discutir o desempenho acerca da execução e quaisquer outras questões relativas ao objeto.

IX) Resolução de Problemas: Durante a execução do objeto, caberá ao Fiscal do Contrato promover as devidas providências de maneira oportuna e eficaz, municiando o Gestor de

Contrato com as informações devidas e adequadas a fim de solucionar problemas surgidos, seja por falha do fornecedor, seja por solecismo da Administração.

X) Alteração Contratual: Serão permitidas alterações no termo de contrato desde que constatadas as circunstâncias ensejadoras de alteração, nos termos da Lei 14.133/2021.

XI) Recomposição do Equilíbrio Econômico-Financeiro: Será permitido o reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, nos termos da Lei 14.133/2021.

XII) Normas Técnicas e Legais: Aplicam-se à execução as normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, assim como as determinações contratuais da legislação pertinente à contratação, conforme o caso.

XIII) Avaliação de Desempenho: No final do período de execução, o Fiscal do Contrato realizará uma avaliação formal do desempenho da empresa contratada a fim averiguar o cumprimento da execução do objeto em todas as etapas construtivas.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:**

7.1. Os critérios de medição e de pagamento devem garantir que a medição e o pagamento sejam realizados de forma justa e transparente, protegendo os interesses tanto do Município quanto da contratada, sendo:

I) Medição: As medições serão realizadas pela Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Públicos, através do Fiscal do Contrato devidamente designado nos termos do Art. 117 da Lei nº 14.133/21, especialmente para acompanhar e fiscalizar a execução, o qual terá o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados em desacordo com as cláusulas contratuais e especificações contidas no Projeto Básico.

II) Pagamento: Os pagamentos serão feitos em conformidade com as medições realizadas, na forma da Lei 14.133/2021 e demais legislação vigente aplicável à matéria.

III) Atrasos no Pagamento: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a empresa contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira (atualização monetária) devida pelo Município será calculada



mediante a aplicação dos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos à contratada, decorrente de parcelas já executadas, constitui motivo para rescisão da avença, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à contratada o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:**

8.1. O processo de seleção que garanta ao Município a escolha do prestador que melhor atenda às suas necessidades e que ofereça o melhor preço se dará da seguinte forma:

I) Processo de Licitação: O Município realizará processo de licitação aberto a possíveis interessados para seleção do prestador. Por se tratar de serviços de engenharia, define-se a utilização da modalidade Concorrência. Este processo será conduzido por um Agente de Contratação, em conformidade com a Lei de Licitações e Contratos, qual seja a Lei 14.133/2021, e demais regulamentos aplicáveis.

II) A presente processo licitatório será realizada com **INVERSÃO DE FASES**, permitida no art. 17, §1º da Lei 14.133/2021, DEVENDO A HABILITAÇÃO DOS LICITANTES PRECEDER A FASE DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS E LANCES, EM BUSCA DA MELHOR PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS QUE COMPÕEM O OBJETO DESTES CERTAME. Com base no Art. 17, § 1º da Lei 14.133/21, a realização da fase de habilitação antes das fases de apresentação das propostas e de julgamento se apresenta como uma solução vantajosa, garantindo maior eficiência e segurança jurídica à Administração Pública. Essa abordagem oferece diversas vantagens, a saber:

- **Redução do risco de inabilitação das empresas vencedoras:** Empresas que apresentarem as propostas mais vantajosas podem ser desclassificadas na fase de habilitação por falhas na documentação, mesmo que tenham apresentado a melhor oferta. Isso pode prejudicar a competitividade e resultar na escolha de uma proposta menos vantajosa para a Administração. A realização da habilitação previamente mitiga esse risco, pois garante que apenas empresas aptas ao cumprimento do contrato sejam consideradas na fase de análise das propostas.
- **Diminuição da possibilidade de contestações:** Quando a habilitação ocorre após a análise das propostas, a desclassificação de licitantes pode gerar contestações e recursos, o que atrasa o andamento do processo licitatório. Antecipando a fase de habilitação, a Administração evita que contestações prejudiciais à celeridade do processo se apresentem, garantindo um processo mais ágil e eficiente.



- **Prevenção da apresentação de propostas inexecutáveis:** Realizando a habilitação previamente, impede-se que licitantes sem os requisitos necessários apresentem propostas inexecutáveis com o intuito de atrasar o processo. A verificação antecipada das condições de habilitação assegura que somente empresas qualificadas participem da fase de análise das propostas, evitando propostas irregulares ou inviáveis

III) **Avaliação de Propostas:** As propostas dos participantes do certame serão avaliadas com base em critérios legais e objetivos da lei de licitação, incluindo: planilha com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, Cronograma Físico-Financeiro, critérios de pagamentos, detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES). Para essa avaliação, o Agente de Contratação contará com assessoramento técnico do Setor de Engenharia Municipal.

III) **Verificação das Condições de Habilitação e Qualificação:** O participante do procedimento licitatório deverá possuir a habilitação e qualificação possíveis de exigência, nos termos da Lei 14.133/2021. Para essa verificação, no que concerne especificamente à comprovação da capacidade técnica operacional e profissional, o Agente de Contratação contará com assessoramento técnico do Setor de Engenharia Municipal.

IV) **Capacidade Técnica:** O participante do procedimento licitatório deverá apresentar prova de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto deste Termo de Referência, na forma da Lei 14.133/2021.

V) **Pessoal Técnico e Equipamentos:** O participante do procedimento licitatório deverá possuir pessoal técnico, instalações e equipamentos adequados e disponíveis para a realização do objeto.

VI) **Verificação das Medidas Sustentabilidade:** O Município verificará a implementação de medidas de mitigação eficazes a fim de minimizar os possíveis impactos ambientais decorridos da execução da obra.

## **9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

9.1. A adequação orçamentária permite a contratação requestada, configurando-se como um aspecto crucial a fim de garantir que os recursos financeiros necessários para execução do objeto estejam disponíveis e sejam alocados de maneira apropriada, sendo então definida da seguinte forma:

I) **Previsão de Custos:** Foi realizada a previsão estimada de custos mediante a elaboração de Projeto Básico de engenharia, nos termos do Art. 23 da Lei 14.133/2021, cujo valor estimado da contratação encontra-se delineado no presente Termo de Referência.

II) **Previsão Orçamentária:** Verifica-se a existência de dotação orçamentária no OGM – Orçamento Geral do Município objetivando a ação pretendida.





III) Monitoramento do Orçamento: Durante a execução do objeto, o Município monitorará o orçamento municipal para garantir que os gastos com a execução estejam dentro do planejamento inicial. Em havendo alterações significativas de aumento que possam gerar desequilíbrio no planejamento, medidas corretivas serão tomadas imediatamente.

## **10. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS:**

10.1. Ante a solução indicada, a contratada deverá efetivar medidas de mitigação eficazes para minimizar os danos ao meio ambiente e garantir a sustentabilidade da execução em suas diferentes fases, a seguir delineadas, conforme o caso:

I) Fases da Obra e seus Impactos:

a) Fase de Planejamento:

- Impactos:

- o Alteração do uso do solo: Conversão de áreas verdes em áreas construídas, com perda de biodiversidade e impermeabilização do solo.

- o Geração de resíduos sólidos: Papel, plástico e outros materiais utilizados na elaboração de projetos e documentos.

- Medidas de Mitigação:

- o Utilização de materiais ecológicos: Utilização de aditivos que visem melhorar o rendimento e eficiência dos insumos, reduzindo o impacto ambiental.

- o Minimização da impermeabilização do solo: Implementação de técnicas de drenagem sustentável e áreas verdes permeáveis.

- o Reuso e reciclagem de materiais: Implementação de um plano de gestão de resíduos sólidos, compreendendo a segregação, reutilização, reciclagem e descarte adequado dos resíduos gerados.

b) Fase de Execução da Obra:

- Impactos:

- o Poluição do ar: Emissão de poeira, gases e ruídos durante a execução da obra, notadamente dos serviços de movimento de terra e demolições.

- o Geração de grande quantidade de resíduos: Entulho, restos de materiais de construção e outros.

- Medidas de Mitigação:

- o Controle da emissão de poluentes: Implementação de medidas como cortinas d'água, captação de poeira e silenciadores de ruídos.

- o Reuso e reciclagem de materiais: Implementação de um plano de gestão de resíduos sólidos, compreendendo a segregação, reutilização, reciclagem e descarte adequado dos resíduos gerados.



c) Fase de Operação e Manutenção:

- Impactos:

o Consumo de água e energia: Utilização de recursos para o funcionamento da obra, como iluminação, climatização e sistemas de água.

- Geração de resíduos sólidos: Lixo urbano e outros resíduos gerados durante a operação da obra.

- Poluição sonora e visual: Emissão de ruídos e impactos visuais no entorno da obra.

- Medidas de Mitigação:

- Eficiência energética e hídrica: Implementação de medidas de economia de água e energia, como uso de equipamentos eficientes e sistemas de reuso de água.

- Reuso e reciclagem de materiais: Implementação de um plano de gestão de resíduos sólidos, compreendendo a segregação, reutilização, reciclagem e descarte adequado dos resíduos gerados.

Controle da poluição sonora e visual: Instalação de barreiras acústicas e paisagismo adequado.

## **11. CONDIÇÕES GERAIS DE EXECUÇÃO:**

11.1. A vigência do contrato inicia-se com a emissão da ordem de serviços, com término em 03 (três) meses, podendo ser prorrogada.

11.2. O prazo para execução total do objeto é de 03 (três) meses a contar da emissão da ordem de serviços, podendo ser prorrogado.

11.3. A ordem de paralisação, devidamente justificada nos autos, suspende o curso do prazo de execução do contrato, tornando a correr com a Ordem de Reinício dos serviços.

11.4. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, conforme previsão do Art. 111 da Lei 14.133/2021.

11.5. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, a prorrogação do prazo de execução, descontados os períodos de paralisação, será permitida, segundo o § 5º do Art. 115 da Lei nº 14.133/2021, automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

11.6. A contratada se obriga a acatar as solicitações da fiscalização da Secretaria Municipal de Transportes e Obras Públicas para paralisar ou reiniciar as obras, conforme "subitem 11.5" acima.

11.7. A contratada deverá conceder livre acesso aos seus documentos e registros contábeis, referentes ao objeto da licitação, para os Servidores ou Empregados do Órgão ou Entidade Contratante e dos Órgãos de Controle Interno e Externo.



11.8. A contratada deverá manter as condições de habilitação, inclusive o recolhimento do ISSQN ao Município de Nova Viçosa/BA, durante toda a execução do contrato, observando a legislação tributária vigente.

11.9. O contrato compreenderá a totalidade dos serviços, baseado na relação de preços propostos pelo contratado, considerados finais e incluindo todos os encargos, taxas e bonificações.

11.10. A contratada deverá manter um preposto, aceito pela Administração, no local do serviço, para representá-lo nas questões inerentes a execução da obra.

11.11. A contratada deverá manter, sem ônus para o contratante, no canteiro de obras, um escritório e os meios necessários à execução da fiscalização e medição dos serviços.

11.12. A contratada deverá colocar e manter placa indicativa do empreendimento, conforme definição e orientação do contratante, que deverão ser afixadas em local apropriado enquanto durar a execução dos serviços.

11.13. A contratada deverá manter no canteiro de obras, a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e via impressa dos projetos de engenharia em execução, conforme o caso.

11.14. A contratada será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

11.15. A contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade à fiscalização pelo contratante.

11.16. O contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **12. AVALIAÇÃO DO CUSTO:**

12.1. O custo estimado total do presente objeto é de R\$ **2.072.526,88** (dois milhões, setenta e dois mil, quinhentos e vinte e seis reais e oitenta e oito centavos).

12.2. O custo estimado foi obtido nos termos do Art. 23 da Lei nº 14.133/21, se configurando como preços praticados pelo mercado da construção civil.

## **13. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO:**

13.1. O objeto será recebido:

a) Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico; e





b) Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

13.2. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com as especificações definidas no Projeto Básico, neste Termo de Referência e/ou no contrato.

13.3. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

13.4. O recebimento provisório se dará a partir do objeto, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes no Projeto Básico, neste Termo de Referência e/ou no contrato.

13.5. O recebimento definitivo se dará após a verificação da conformidade com as especificações constantes no Projeto Básico, neste Termo de Referência e/ou no contrato, e sua consequente aceitação, que se dará em até 15 (quinze) dias do recebimento provisório.

13.6. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia seguinte do esgotamento do prazo.

#### **14. OBRIGAÇÕES:**

##### **14.1. DO CONTRATANTE:**

- a) Receber provisoriamente o objeto na forma deste Termo de Referência;
- b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes no Projeto Básico, neste Termo de Referência e/ou no contrato, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
- c) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, através de servidor especialmente designado (Fiscal do Contrato);
- d) Efetuar os pagamentos nas condições previstas;
- e) Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto, através do Fiscal do Contrato, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas;
- f) Fornecer toda e qualquer informação essencial à execução do objeto;
- g) Comunicar à contratada qualquer anormalidade na execução do objeto, podendo recusar o recebimento caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas; e
- h) Realizar as medições através do Fiscal do Contrato, na forma definida neste Termo de Referência;
- i) Comunicar à contratada para emissão de Nota Fiscal no que seja pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver



controvérsia acerca da execução quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o Art. 143 da Lei nº 14.133/2021, o qual autoriza expressamente que não seja paga a parcela do objeto executada em desconformidade com o previsto;

- j) Notificar formalmente à contratada quando forem constatados inadimplementos contratuais, para que esta, dentro do prazo determinado, promova a solução do problema;
- k) Aplicar à contratada, sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do objeto, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021;
- l) Suspender os pagamentos devidos à contratada caso haja o descumprimento das obrigações da contratada; e
- m) Liberar o local para execução dos serviços.

#### **14.2. DA CONTRATADA:**

- a) Arcar com todas as despesas de pagamentos de seguros, tributos, fretes, impostos, taxas e demais obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária e criminal, acaso devidos em decorrência da execução do objeto;
- b) Assumir inteira responsabilidade administrativa, penal e criminal por quaisquer danos, materiais ou pessoais, causados a terceiros, acaso devida em decorrência da execução do objeto;
- c) Manter, durante o prazo de execução do objeto, todas as exigências de habilitação e qualificação legalmente exigidas para a contratação;
- d) Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, no prazo determinado e em estrita observância das especificações constantes no Projeto Básico, neste Termo de Referência e/ou no contrato;
- e) Atender prontamente a quaisquer exigências do contratante inerentes à manutenção da regular execução do objeto;
- f) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo Fiscal do Contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados; e
- g) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no Art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021;
- h) Apresentar documento comprobatório de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART referente ao objeto, no prazo de até 10 (dez) dias contados da assinatura do contrato;
- i) Contratar pessoal, efetuar pagamento de despesas tributárias, de encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, de locomoção de trabalhadores e de materiais e equipamentos necessários à realização do objeto e, ainda, observar legislação específica, conforme o caso;



- j) Responsabilizar-se pelos danos e prejuízos, materiais ou pessoais, ocasionados ao contratante ou a terceiros, decorrente do objeto executado e que redundem em pagamento de indenizações ou reparos;
- k) Zelar pelo bom comportamento e desempenho do seu pessoal, evitando situações que afetem a imagem do contratante;
- l) Comprovar mensalmente, junto ao setor financeiro do contratante, o recolhimento dos encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários decorrentes da execução do objeto;
- m) Exibir os instrumentos de rescisão de contrato de trabalho vinculados à execução do contrato, quando solicitados pelo contratante;
- n) Responsabilizar-se pela qualidade dos materiais e serviços relativos à execução da obra, inclusive pela promoção de readequações sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto contratado; e
- o) Afixar a placa indicativa da obra/serviços, em local apropriado a ser determinado pelo contratante, no prazo de até 5 (cinco) dias contados do recebimento da ordem de serviços.

#### **15. CONTROLE DA EXECUÇÃO:**

15.1. A fiscalização da execução será exercida pelo Fiscal do Contrato devidamente nomeado pela Autoridade competente do contratante, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do objeto, e de tudo dará ciência.

15.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do contratante ou de seus agentes e prepostos.

15.3. O Fiscal anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas e/ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos ao Gestor de Contrato para as providências cabíveis.

#### **16. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

16.1. A disciplina das infrações e sanções administrativas aplicáveis no curso da execução é aquela prevista na Lei Federal 14.133/2021.

Nova Viçosa-BA, 07 de janeiro de 2026.

**Antônio Gabriel Rodriguez Gonzalez**  
Municipal de Obras, Viação e Serviços Públicos





## **ANEXO VII**

### **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

Este Estudo Técnico Preliminar visa planejar a realização dos serviços de contratação de empresa de engenharia para EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO EM INTERTRAVADO COM DRENAGEM SUPERFICIAL DA AV. PROJETADA E DA RUA RIBEIRÃO, NO DISTRITO DE POSTO DA MATA, MUNICÍPIO DE NOVA VIÇOSA-BAHIA, **CONVÊNIO Nº042/2025**(COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA- **CONDER**)

#### **I. OBJETIVO**

O presente estudo técnico tem como objetivo estabelecer as diretrizes e requisitos para a contratação de serviços de engenharia voltados à infraestrutura pavimentação em intertravado com drenagem superficial da Av. Projetada e da Rua Ribeirão, no Distrito de Posto da Mata, Município de Nova Viçosa-Bahia.

#### **II. DADOS GERAIS**

Contratante: Município de Nova Viçosa (13.761.531/0001-49)

Objeto: Execução de obras de infraestrutura e pavimentação em intertravado com drenagem superficial.

O valor estimado para a execução do objeto deste edital é de R\$ **2.072.526,88** (dois milhões, setenta e dois mil, quinhentos e vinte seis reais e oitenta e oito centavos).

Tipo do Orçamento: COM DESONERAÇÃO

#### **III. REQUISITOS**

- **Natureza dos Serviços:**

O objeto a ser contratado nesse plano enquadra-se na categoria de Obra de Engenharia, de que tratam a Resolução nº 1.116, de 26/04/2019 – CONFEA Art. 2º.

- **Duração do Contrato**

Objeto destina-se a formar contratação, para o período de execução previsto de 90 dias (03 meses).

#### **IV. ESTIMATIVAS DO PREÇOS REFERENCIAIS**

Considerou-se como Preços de referenciais pesquisa feita no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil SINAPI - BAHIA - 03/2024 NÃO DESONERADO -ORSE - 03/2024A

#### **V. MOTIVAÇÃO/OBJETIVO**



A contratação dos serviços tem em como objetivo principal A execução da pavimentação da Avenida Projetada, Rua do Ribeirão e de trechos das ruas Belém, Rua 10, Rua 04, Rua Hudson Gomes Campos, Rua das Araras, Rua Bem-Te-Vi, Rua Beija-Flor, Rua Sabiá, Rua Jacupemba e Rua Canário, no Distrito de Posto da Mata, torna-se necessária diante das atuais condições dessas vias, que em grande parte se encontram em leito natural, com presença de irregularidades, lama em períodos chuvosos e poeira em períodos secos, dificultando o tráfego e o acesso da população.

A obra visa melhorar as condições de mobilidade urbana, além de contribuir para a organização do sistema viário e valorização da área urbana.

#### VI. ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO AO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL.

( X ) sim

( ) não

Para o exercício de 2026 ainda não foi concluído, a elaboração do Plano de Contratações Anuais está em fase final por parte da Administração, tal contratação constará no PCA, apesar disso o objeto pretendido tem sua previsão orçamentária na LOA.

#### RESULTADOS PRETENDIDOS.

Espera-se com a execução deste contrato:

- **Fomento ao Setor de Construção:** Geração de empregos diretos e indiretos durante a fase de obra (mão de obra qualificada e material).
- **Urbanização e Valorização:** Melhoria da infraestrutura urbana no entorno, como pavimentação, iluminação e saneamento, e valorização imobiliária da área.
- **Economicidade:** Melhor aproveitamento de recursos financeiros e materiais disponíveis para a construção habitacional.

#### VII. RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA ELABORAÇÃO E CONTEÚDO DO DOCUMENTO

A Secretaria Municipal de Obras, através do Setor de Engenharia, é responsável pela elaboração do presente documento, que compila os serviços técnicos de engenharia, arquitetura, urbanismo, paisagismo, elaboração, plantas, memoriais, orçamentos etc.



**VIII. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

a) Certidão de Registro da empresa e dos responsáveis técnicos no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia– CREA nos termos da legislação em vigor, acompanhada da prova de regularidade da empresa e dos seus responsáveis técnicos.

b) Comprovação de capacidade técnica operacional e aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da Licitação, mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, em nome da empresa licitante, onde contemple os serviços apresentados na planilha abaixo com as quantidades compatíveis ao mínimo exigido.

Item na Planilha	Descrição do Serviço (Simplificada)	Unid.	Qtd. Total
2.4.1	Execução de pavimentação de ruas em Piso intertravado mínimo 8cm de espessura	m²	6.820,00
2.5.1	Instalação de Meio Fio 100X15X13X30 CM	m	1.765,00
2.2.1	Regularização e Compactação de Sub-Leito	m²	6.820,00
2.5.6	Aterro manual de Valas	M3	264,00

b.1) Os atestados mencionados na alínea 'b' deverão estar acompanhados das Anotações de Responsabilidade Técnicas (ART) em nome do profissional vinculado a empresa onde conste o nome da licitante como executora.

c) Comprovação da capacidade técnico profissional da empresa licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado devidamente certificados pelo CREA ou CAU, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão de Acervo Técnico – CAT, e que se refiram a contratos concluídos, cujas parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo são as seguintes:





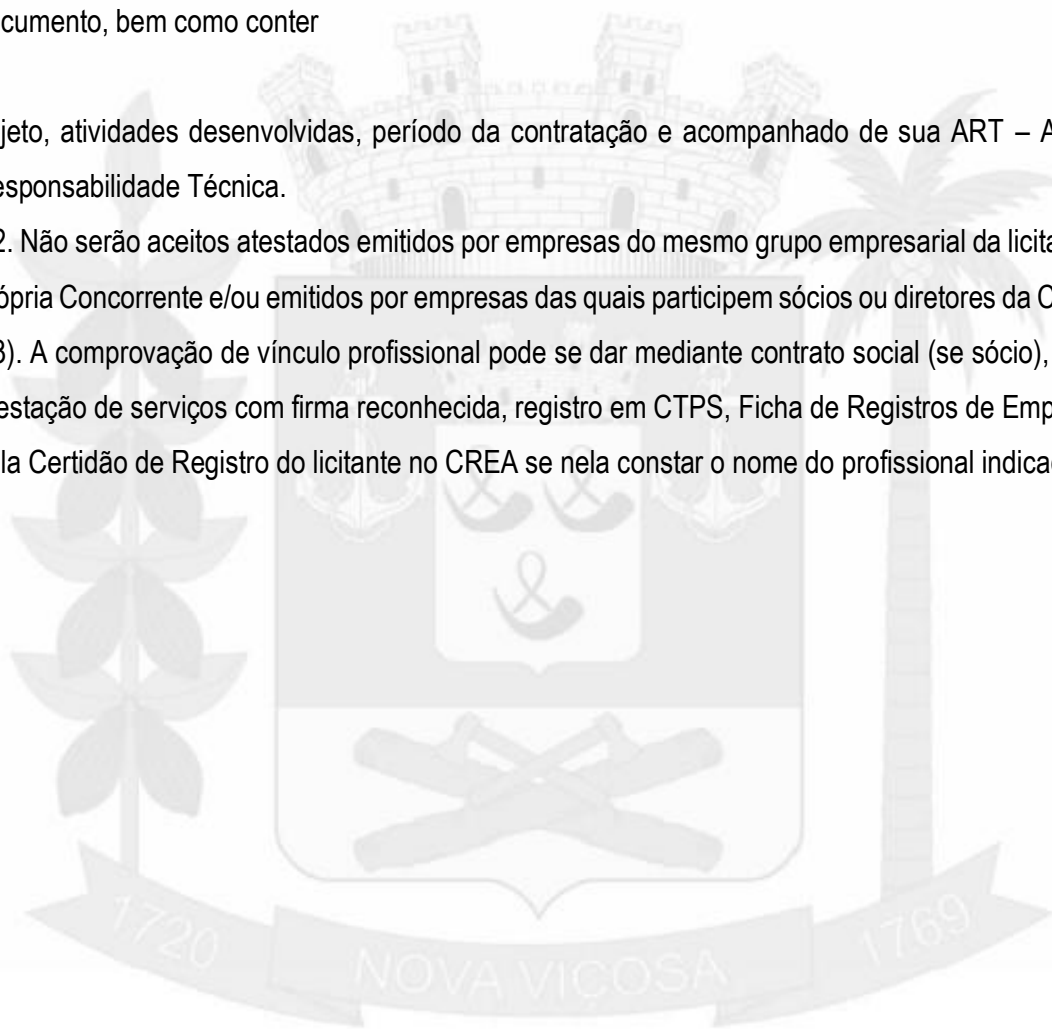
DESCRIÇÃO
Execução de pavimentação de ruas em Piso intertravado mínimo 8cm de espessura
Instalação de Meio Fio 100X15X13X30 CM
Regularização e Compactação de Sub-Leito
Aterro manual de Valas

c.1. Os atestados deverão ser apresentados constando as seguintes informações da emitente: papel timbrado, CNPJ, endereço, telefone, data de emissão, nome e cargo/função de quem assina o documento, bem como conter

objeto, atividades desenvolvidas, período da contratação e acompanhado de sua ART – Anotação de Responsabilidade Técnica.

c.2. Não serão aceitos atestados emitidos por empresas do mesmo grupo empresarial da licitante ou pela própria Concorrente e/ou emitidos por empresas das quais participem sócios ou diretores da Concorrente;

c.3). A comprovação de vínculo profissional pode se dar mediante contrato social (se sócio), contrato de prestação de serviços com firma reconhecida, registro em CTPS, Ficha de Registros de Empregados ou pela Certidão de Registro do licitante no CREA se nela constar o nome do profissional indicado.





d) Apresentação de relação explícita e declaração formal, sob as penas cabíveis, de que dispõem de equipe técnica, instalações, canteiros, máquinas e equipamentos em bom estado, adequados à execução rápida e eficiente dos serviços. A relação da equipe técnica deverá indicar a qualificação profissional de cada um, acompanhada de declaração autorizando a indicação de seus nomes, com data posterior à publicação do edital, com reconhecimento de firma das assinaturas;

d.1) A equipe técnica mínima deverá ser composta por: 01 Engenheiro Civil, 1 Engenheiro elétrico e 01 engenheiro ou técnico de segurança no trabalho.

e) Declaração formal e expressa do responsável técnico, detentor de atestados de capacidade técnica profissional, indicado para acompanhar os serviços/obras, autorizando a sua indicação, firmada com data posterior à publicação do Edital, acompanhada pelo currículo profissional no mesmo.

e.1) Recomenda-se que a declaração exigida na alínea e) seja apresentada com firma reconhecida, entretanto, caso a mesma seja apresentada sem o referido reconhecimento, ficará a cargo da comissão, verificar a autenticidade da assinatura apresentada.

f) Declaração de que recebeu os documentos e de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

g) Alvará de Funcionamento válido na data do Certame

h) PGR – PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS - conforme exigência da NR – 01, Lei 6.514/77 e Portaria do MTB nº 3.214/78, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, emitida por Engenheiro de Segurança do Trabalho e

certidão de registro e quitação do profissional junto ao CREA/BA. O referido programa deverá conter assinatura do profissional elaborador e do representante da empresa;

i) Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, conforme exigência da NR – 07, Lei 6.514/77 e Portaria do MTB nº 3.214/78. O referido programa deverá conter assinatura do profissional elaborador e do representante da empresa;

j) Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos da Construção Civil – PIRGRCC, conforme exigência da Lei 12.305/2010, Inciso III do art. 20, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, emitida por Engenheiro Sanitarista, ambiental ou Florestal, juntamente com a comprovação de registro e quitação do profissional junto ao CREA/BA. O referido programa deverá conter assinatura do profissional elaborador e do representante da empresa;

m) A visita deverá ser realizada mediante agendamento prévio no prazo de 24 (vinte e quatro horas) antes da realização da visita, com indicação do profissional responsável por tal visita. O agendamento deverá ser realizado através do E-mail: [obraspmnv@hotmail.com](mailto:obraspmnv@hotmail.com)

**A exigência de comprovação de capacidade técnica para os itens listados é crucial para garantir a qualidade, segurança e eficiência na execução dos serviços. A seguir, apresento uma justificativa técnica detalhada para cada item:**

#### Conclusão

A comprovação de capacidade técnica é vital para todos os itens mencionados, pois assegura que apenas profissionais qualificados e experientes sejam responsáveis pela execução dos serviços, minimizando riscos e garantindo a qualidade da obra. Mesmo que alguns serviços não representem a



parcela mínima exigida pela nova lei de licitação, a entrega de um trabalho técnico de qualidade deve ser uma prioridade em qualquer contrato público.

#### **IX. PROVIDÊNCIAS ANTERIORES À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO**

Não se vislumbra necessidades de tomada de providências de adequações para a solução ser contratada e o serviço prestado

#### **X. PAGAMENTO**

Após a execução do serviço, o perfeito atendimento às solicitações, a respectiva Nota Fiscal será encaminhada ao setor competente para procedimentos de pagamento, que serão efetuados mediante crédito em conta corrente devendo o fornecedor informar o número do banco, da agência e conta bancária, ou através de banco credenciado, a critério da Administração.

O pagamento devido pelo Município será efetuado até 30 (trinta) dias após apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo setor requisitante, conforme minuta do contrato

#### **XI. POLÍTICA DE REALOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E DESCARTE**

A contratada deverá atender aos seguintes procedimentos durante a prestação dos serviços: Alocar os resíduos passíveis de reciclagem coletados, nos contêineres próprios destinados à Coleta Seletiva Solidária. Para serviços de ALVENARIA, o fornecedor deverá desenvolver um processo de descarte correto de plástico, metal e de vidro. Para os serviços de pintura, o fornecedor deverá desenvolver processo de reciclagem do solvente utilizado para lavagem dos equipamentos, quando do seu descarte correto. Da mesma forma para os materiais contaminados, como latas de tinta, amianto, cimento, papel e estopa.



**XII. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO (VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO)**

Há posicionamento favorável a contratação: ( X ) SIM ( ) NÃO

\*Especificar: Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida, mostra-se tecnicamente e fundamentadamente necessária, através deste Estudo Técnico Preliminar (ETP), evidencia que a contratação da solução descrita no item “Escolha da Solução Mais Adequada” se mostra tecnicamente viável e fundamentalmente necessária e diante do exposto, DECLARO SER VIÁVEL a contratação pretendida.

Nova Viçosa, 05 de janeiro de 2026.

\_\_\_\_\_  
**Larissa Pereira Fagundes**  
**Engenheira Civil**  
**CREA-BA nº 05212**





**NOVA VIÇOSA**  
**PODER EXECUTIVO**

## **ANEXO IX**

### **PROJETO BÁSICO**

**OBRA:** EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO EM INTERTRAVADO COM DRENAGEM SUPERFICIAL DA AV. PROJETADA E DA RUA RIBEIRÃO, NO DISTRITO DE POSTO DA MATA, MUNICÍPIO DE NOVA VIÇOSA-BAHIA, **CONVÊNIO Nº042/2025**(COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA- **CONDER**).

**Nova Viçosa 2026**



## SUMÁRIO

1

<b>MEMORIAL DESCRITIVO</b> .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
<b>1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS</b> .....	<b>2</b>
<b>2 SERVIÇOS</b> .....	<b>3</b>
2.1 SERVIÇOS PRELIMINARES.....	3
2.1.1 Placa de Obra em Chapa de Aço Galvanizado.....	3
2.1.2 Equipe Topográfica .....	3
2.1.3 Engenheiro Civil.....	3
2.1.4 Encarregado Geral de Obras .....	4
2.2 DRENAGEM.....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
2.2.1 Travessia com Bueiro ARMCO – Método não destrutivo.....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
2.2.2 Macrodrenagem.....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
2.2.3 Microdrenagem.....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
2.3 PAVIMENTAÇÃO EM INTERTRAVADO .....	4
2.3.1 Locação da Obra .....	5
2.3.2 Limpeza e Preparo da Caixa .....	5
2.3.3 Regularização e preparo do subleito.....	6
2.3.4 Base para Pavimentação em Bloco Intertravado .....	6
2.3.5 Assentamento dos Blocos Sextavados .....	7
2.3.5 Assentamento de Meio-Fio.....	9
2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	10



## PROJETO BÁSICO

<b>Obra:</b>	OBRA: EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO EM INTERTRAVADO COM DRENAGEM SUPERFICIAL DA AV. PROJETADA E DA RUA RIBEIRÃO, NO DISTRITO DE POSTO DA MATA, MUNICÍPIO DE NOVA VIÇOSA-BAHIA, <b>CONVÊNIO Nº042/2025</b> (COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA- <b>CONDER</b> ).		
<b>Endereço:</b>	LOGRADOURO DISTRITO DE POSTO DA MATA, NOVA VIÇOSA - BA		
<b>Detalhamento:</b>	Projeto Básico		
<b>Versão:</b>	..	<b>Data:</b>	janeiro / 2026

### 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente projeto básico de procedimentos estabelece as especificações técnicas a seguir com o objetivo de nortear a execução de obra de pavimentação em intertravado com drenagem superficial da Av. Projetada e da Rua Ribeirão, no Distrito de Posto da Mata, Município de Nova Viçosa-Bahia, **CONVÊNIO Nº042/2025**(Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia- **CONDER**). Apresentando as condições técnicas mínimas a serem obedecidas na execução das obras e serviços acima citado fixando, portanto, os parâmetros mínimos a serem atendidos para materiais, serviços e equipamentos, seguindo as normas técnicas da ABNT e constituirão parte integrante dos contratos de obras e serviços.

A obra será executada conforme especificações técnicas que assegurem o bom resultado em função destas premissas bases, que são decorrentes de normas técnicas. Os serviços não aprovados e que apresentarem vícios ou defeitos de execução serão demolidos e reconstruídos por conta da empreiteira, sem gerar ônus para a prefeitura. Os materiais que não satisfazerem as especificações ou forem julgados inadequados, serão removidos do canteiro de obras dentro de 5 dias úteis, a contar da determinação do engenheiro fiscal.



Caso haja dúvida quanto ao projeto ou a execução, esta deverá ser esclarecida com antecedência, através do contato formal para com o engenheiro fiscal.

## **2 SERVIÇOS**

### **2.1 SERVIÇOS PRELIMINARES**

Os serviços preliminares consistem na confecção e instalação de placas de obras e equipe técnica no levantamento e acompanhamento de equipe topográfica, engenheiro e encarregado de obras conforme especificações a seguir:

#### **2.1.1 Placa de Obra em Chapa de Aço Galvanizado**

O projeto contempla 1 (uma) placa de obra a serem instaladas conforme indicação da fiscalização. As placas serão confeccionadas em chapa metálica, nas dimensões de 3,00 x 2,00 m, conforme modelo da Prefeitura Municipal de Nova Viçosa. A placa será em chapa galvanizada nº 24, estruturadas em cantoneiras de ferro e pintura em esmalte sintético, de base alquídica ou aplicação de Vinil em Recorte Eletrônico. Cantoneiras de ferro, de abas iguais, de 25,40 mm (1") x 3,17 mm (1/8"), no requadro do perímetro e, também, internamente em travessas dispostas em cruz.

#### **2.1.2 Equipe Topográfica**

A equipe topográfica será composta por: topógrafo especializado, auxiliar de campo e nivelador, além dos equipamentos necessários para sua execução. Dever-se-á realizar levantamentos planialtimétricos para se determinar as cotas do projeto e definir o greide referente a pavimentação. A metodologia adotada para a execução dos trabalhos, em todas as etapas, deve seguir os critérios de levantamento estabelecidos na Resolução PR nº 22, de 21 de julho de 1983, ABNT - NBR 13.133 e demais legislações pertinentes, tratando-se de métodos de trabalho já consagrados, e universalmente adotados.

#### **2.1.3 Engenheiro Civil**



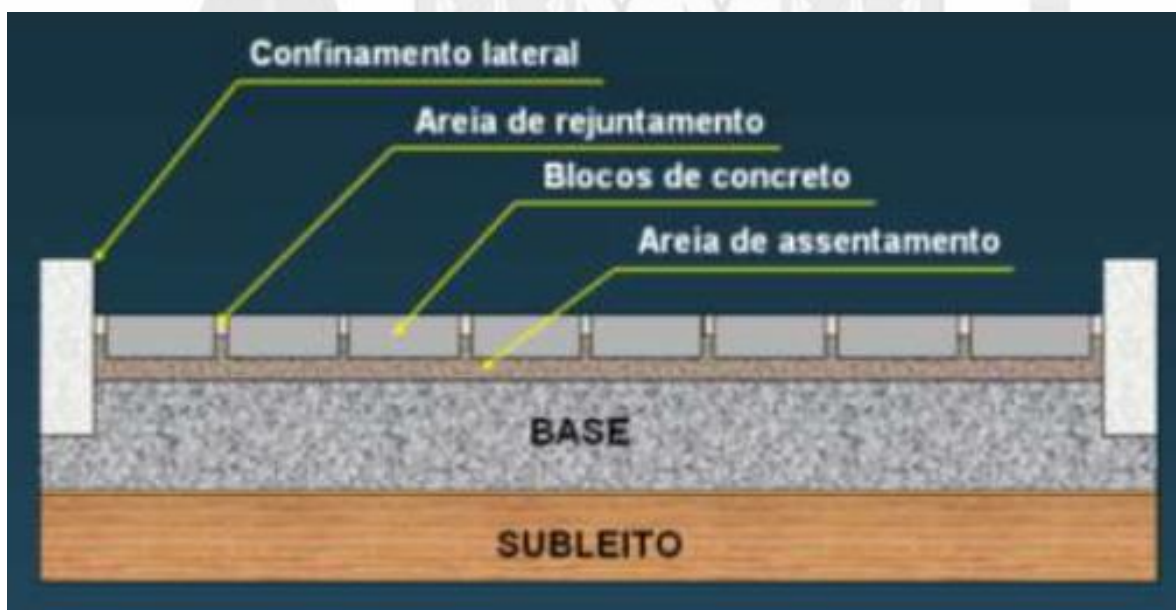
A obra deverá ser acompanhada por Engenheiro Civil devidamente registrado junto ao CREA em período igual ou superior a 6 horas diárias, durante toda a execução da obra, compreendendo o cronograma previsto.

#### 2.1.4 Encarregado Geral de Obras

A obra deverá ter acompanhamento em tempo integral do encarregado de obras durante o período de execução da obra, compreendendo o cronograma previsto.

### 2.2 PAVIMENTAÇÃO EM INTERTRAVADO

O pavimento intertravado é definido como um pavimento flexível cuja estrutura é composta por uma camada de base (ou base e sub-base), seguida por camada de revestimento constituída por peças de concreto justapostas em uma camada de assentamento e cujas juntas entre as peças são preenchidas por material de rejuntamento e o intertravamento do sistema é proporcionado pela contenção (Figura 1). A execução do pavimento intertravado deve cumprir as especificações da norma ABNT NBR 15953.



**Figura 1** - Estrutura típica do pavimento intertravado

As etapas para execução da pavimentação em intertravado são as que se seguem:



### **2.2.1 Locação da Obra**

Quem fornece esses dados é o topógrafo, profissional responsável, juntamente com sua equipe, por fazer o levantamento dos elementos existentes no terreno e confeccionar uma planta com a posição exata de cada um deles, assim como a variação de cotas no local. O topógrafo atuará na execução e no acompanhamento da obra, verificando se a execução está bem alinhada e posicionada, por exemplo. Ele trabalhará no monitoramento da obra, identificando se houve deslocamentos de estruturas.

5

### **2.2.2 Limpeza e Preparo da Caixa**

Será da CONTRATADA total responsabilidade sobre os serviços e despesas necessários à execução dos movimentos de terra, exceto no tocante à remoção de fossas, sumidouros, redes elétricas, de águas pluviais, telefônica, supressão e plantio da vegetação arbórea, e quaisquer outros elementos que eventualmente venham a ser encontrados no local da obra, tudo isto feito dentro da mais perfeita técnica preservando árvores e detalhes marcantes no terreno que possam ser aproveitados no projeto. Estes ficam a cargo da CONTRATANTE.

A contratada fará periódicas remoções de entulhos e detritos que venham a se acumular no recinto das obras durante a construção, depois de recolhidas em caçamba própria evitando assim que se espalhe até o recolhimento.

A abertura da caixa de rua consiste na escavação, carga e transporte de material não aproveitável para um local designado pela Fiscalização da Prefeitura Municipal como “bota-fora”, calculado a uma Distância Média de Transporte (DMT) de 4 km do centro de gravidade da obra. Será considerado material de descarte todo aquele que, mediante teste, não apresente características granulométricas e de compactação exigidas para servir de base do pavimento. A escavação do terreno natural para abertura da caixa será até o nível (greide) da terraplanagem e não deverá exceder a largura  $L + 0,30$  m, conforme seção transversal tipo.



O desenvolvimento da escavação se dará conforme a previsão de utilização ou rejeição dos materiais extraídos. Somente serão transportados, para a execução dos aterros, os materiais que forem considerados compatíveis com as Especificações e que atenderem às exigências de projeto. As massas excedentes, que não se destinarem a aterros ou a substituição de material, serão objeto de remoção, de modo a não constituírem ameaça à estabilidade das obras, e nem prejudicarem o aspecto paisagístico ou o meio ambiente.

### **2.2.3 Regularização e preparo do subleito**

Esta especificação de serviço define os critérios de execução da camada de regularização e compactação do subleito do pavimento. Pode-se estudar a possibilidade de se alterar alguma especificação mediante apresentação de justificativa técnica, no qual demonstre condições favoráveis, e sem que traga ônus para o município. A conformação do subleito natural da área transversal e longitudinal incluindo cortes e aterros de até 20 cm de espessura.

A operação de regularização do terreno se dará dentro das faixas de serviço da obra, e deve ser executada conforme as diretrizes técnicas. A superfície do sub-leito deverá ser regularizada até assumir a forma da seção transversal tipo do leito carroçável. A compactação do sub-leito deverá ser feita por compactadores autopropulsores, progressivamente das bordas para o centro, até atingir o grau de compactação de 100% do PROCTOR NORMAL. Nos locais inacessíveis para os compactadores autopropulsores, deverão ser utilizados compactadores manuais de placa vibratória.

Os equipamentos utilizados para execução do serviço são: motoniveladora com escarificador, veículo tanque distribuidor de água, rolos compactadores do tipo pé-de-carneiro, liso-vibratório ou pneumático, poderão ser utilizados outros equipamentos com eficiência igual ou superior aos mencionados, desde que autorizados pela Fiscalização.

### **2.2.4 Base para Pavimentação em Bloco Intertravado**

A camada sob a qual irá se executar a base deve estar totalmente limpa, desempenada e sem excessos de umidade. O material utilizado na execução da base do pavimento





intertravado será solo laterítico (arenoso), uniformemente espalhada sobre uma superfície previamente preparada, resultando uma base homogênea e compactada. Os montes localizados ao longo do eixo serão espalhados com motoniveladora, deixando a camada com uma espessura uniforme longitudinal e transversalmente.

Na rolagem da camada de areia realizar-se-á uma rolagem inicial utilizando rolo vibratório autopropulsor, sem vibração visando acomodar a areia e eliminar os sulcos da motoniveladora deixados na camada na fase de espalhamento. Nessas condições a camada de areia, satisfeitos os controles geométricos e geotécnicos, está liberada para o recebimento da camada de assentamento.

O controle tecnológico constará na coleta de amostras a intervalos de 100m, na sequência LD, E, LE, LD, E, LE... Com cada amostra coletada, será realizado ensaio de granulometria, e a cada intervalo de 200m deverá ser executado ensaio de Equivalente de Areia. O material ensaiado deverá se enquadrar nos requisitos exigidos nesta Especificação.

A camada de areia será liberada desde que a espessura solta verificada por meio de um fio apoiado em estacas colocadas lateralmente à camada apresente uma variação máxima de  $\pm 2$  cm.

### **2.2.5 Assentamento dos Blocos Sextavados**

A camada de assentamento será espalhada e sarrafeada antes do assentamento dos blocos de concreto, deve ter espessura uniforme de 5cm em toda superfície de pavimentação. O Material para a camada de assentamento será areia média. Em caso de chuva com forte intensidade antes da colocação dos blocos, a camada de areia deve ser retirada e substituída por areia com umidade natural.

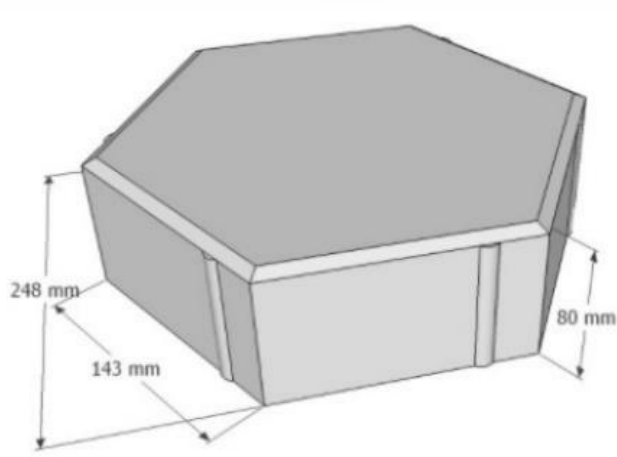
A pavimentação deverá executada com blocos pré-moldados de concreto no formato sextavado, com espessura de 8 cm, do tipo prensado, não sendo aceito blocos vibrados.

O posicionamento e alinhamento dos blocos ao longo da via deverá ser feito com linhas



longitudinais e transversais fixadas e esticadas com estaca, varetas ou blocos. As linhas transversais e longitudinais deverão ser esquadrejadas. É importante verificar a correção no alinhamento dos blocos a partir da linha longitudinal e das linhas transversais dispostas a cada 5,0 m. As peças de concreto devem ser especificadas conforme estabelecido na norma ABNT NBR 9781.

As dimensões e tolerâncias das peças de concreto devem atender aos seguintes requisitos: a) medida nominal do comprimento de no mínimo 250 mm; e b) medida nominal da espessura de no mínimo 80 mm (Figura 2).



**Figura 2 – Modelo Bloco Sextavado Prensado**

As peças de concreto do lote devem ser inspecionadas visualmente, objetivando identificar peças com defeitos que possam vir a prejudicar o assentamento, o desempenho estrutural ou a estética do pavimento. As peças de concreto devem apresentar aspecto homogêneo, arestas regulares e ângulos retos e devem ser livres de rebarbas, defeitos, delaminação e descamação. Pequenas variações de coloração nas peças em virtude do processo de fabricação e da variação das matérias-primas são admitidas.

A uniformidade superficial e as juntas dos blocos serão criteriosamente fiscalizadas, tendo como junta padrão abertura mínima: em média de 2,5 mm e máxima aceitável de 5,0 mm. O arremate dos blocos junto às guias deverá ser feito com blocos cortados (meia peça) com guilhotina ou outra ferramenta que propicie o corte regular das peças (quando



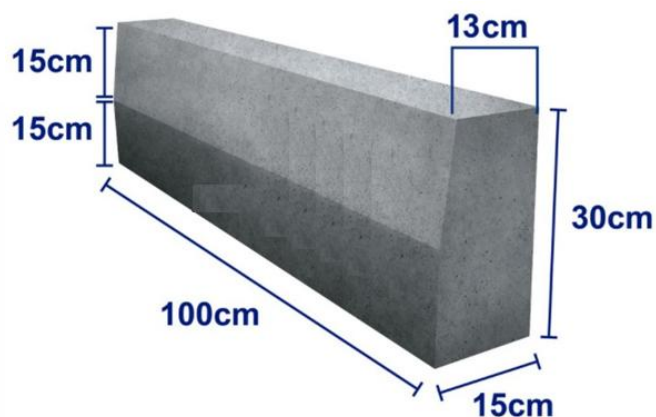
necessário). Os blocos de ajustes devem ser cortados 2,0 mm mais curto que o espaço a ser preenchido. Para preencher espaços vazios menores que 1/4 do bloco deverá ser utilizado uma argamassa (1:4).

A compactação do pavimento deverá ser feita com o uso de placas vibratórias. Esta terá por função rasar os blocos pela face externa, iniciar o adensamento da camada de areia, e fazer o material granular penetrar, de baixo para cima, nas juntas entre as faces laterais para produzir o intertravamento dos blocos. Caso haja quebra dos blocos na primeira etapa de compactação, este deverá ser retirado e substituído.

O rejuntamento dos blocos deverá ser feito com areia fina, com grãos menores que 2,5 mm. Na hora da colocação, a areia precisa estar seca, sem cimento ou cal, caso a areia estiver muito molhada, deverá ser espalhada em camadas finas para secar ao sol. A areia deverá ser colocada em camadas finas de modo que não cubra os blocos e prejudique o espalhamento da areia. O espalhamento é feito com vassourão até que as juntas sejam completamente preenchidas.

### **2.2.5 Assentamento de Meio-Fio**

Na execução de meio-fio pré-fabricado, deve-se executar o rejuntamento dos vãos entre as peças com argamassa traço 1:5. As guias pré-fabricadas tem a dimensão de 100x15x13x30 cm (comprimento x base inferior x base superior x altura), mas também podem ser executadas com peças de 50x15x13x30 cm em substituição a anterior em caso de não disponibilidade regional e poderão ter suas peças reduzidas nos segmentos curvos. Tamanhos diferentes poderão ser executados desde tenham aprovação prévia da fiscalização. O modelo do meio-fio deve seguir ao da Figura 2 abaixo:



**Figura 3 – Modelo Meio-fio Pré-fabricado**

Os meios-fios deverão ser pré-moldados em formas metálicas ou de madeira revestidas que conduza a igual acabamento, sendo submetidos a adensamento por vibração.

## 2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Caso haja de algum serviço, que porventura não esteja especificado em planilha ou memorial, ou modificação na especificação de materiais, deverá ser discutido com a fiscalização para aprovação e posterior execução.

---

**Larissa Pereira Fagundes**  
**Engenheira Civil**  
**CREA-BA nº 052120722-3**



Prefeitura Municipal de  
**Nova Viçosa - Estado da Bahia**  
Secretaria Municipal de Obras,  
Viação e Serviços Públicos

## **MEMORIAL DESCRITIVO**

# **OBRA: PAVIMENTAÇÃO EM INTERTRAVADO**

**Nova Viçosa**  
**2024**





## SUMÁRIO

<b>MEMORIAL DESCRITIVO .....</b>	<b>2</b>
<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....</b>	<b>3</b>
<b>SERVIÇOS .....</b>	<b>5</b>
<b>1. SERVIÇOS PRELIMINARES .....</b>	<b>5</b>
<b>1.1 PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO .....</b>	<b>5</b>
<b>1.2 Equipe Topográfica .....</b>	<b>5</b>
<b>1.3 Engenheiro Civil .....</b>	<b>6</b>
<b>1.4 Encarregado Geral de Obras .....</b>	<b>6</b>
<b>2. PAVIMENTAÇÃO EM INTERTRAVADO .....</b>	<b>6</b>
<b>Locação da Obra .....</b>	<b>7</b>
<b>2.1 Limpeza e Preparo da Caixa .....</b>	<b>7</b>
<b>2.2.3 Regularização e preparo do subleito .....</b>	<b>8</b>
<b>Base para Pavimentação em Bloco Intertravado .....</b>	<b>8</b>
<b>2.4 Execução De Pavimento Em Intertravado .....</b>	<b>9</b>
<b>2.5 Assentamento de Meio-Fio .....</b>	<b>11</b>
<b>2.5.9 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>13</b>



Prefeitura Municipal de  
**Nova Viçosa - Estado da Bahia**  
Secretaria Municipal de Obras,  
Viação e Serviços Públicos

## MEMORIAL DESCRITIVO



## MEMORIAL DESCRITIVO

<b>Obra:</b>	OBRA: PAVIMENTAÇÃO DE AVENIDA PROJETADA NOS LIMITES DA BR 418 E PAVIMENTAÇÃO DA RUA DO RIBEIRÃO.		
<b>Endereço:</b>	INICIO NO BAIRRO BAIA DOS ANJOS E SEGUE ATÉ O BAIRRO APARECIDA E BAIRRO JARDIM DOS EUCALIPTOS - DISTRITO POSTO DA MATA - NOVA VIÇOSA - BA.		
<b>Detalhamento:</b>	Memorial Descritivo		
<b>Versão:</b>	..	<b>Data:</b>	Maio / 2024

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente memorial descritivo de procedimentos estabelece as especificações técnicas a seguir com o objetivo de nortear a execução dos serviços previstos de pavimentação em intertravado a ser realizado no distrito de Posto da Mata, município de Nova Viçosa – BA. Apresentando as condições técnicas mínimas a serem obedecidas na execução das obras e serviços acima citado fixando, portanto, os parâmetros mínimos a serem atendidos para materiais, serviços e equipamentos, seguindo as normas técnicas da ABNT e constituirão parte integrante dos contratos de obras e serviços.

A obra será executada conforme especificações técnicas que assegurem o bom resultado em função destas premissas bases, que são decorrentes de normas técnicas.

Os serviços não aprovados e que apresentarem vícios ou defeitos de execução serão demolidos e reconstruídos por conta da empreiteira, sem gerar ônus para a prefeitura.

Os materiais que não satisfizerem as especificações ou forem julgados inadequados, serão removidos do canteiro de obras dentro de 5 dias úteis, a contar da determinação do engenheiro fiscal.

Caso haja dúvida quanto ao projeto ou a execução, esta deverá ser esclarecida com antecedência, através do contato formal para com o engenheiro fiscal.



## **ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES**

- Rua do Ribeirão no Bairro Jardim dos Eucaliptos (Posto da mata), com as seguintes dimensões:
  - Área total: 4.228,00 metros quadrados;
  - Largura: 07,00 metros lineares;
  - Comprimento: 604,00 metros lineares.
  
- 09 Limpa rodas na Rua do Ribeirão no Bairro Jardim dos Eucaliptos (Posto da mata), com as seguintes dimensões:
  - Área total: 422,50 metros quadrados;
  - Largura: 07,00 metros lineares;
  - Comprimento: 216,00 metros lineares.
  
- Avenida Projetada nos limites da BR 418 (Posto da mata), com as seguintes dimensões:
  - Área total: 7.477,60 metros quadrados;
  - Largura: 08,00 metros lineares;
  - Comprimento: 934,70 metros lineares.
  
- Limpa rodas 01 Avenida Projetada nos limites da BR 418 (Posto da mata), com as seguintes dimensões:
  - Área total: 160,00 metros quadrados;
  - Largura: 10,00 metros lineares;
  - Comprimento: 16,00 metros lineares.
  
- Limpa rodas 02 Avenida Projetada nos limites da BR 418 (Posto da mata), com as seguintes dimensões:
  - Área total: 166,50 metros quadrados;
  - Largura: 09,00 metros lineares;
  - Comprimento: 18,50 metros lineares.





- Limpa rodas 03 Avenida Projetada nos limites da BR 418 (Posto da mata), com as seguintes dimensões:
- Área total: 96,00 metros quadrados;
- Largura: 04,80 metros lineares;
- Comprimento: 20,00 metros lineares.

## **SERVIÇOS**

### **1. SERVIÇOS PRELIMINARES**

Os serviços preliminares consistem na confecção e instalação de placas de obras e equipe técnica no levantamento e acompanhamento de equipe topográfica, engenheiro e encarregado de obras conforme especificações a seguir:

#### **1.1 PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO**

O projeto contempla 02 (DUAS) placas de obra a serem instaladas conforme indicação da fiscalização. A placa sera confeccionada em chapa metálica, nas dimensões de 3,00 x 2,00 m, conforme modelo da Prefeitura Municipal de Nova Viçosa. A placa será em chapa galvanizada nº 24, estruturadas em cantoneiras de ferro e pintura em esmalte sintético, de base alquídica ou aplicação de Vinil em Recorte Eletrônico. Cantoneiras de ferro, de abas iguais, de 25,40 mm (1") x 3,17 mm (1/8"), no requadro do perímetro e, também, internamente em travessas dispostas em cruz.

#### **1.2 Equipe Topográfica**

A equipe topográfica será composta por: topógrafo especializado, auxiliar de campo e nivelador, além dos equipamentos necessários para sua execução. Dever-se-á realizar levantamentos planialtimétricos para se determinar as cotas do projeto e definir o greide referente a pavimentação. A metodologia adotada para a execução dos trabalhos, em todas as etapas, deve seguir os critérios de levantamento estabelecidos na Resolução PR nº 22, de 21 de julho de 1983, ABNT - NBR 13.133 e demais legislações pertinentes, tratando-se de métodos de trabalho já consagrados, e universalmente adotados.



### 1.3 Engenheiro Civil

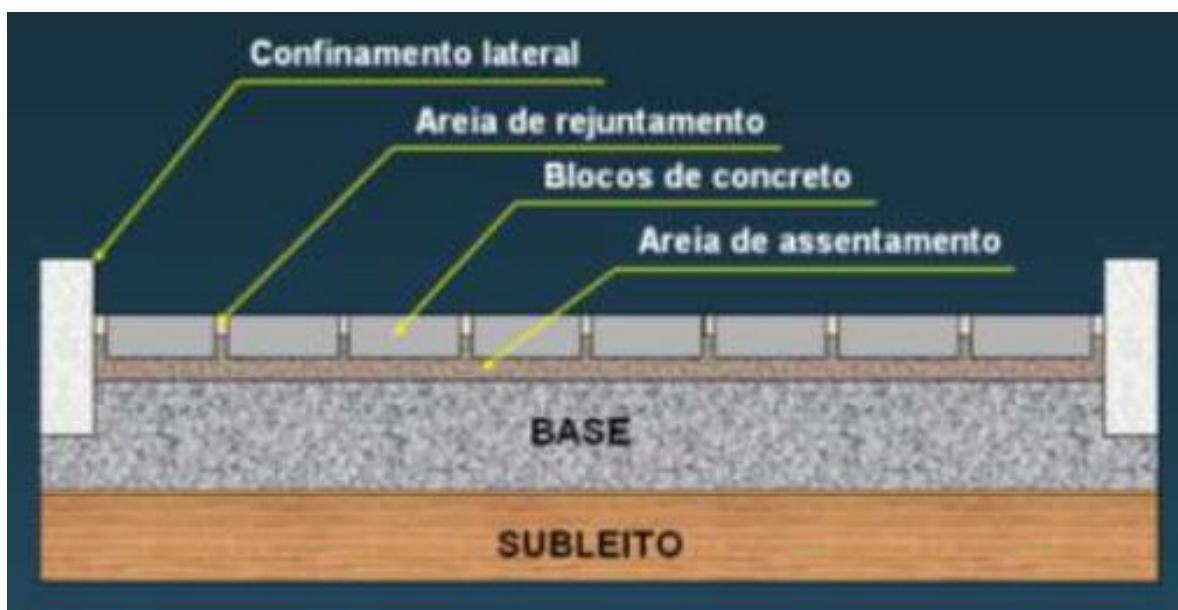
A obra deverá ser acompanhada por Engenheiro Civil devidamente registrado junto ao CREA, durante toda a execução da obra, compreendendo o cronograma previsto de 3 meses.

### 1.4 Encarregado Geral de Obras

A obra deverá ter acompanhamento em tempo integral do encarregado de obras durante o período de execução da obra, compreendendo o cronograma previsto de 3 meses.

## 2. PAVIMENTAÇÃO EM INTERTRAVADO

O pavimento intertravado é definido como um pavimento flexível cuja estrutura é composta por uma camada de base (ou base e sub-base), seguida por camada de revestimento constituída por peças de concreto justapostas em uma camada de assentamento e cujas juntas entre as peças são preenchidas por material de rejuntamento e o intertravamento do sistema é proporcionado pela contenção (Figura 1). A execução do pavimento intertravado deve cumprir as especificações da norma ABNT NBR 15953.



**Figura 1** - Estrutura típica do pavimento intertravado

As etapas para execução da pavimentação em intertravado são as que se seguem:



## **Locação da Obra**

Quem fornece esses dados é o topógrafo, profissional responsável, juntamente com sua equipe, por fazer o levantamento dos elementos existentes no terreno e confeccionar uma planta com a posição exata de cada um deles, assim como a variação de cotas no local. O topógrafo atuará na execução e no acompanhamento da obra, verificando se a execução está bem alinhada e posicionada, por exemplo. Ele trabalhará no monitoramento da obra, identificando se houve deslocamentos de estruturas.

### **2.1 Limpeza e Preparo da Caixa**

Será da CONTRATADA total responsabilidade sobre os serviços e despesas necessários à execução dos movimentos de terra, exceto no tocante à remoção de fossas, sumidouros, redes elétricas, de águas pluviais, telefônica, supressão e plantio da vegetação arbórea, e quaisquer outros elementos que eventualmente venham a ser encontrados no local da obra, tudo isto feito dentro da mais perfeita técnica preservando árvores e detalhes marcantes no terreno que possam ser aproveitados no projeto. Estes ficam a cargo da CONTRATANTE.

A contratada fará periódicas remoções de entulhos e detritos que venham a se acumular no recinto das obras durante a construção, depois de recolhidas em caçamba própria evitando assim que se espalhe até o recolhimento.

A abertura da caixa de rua consiste na escavação, carga e transporte de material não aproveitável para um local designado pela Fiscalização da Prefeitura Municipal como “bota-fora”, calculado a uma Distância Média de Transporte (DMT) de 4 km do centro de gravidade da obra. Será considerado material de descarte todo aquele que, mediante teste, não apresente características granulométricas e de compactação exigidas para servir de base do pavimento. A escavação do terreno natural para abertura da caixa será até o nível (greide) da terraplanagem e não deverá exceder a largura  $L + 0,30$  m, conforme seção transversal tipo.

O desenvolvimento da escavação se dará conforme a previsão de utilização ou rejeição dos materiais extraídos. Somente serão transportados, para a execução dos aterros, os materiais que forem considerados compatíveis com as Especificações e que atenderem às exigências de projeto. As massas excedentes, que não se destinarem a aterros ou a



substituição de material, serão objeto de remoção, de modo a não constituírem ameaça à estabilidade das obras, e nem prejudicarem o aspecto paisagístico ou o meio ambiente.

### **2.2.3 Regularização e preparo do subleito**

Esta especificação de serviço define os critérios de execução da camada de regularização e compactação do subleito do pavimento. Pode-se estudar a possibilidade de se alterar alguma especificação mediante apresentação de justificativa técnica, no qual demonstre condições favoráveis, e sem que traga ônus para o município. A conformação do subleito natural da área transversal e longitudinal incluindo cortes e aterros de até 20 cm de espessura.

A operação de regularização do terreno se dará dentro das faixas de serviço da obra, e deve ser executada conforme as diretrizes técnicas. A superfície do sub-leito deverá ser regularizada até assumir a forma da seção transversal tipo do leito carroçável. A compactação do sub-leito deverá ser feita por compactadores autopropulsores, progressivamente das bordas para o centro, até atingir o grau de compactação de 100% do PROCTOR NORMAL. Nos locais inacessíveis para os compactadores autopropulsores, deverão ser utilizados compactadores manuais de placa vibratória.

Os equipamentos utilizados para execução do serviço são: motoniveladora com escarificador, veículo tanque distribuidor de água, rolos compactadores do tipo pé-de-carneiro, liso-vibratório ou pneumático, poderão ser utilizados outros equipamentos com eficiência igual ou superior aos mencionados, desde que autorizados pela Fiscalização.

#### **Base para Pavimentação em Bloco Intertravado**

A camada sob a qual irá se executar a base deve estar totalmente limpa, desempenada e sem excessos de umidade. O material utilizado na execução da base do pavimento intertravado será solo laterítico (arenoso), uniformemente espalhada sobre uma superfície previamente preparada, resultando uma base homogênea e compactada. Os montes localizados ao longo do eixo serão espalhados com motoniveladora, deixando a camada com uma espessura uniforme longitudinal e transversalmente.





Na rolagem da camada de areia realizar-se-á uma rolagem inicial utilizando rolo vibratório autopropulsor, sem vibração visando acomodar a areia e eliminar os sulcos da motoniveladora deixados na camada na fase de espalhamento. Nessas condições a camada de areia, satisfeitos os controles geométricos e geotécnicos, está liberada para o recebimento da camada de assentamento.

O controle tecnológico constará na coleta de amostras a intervalos de 100m, na sequência LD, E, LE, LD, E, LE... Com cada amostra coletada, será realizado ensaio de granulometria, e a cada intervalo de 200m deverá ser executado ensaio de Equivalente de Areia. O material ensaiado deverá se enquadrar nos requisitos exigidos nesta Especificação.

A camada de areia será liberada desde que a espessura solta verificada por meio de um fio apoiado em estacas colocadas lateralmente à camada apresente uma variação máxima de  $\pm 2$  cm.

## **2.4 Execução De Pavimento Em Intertravado**

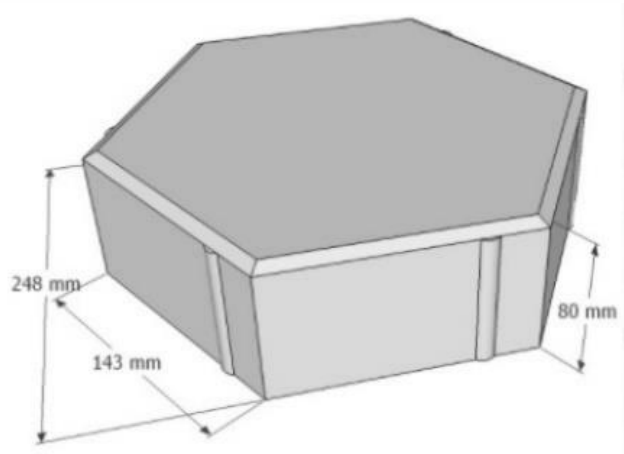
A camada de assentamento será espalhada e sarrafeada antes do assentamento dos blocos de concreto, deve ter espessura uniforme de 5cm em toda superfície de pavimentação. O Material para a camada de assentamento será areia média. Em caso de chuva com forte intensidade antes da colocação dos blocos, a camada de areia deve ser retirada e substituída por areia com umidade natural.

A pavimentação deverá executada com blocos pré-moldados de concreto no formato sextavado, com espessura de 8 cm, do tipo prensado, não sendo aceito blocos vibrados.

O posicionamento e alinhamento dos blocos ao longo da via deverá ser feito com linhas longitudinais e transversais fixadas e esticadas com estaca, varetas ou blocos. As linhas transversais e longitudinais deverão ser esquadrejadas. É importante verificar a correção no alinhamento dos blocos a partir da linha longitudinal e das linhas transversais dispostas a cada 5,0 m. As peças de concreto devem ser especificadas conforme estabelecido na norma ABNT NBR 9781.



As dimensões e tolerâncias das peças de concreto devem atender aos seguintes requisitos: a) medida nominal do comprimento de no mínimo 250 mm; e b) medida nominal da espessura de no mínimo 80 mm (Figura 2).



**Figura 2 – Modelo Bloco Sextavado Prensado**

As peças de concreto do lote devem ser inspecionadas visualmente, objetivando identificar peças com defeitos que possam vir a prejudicar o assentamento, o desempenho estrutural ou a estética do pavimento. As peças de concreto devem apresentar aspecto homogêneo, arestas regulares e ângulos retos e devem ser livres de rebarbas, defeitos, de laminação e descamação. Pequenas variações de coloração nas peças em virtude do processo de fabricação e da variação das matérias-primas são admitidas.

A uniformidade superficial e as juntas dos blocos serão criteriosamente fiscalizadas, tendo como junta padrão abertura mínima: em média de 2,5 mm e máxima aceitável de 5,0 mm. O arremate dos blocos junto às guias deverá ser feito com blocos cortados (meia peça) com guilhotina ou outra ferramenta que propicie o corte regular das peças (quando necessário). Os blocos de ajustes devem ser cortados 2,0 mm mais curto que o espaço a ser preenchido. Para preencher espaços vazios menores que 1/4 do bloco deverá ser utilizado uma argamassa (1:4).

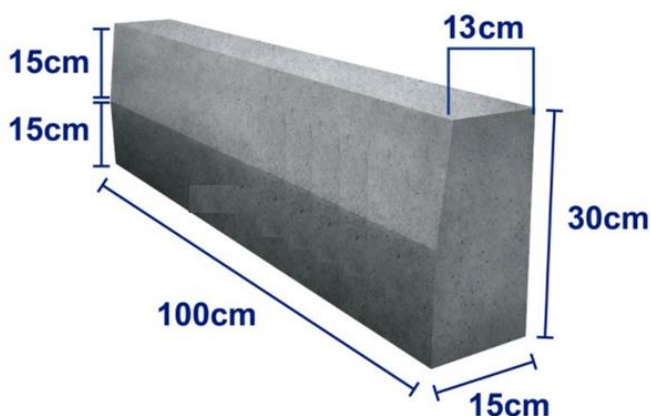
A compactação do pavimento deverá ser feita com o uso de placas vibratórias. Esta terá por função rasar os blocos pela face externa, iniciar o adensamento da camada de areia, e fazer o material granular penetrar, de baixo para cima, nas juntas entre as faces laterais para produzir o intertravamento dos blocos. Caso haja quebra dos blocos na primeira etapa de compactação, este deverá ser retirado e substituído.



O rejuntamento dos blocos deverá ser feito com areia fina, com grãos menores que 2,5 mm. Na hora da colocação, a areia precisa estar seca, sem cimento ou cal, caso a areia estiver muito molhada, deverá ser espalhada em camadas finas para secar ao sol. A areia deverá ser colocada em camadas finas de modo que não cubra os blocos e prejudique o espalhamento da areia. O espalhamento é feito com vassourão até que as juntas sejam completamente preenchidas.

## 2.5 Assentamento de Meio-Fio

Na execução de meio-fio pré-fabricado, deve-se executar o rejuntamento dos vãos entre as peças com argamassa traço 1:5. As guias pré-fabricadas tem a dimensão de 100x15x13x30 cm (comprimento x base inferior x base superior x altura). O modelo do meio-fio deve seguir ao da Figura 2 abaixo:



**Figura 3 – Modelo Meio-fio Pré-fabricado**

Os meios-fios deverão ser pré-moldados em formas metálicas ou de madeira revestidas que conduza a igual acabamento, sendo submetidos a adensamento por vibração.

### 2.5.7 Travamento de Meio-Fio

O travamento de meio-fio será realizado com aterro nas laterais, após a fixação das guias, o espaço entre elas é preenchido com aterro, que é compactado em camadas para garantir a firmeza da estrutura.

O travamento de meio-fio com aterro deve ser executado por profissionais qualificados, seguindo as normas técnicas e de segurança estabelecidas. Além disso, a escolha dos materiais adequados e a execução correta dos procedimentos são essenciais para a eficiência e durabilidade da obra.



### **2.5.8 Junção da Pavimentação Nova com a Antiga**

A área de intervenção abrange as zonas onde a nova pavimentação em intertravado irá se conectar com a pavimentação antiga. A junção será tratada com especial atenção para evitar problemas futuros como desníveis, descolamento ou desajustes.

#### **Preparação da Superfície Existente**

**Limpeza da Área:** A superfície da pavimentação antiga será completamente limpa para remover quaisquer detritos, poeira ou outros contaminantes. Isso será realizado através de varrição e, se necessário, lavagem com água.

**Inspeção e Reparos:** Inspecionar a pavimentação existente para identificar qualquer dano que precise de reparo antes da junção. Pedras soltas ou quebradas serão substituídas e a base subjacente será ajustada conforme necessário.

**Nivelamento da Superfície:** Verificar o nivelamento da área onde a nova pavimentação será conectada. A base de suporte será ajustada para garantir que as superfícies antiga e nova estejam niveladas e alinhadas.

#### **Preparação da Base para a Nova Pavimentação**

**Escavação e Nivelamento:** Realizar a escavação da área para a nova pavimentação, removendo o solo existente até a profundidade necessária. Em seguida, nivelar e compactar a base.

**Camada de Base e Sub-base:** Aplicar e compactar as camadas de sub-base e base, geralmente utilizando brita graduada ou areia compactada, garantindo a espessura e a densidade adequadas.

**Acabamento da Base:** Colocar uma camada final de areia fina e nivelada sobre a base compactada para a correta acomodação das pedras de intertravado.

#### **Colocação do Pavimento Intertravado**

**Posicionamento das Pedras:** Colocar as pedras de intertravado na área preparada, iniciando a partir da junção com a pavimentação existente. As pedras devem ser posicionadas firmemente, mantendo o mesmo padrão e espaçamento da pavimentação antiga.

**Ajustes e Corte das Pedras:** Onde necessário, cortar as pedras de intertravado para garantir um ajuste perfeito na linha de junção. Ferramentas adequadas, como cortadores de pedras ou serras, serão utilizadas para este propósito.





Compactação e Alinhamento: Após a colocação das pedras, compactá-las com um compactador vibratório para garantir que estejam firmemente assentadas e niveladas. Verificar o alinhamento e fazer os ajustes necessários.

### **Aplicação de Areia de Vedação**

Distribuição de Areia: Espalhar areia fina sobre toda a área pavimentada, incluindo a junção entre a pavimentação nova e a antiga.

Preenchimento dos Vãos: Varrer a areia para preencher todos os vãos entre as pedras de intertravado, garantindo que a areia penetre bem nos espaços.

Compactação Final: Realizar uma última compactação da pavimentação para assegurar que a areia esteja bem compactada entre as pedras, estabilizando a superfície.

### **Acabamento e Inspeção Final**

Limpeza Final: Remover qualquer excesso de areia e realizar uma limpeza geral da área pavimentada.

Inspeção: Realizar uma inspeção detalhada da junção para verificar a qualidade do trabalho realizado. Qualquer irregularidade ou desnível será corrigido imediatamente.

A junção da pavimentação nova com a antiga em intertravado será executada com técnicas e materiais de alta qualidade para garantir uma superfície durável e uniforme. Todo o processo será monitorado de perto para assegurar que todas as etapas sejam realizadas conforme especificações

## **2.5.9 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Caso haja de algum serviço, que porventura não esteja especificado em planilha ou memorial, ou modificação na especificação de materiais, deverá ser discutido com a fiscalização para aprovação e posterior execução.

Documento assinado digitalmente



SHESTY PINTO FERREIRA

Data: 30/08/2024 11:09:51-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**RESPONSÁVEL TÉCNICO**

**SHESTY PINTO**

**FERREIRA**

**ENGENHEIRO CIVIL CREA -BA 51858459-3**



**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**

**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA -  
CONDER**

**NÚCLEO ADMINISTRATIVO - CONDER/DIPRE/PROJUR/NA**

**TERMO DE CONVÊNIO Nº 042/2025 QUE ENTRE SI  
CELEBRAM A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO  
DO ESTADO DA BAHIA - CONDER E O MUNICÍPIO DE NOVA  
VIÇOSA, BAHIA.**

A **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA – CONDER**, empresa pública vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEDUR, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.595.251/0001-08, sediada na Av. Edgard Santos, nº 936, Narandiba, neste ato, representada pelo seu **Diretor Presidente**, Sr. **José Gonçalves Trindade**, inscrito no CPF sob o nº 287.078.345-00, e pela **Diretora de Equipamentos e Qualificação Urbanística**, Sra. **Larissa Dantas de Melo Britto**, inscrita no CPF sob o nº 785.659.365-20, residentes e domiciliados nesta Capital, e o **MUNICÍPIO DE NOVA VIÇOSA/BA**, pessoa jurídica de direito público interno, sediado na Avenida Oceânica, nº 2994, bairro de Abrolhos I, no Município de Nova Viçosa, Bahia, CEP 45.920-000, inscrito no CNPJ sob o nº 13.761.531/0001-49, neste ato representado pela **Prefeita Luciana Sousa Machado Rodrigues**, inscrita no CPF sob o nº 030.151.046-67, portadora da Carteira de Identidade nº M8587960, expedida pela SSP/MG, a seguir denominados em conjunto como **PARTÍCIPEs** e, separadamente, como **CONCEDENTE** e **CONVENENTE**, respectivamente, tendo em vista o constante do processo administrativo SEI nº 043.4114.2025.0003267-65, resolvem celebrar o presente Convênio, sujeitando-se, aos termos do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CONDER, bem como do Decreto Estadual nº 9.266, de 14/12/2004, e suas alterações, além da Resolução TCE/BA nº 144/13 e suas alterações, no que couber, mediante as cláusulas e condições abaixo.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente Convênio tem como objeto a cooperação técnica e financeira entre a **CONCEDENTE** e o **CONVENENTE** para **PAVIMENTAÇÃO EM INTERTRAVADO COM DRENAGEM SUPERFICIAL DA AVENIDA PROJETADA E DA RUA RIBEIRÃO, NO DISTRITO DE POSTO DA MATA, MUNICÍPIO DE NOVA VIÇOSA, BAHIA**, conforme Plano de Trabalho que passa a integrar o presente, independente de transcrição.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DOS RECURSOS FINANCEIROS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Os recursos financeiros para a execução deste convênio estão fixados no valor total de **R\$ 2.072.526,88 (dois milhões, setenta e dois mil, quinhentos e vinte seis reais e oitenta e oito centavos)**, sendo:

- **R\$ 2.029.661,21 (dois milhões, vinte e nove mil seiscentos e sessenta e um reais e vinte e um centavos)** a serem custeados pela **CONCEDENTE**, através da seguinte dotação orçamentária: Unidade Orçamentária: 26.401 - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER; Unidade Gestora: 0001 - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER - Executora; Ação: 15.451.419.1162 - Implantação de Infraestrutura Viária em Áreas Urbanas; Natureza da Despesa: 4.4.40.42.000 - Auxílios; Destinação de Recurso: 1.500.0.100.000000.00.00.00 - Tesouro.
- **R\$ 42.865,67 (quarenta e dois mil oitocentos e sessenta e cinco reais e sessenta e sete centavos)** a serem custeados, a título de contrapartida, pelo **CONVENENTE**, através da seguinte dotação orçamentária: DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 1004 - Pavimentação e Restauração de Vias de Acessos Públicos; UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 2.08.01- SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS; FONTE: 01708; ELEMENTO DE DESPESA: 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações.

**Parágrafo Primeiro** – Os recursos de que trata a presente cláusula destinam-se exclusivamente à realização do disposto na cláusula primeira, sendo vedado o seu emprego, ainda que transitoriamente, em outras despesas ou quaisquer atividades que não estejam plenamente vinculadas ao perfeito atendimento do objeto deste Convênio.

**Parágrafo Segundo** – É vedada a utilização dos recursos do presente Convênio para pagamento de despesas referentes à pessoal da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, a qualquer título e sob qualquer forma, diretamente ou através de terceiros, bem como em finalidade diversa da estabelecida neste Convênio.

**Parágrafo Terceiro** – É vedada a redistribuição dos recursos recebidos a outras entidades, congêneres ou não.

**Parágrafo Quarto** – O **CONVENENTE** responsabilizar-se-á pelo cumprimento dos objetivos, metas e cronograma de execução constantes no Plano de Trabalho, conforme projeto apresentado à **CONCEDENTE**, cabendo-lhe o gerenciamento dos recursos financeiros, indissociavelmente vinculados ao objeto deste Convênio.

**Parágrafo Quinto** – As despesas essenciais à execução do objeto conveniado que excederem ao valor previsto nesta cláusula, serão de inteira e exclusiva responsabilidade do **CONVENENTE**, que proverá os recursos necessários à sua cobertura, através de contrapartida, a ser formalizada por meio de Termo Aditivo.

**Parágrafo Sexto** – Os recursos previstos nesta cláusula serão utilizados em estrita conformidade com o Plano de Trabalho.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS**

A liberação dos recursos financeiros a cargo da **CONCEDENTE**, previstos na Cláusula Segunda, dar-se-á de acordo com o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho, observando as vedações dispostas no art. 73, inciso VI, letra “a” da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

**Parágrafo Primeiro** – A publicação do Convênio, a ser realizada na forma da Cláusula Décima Quarta deste instrumento, autoriza o **CONVENENTE** a lançar o procedimento licitatório, nos moldes do quanto disposto nas Leis Estadual nº 14.634/2023 ou Federal nº 14.133/2021, para contratação do objeto pactuado.

**Parágrafo Segundo** – Em situações excepcionais, mediante justificativa devidamente fundamentada, poderá a **CONCEDENTE** aceitar licitação realizada antes da assinatura do convênio, desde que homologada em prazo não superior aos 06 (seis) meses que antecedem a

publicação do Convênio, observadas as seguintes condições:

I - que fique demonstrado que a contratação é mais vantajosa para o conveniente, se comparada com a realização de uma nova licitação;

II - que a licitação tenha seguido as regras estabelecidas nas Lei Federal nº 14.133/2021, ou na Lei Estadual nº 14.634/2023, inclusive quanto à obrigatoriedade da existência de previsão de recursos orçamentários que assegurassem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executadas;

III - que o projeto básico, no caso de obras de engenharia, tenha sido elaborado de acordo com o que preceituam os normativos legais aplicáveis à espécie;

IV - que o objeto da licitação deve guardar compatibilidade com o objeto do convênio, caracterizado no Plano de Trabalho, sendo vedada a utilização de objetos genéricos ou indefinidos;

V - que a empresa vencedora da licitação venha mantendo, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

VI – que seja atestada, pelo responsável técnico do CONVENIENTE, a viabilidade técnica e financeira da proposta vencedora do certame em relação ao objeto conveniado.

**Parágrafo Terceiro** – Os documentos referentes ao Certame Licitatório e ao Contrato celebrado devem ser apresentados pelo **CONVENIENTE** à **CONCEDENTE**, imediatamente após a conclusão da licitação, juntamente com a declaração que atende ao disposto na Lei Estadual ou Leis Federais de Licitações.

**Parágrafo Quarto** – A liberação de cada parcela está obrigatoriamente adstrita:

I – ao cronograma de desembolso, desde que cumpridas todas as atividades nele previstas para as fases e/ou etapas correspondentes;

II - Sendo a liberação dos recursos programada para ser efetuada em três ou mais parcelas, a liberação da terceira parcela ficará condicionada à aprovação da prestação de contas da primeira parcela e à apresentação da prestação de contas da segunda parcela, bem como a liberação da quarta parcela ficará condicionada à aprovação da prestação de contas da segunda e à apresentação da prestação de contas da terceira parcela, e assim sucessivamente.

III – Sendo a liberação dos recursos programada para ser efetuada em até 02 (duas) parcelas, a prestação de contas será exigida no final do convênio, de forma global.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DA OBSERVÂNCIA A REGULARIDADE DOS GASTOS E DESPESAS REALIZADAS POR FORÇA DO CONVÊNIO**

Considerando o quanto disposto na legislação de regência, além das demais condições estabelecidas na Cláusula Sexta, é de observância obrigatória por parte do **CONVENIENTE**.

**Parágrafo Primeiro** – O **CONVENIENTE** movimentará os recursos previstos na cláusula segunda em conta bancária específica, vinculada ao Convênio, sendo vedado efetuar saques ou pagamentos em espécie a terceiros não identificados no processo de execução do Convênio.

**Parágrafo Segundo** – Na aplicação dos recursos, para a execução de obras, serviços e compras visando à realização do objeto do Convênio, deverão ser observados os princípios da legalidade, economicidade e da eficiência, conforme Lei Federal nº 14.133/2021 e Lei Estadual nº 14.634/2023, devendo as contratações submeterem-se a processo licitatório, sob pena de apuração da responsabilidade do **CONVENIENTE**.

**Parágrafo Terceiro** – Os saldos do Convênio, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão de seu uso



for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto, lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos se verificar em prazos menores que um mês.

**Parágrafo Quarto** – As receitas financeiras, auferidas na forma do parágrafo terceiro, serão obrigatoriamente computadas a crédito do Convênio, e poderão ser aplicadas exclusivamente no seu objeto, desde que haja solicitação motivada, com concordância e prévia anuência da **CONCEDENTE**, devendo, em qualquer caso, constar demonstrativo específico que integrará as prestações de contas.

**Parágrafo Quinto** – Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do Convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à **CONCEDENTE**, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de contas especial, providenciada pela **CONCEDENTE**.

**Parágrafo Sexto** – O **CONVENENTE** se obriga à observância das normas tributárias, sendo solidariamente responsável com o fornecedor por eventual ausência e/ou erros nas retenções obrigatórias e recolhimentos realizados.

## **CLÁUSULA QUINTA – DA POSSIBILIDADE DE SUSPENSÃO DOS REPASSES FINANCEIROS**

O repasse dos recursos ficará automaticamente suspenso, e retidos os valores respectivos, até o saneamento da irregularidade, caso haja inadimplemento de quaisquer das obrigações previstas neste Convênio, especialmente:

- a) quando não tiver havido comprovação da boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida, na forma da legislação aplicável, inclusive mediante procedimentos de fiscalização local, realizados periodicamente pela **CONCEDENTE** ou pelos órgãos competentes do controle interno da Administração;
- b) quando o **CONVENENTE** deixar de observar a compatibilidade da planilha do processo licitatório e/ou do contrato de execução do objeto com a planilha aprovada no convênio;
- c) quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas e/ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais de Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do Convênio, ou o inadimplemento do **CONVENENTE** relativamente a outras cláusulas do Convênio;
- d) quando o **CONVENENTE** deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pela **CONCEDENTE** ou pelos órgãos competentes do controle interno da Administração.
- e) Quando o **CONVENENTE**, na forma do quanto descrito na Cláusula Oitava do presente instrumento, não prestar contas da parcela anteriormente aplicada, ou houver pendências na prestação.

**Parágrafo Único** – A inobservância das condições estabelecidas nesta Cláusula é passível de ensejar a rescisão do Convênio, independentemente de sua formalização, bem como a inscrição do **CONVENENTE** no SICON, além da adoção do procedimento de Tomada de Contas Especial.

## **CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES**

Além dos compromissos gerais a que se submetem, por força deste Convênio, os **PARTICÍPES** se comprometem a:

## **I – CONCEDENTE:**

- a) acompanhar sistematicamente o Convênio, inclusive mediante requerimento, a qualquer tempo, de documentação apta a demonstrar a boa e regular aplicação dos recursos recebidos e, quando necessário, proceder alterações através de termos aditivos, antes do término do Convênio;
- b) atualizar o cronograma de desembolso quando houver atualização do plano de aplicação ou insuficiência de recursos;
- c) transferir ao **CONVENIENTE** os recursos estipulados na Cláusula Segunda referentes à sua participação financeira;
- d) designar um dos funcionários pertencentes a equipe da Coordenação de Convênios da SUCONV, integrante do quadro da Diretoria de Equipamentos e Qualificação Urbanística da CONDER, para supervisionar e avaliar a realização do objeto deste Convênio o qual, diretamente ou por meio de auxiliar de fiscalização, fará as visitas e inspeções necessárias, e emitindo e/ou validando os competentes relatórios.
- e) analisar a prestação de contas apresentada pelo **CONVENIENTE**;
- f) apresentar, ao final de cada etapa e/ou fase prevista no Plano de Trabalho, relatório acerca do estágio de sua execução, atestando, em sendo o caso, o seu cumprimento para a liberação das parcelas correspondentes as etapas e/ou fases de execução seguintes;
- g) quando o convênio for programado para repasse em até duas parcelas, o setor responsável por sua fiscalização, tendo conhecimento de qualquer irregularidade na aplicação dos recursos, poderá a qualquer momento, mediante justificativa fundamentada, requerer a inscrição do conveniente no SICON;
- h) Nos convênios cuja programação de repasse for de três ou mais parcelas, a partir do repasse da segunda parcela, transcorridos 60 (sessenta) dias do pagamento sem que seja apresentada e aprovada prestação de contas da parcela anterior, a CONCEDENTE deverá registrar o CONVENIENTE no SICON. O prazo começará a ser contado na data do último pagamento da respectiva parcela, conforme o quanto disposto no art. 16 c/c art. 7º, letra “e”, item 3, do Regulamento instituído pelo Decreto Estadual n.º 9.266/2004;
- i) quando o objeto do Convênio for a execução de obras ou benfeitorias em imóvel, emitir documento de avaliação técnica sobre a regularidade documental da propriedade, bem como a viabilidade técnica e financeira da implantação da obra ou de suas benfeitorias na área respectiva, em consonância com o projeto básico.
- j) manter controle atualizado sobre os recursos liberados e as prestações de contas.

## **II – CONVENIENTE**

- a) encaminhar o procedimento licitatório junto à **CONCEDENTE**, bem como apresentar a Declaração de Conformidade do Processo, antes de iniciar qualquer atividade do Convênio;
- b) depositar em conta específica, vinculada ao Convênio, o valor correspondente a sua contrapartida, quando houver, de acordo com o cronograma de desembolso previsto no Plano de Trabalho;
- c) encaminhar ao CONCEDENTE, antes do início das atividades constantes no Plano de Trabalho, a ART de fiscalização de obra, emitida em nome do técnico responsável pelo acompanhamento do convênio, indicado no Formulário de Projeto, ou outro de mesma habilitação, procedendo da mesma forma quando necessária a substituição do técnico.;
- d) realizar medição dos serviços e apresentar relatório de execução físico - financeiro, informando o percentual realizado do objeto e a sua compatibilidade com montante financeiro dos recursos recebidos e atendimento dos fins propostos, ficando vedada a realização de

medições, empenhos, liquidações e pagamentos fora da vigência do Convênio;

- e) prestar contas das parcelas recebidas, na forma e nos prazos estabelecidos na Cláusula Oitava do presente instrumento.
- f) aplicar os recursos previstos na Cláusula Segunda, bem assim os rendimentos financeiros auferidos, quando previamente autorizados pela **CONCEDENTE**, exclusivamente na execução do objeto deste Convênio;
- g) fazer constar na divulgação, através de quaisquer meios de comunicação, inclusive impressos, cartazes, painéis, faixas etc. a logomarca da **CONCEDENTE**;
- h) contratar obras, serviços e compras para a execução do objeto deste Convênio, somente mediante processo licitatório e/ou contratação direta, nas hipóteses e determinações da Lei Estadual nº 14.634/2023 ou da Lei Federal nº 14.133/2021;
- i) assumir, por sua conta e risco, as despesas referentes às taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, bem como as despesas referentes a atrasos nos pagamentos, sendo vedada a utilização de recursos do Convênio para tal finalidade;
- j) assumir, sob sua única e exclusiva responsabilidade, os encargos tributários, trabalhistas e previdenciários de todo o pessoal envolvido na execução do objeto deste Convênio, que não terão qualquer vínculo empregatício ou relação de trabalho com a **CONCEDENTE**.
- k) requerer, quando cabível, a autorização da **CONCEDENTE** para alteração do plano de aplicação, que deverá ser formalizada por meio de Termo Aditivo;
- l) restituir ao **CONCEDENTE** o valor repassado e/ou aquele cuja aplicação não tenha sido aprovada pelo **CONCEDENTE**, acrescido de eventuais rendimentos de aplicação financeira, tendo por marco a data de sua conclusão ou extinção, quando: não for executado o objeto do Convênio ou não for atestada a sua funcionalidade; não for apresentada, no prazo exigido, a prestação de contas; os recursos forem utilizados irregularmente ou em finalidade não estabelecida neste Convênio;
- m) movimentar os recursos em conta bancária exclusiva do Convênio, realizando-as na forma estabelecida no art. 7º, alínea f, 8, do regulamento criado pelo Decreto Estadual n.º 9266/2004;
- n) apresentar documentação atualizada, exigida pelo RILC e pelo regulamento criado pelo Decreto Estadual n.º 9.266/2004, quando da celebração do Convênio e de seus respectivos Termos Aditivos, observado o disposto no art. 3º, §4º, do referido Decreto;
- o) comprovar a correta aplicação dos recursos mediante apresentação dos documentos idôneos para a comprovação dos gastos;
- p) apresentar Termo de Declaração contendo as informações atualizadas do gestor responsável pela entidade **CONVENIENTE**, na forma e pelo prazo estabelecido no inciso IX do artigo 6º da Resolução nº 144/2013 do TCE;
- q) apresentar, no caso de obras ou benfeitorias, até o final da execução do Convênio, a certidão de regularidade da posse e da propriedade do imóvel, documento expedido pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI, no caso de ocupação de área de comunidade indígena, e nos casos de imóvel tombado, documento de autorização emitido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN e/ou pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural - IPAC, conforme o caso;
- r) transferir, para sua titularidade e/ou do beneficiário final, os contratos relacionados aos serviços de água, esgotamento e energia junto às respectivas concessionárias, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da formalização do Termo de Recebimento Provisório;

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONVÊNIO**

A **CONCEDENTE** exercerá as atribuições de acompanhamento, fiscalização e avaliação da

execução deste Convênio, pelo que indica, desde já, o (a) técnico(a) Sr(a). **Luiz Antônio Melo**, lotado (a) na Diretoria de Equipamentos e Qualificação Urbanística, sob matrícula n.º **92001027**, além do exame das despesas, com a avaliação técnica relativa à aplicação dos recursos repassados, a fim de verificar sua correta utilização, mediante a elaboração de relatórios, realização de inspeções e visitas, e atestação da satisfatória realização do objeto do Convênio.

**Parágrafo Primeiro** – Fica assegurado à **CONCEDENTE** o livre acesso de seus técnicos credenciados para acompanhar, a qualquer tempo e lugar, todos os atos e fatos praticados, relacionados direta ou indiretamente a este Convênio, quando em missão fiscalizadora e/ou de auditoria.

**Parágrafo Segundo** – O acompanhamento e a fiscalização do Convênio, exercidos pela **CONCEDENTE**, não importa em substituição, tampouco excluem ou reduzem, a responsabilidade do **CONVENENTE** de acompanhar e supervisionar a execução e as ações desenvolvidas para execução do objeto deste Convênio.

## **CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

O **CONVENENTE** deverá encaminhar à **CONCEDENTE** prestação de contas de todos os recursos recebidos, sendo esta parcial e/ou total, devendo sempre vir acompanhada dos documentos exigidos pela legislação de regência, conforme regras estipuladas abaixo:

**I** - A Prestação de contas parcial refere-se a cada uma das parcelas do recurso liberado, exceto a última, e será exigida quando a liberação dos valores ocorrer em 03 (três) parcelas ou mais, sendo a aprovação da prestação de contas da 1ª parcela condição indispensável à liberação da 3ª, a aprovação da prestação de contas da 2ª parcela, condição indispensável à liberação da 4ª e assim sucessivamente, devendo cada uma delas ocorrer dentro de 30 (trinta) dias do prazo final da aplicação de cada parcela ou do término da vigência estabelecido pelo respectivo convênio.

**II** – A Prestação de Contas total refere-se à prestação a ser efetuada no final do convênio de forma global, exigida para todos os tipos de liberação, que será analisada e avaliada na unidade técnica responsável da **CONCEDENTE**, formalizada por meio de relatório de cumprimento do objeto do convênio e dos documentos elencados no art. 21 do Decreto Estadual nº 9.266/04, bem como no quanto disposto nos artigos 4º, 5º e 8º da Resolução TCE/BA nº 144/13 e suas alterações.

**Parágrafo Primeiro** – Quando a liberação de recursos for efetuada em até duas parcelas, a prestação de contas será exigida dentro de 30 (trinta) dias do final da vigência do convênio, de forma global.

**Parágrafo Segundo** - A prestação de contas deverá ser instruída, dentre outros elementos, com relatório de execução físico-financeiro, atestado e assinado por profissional devidamente habilitado e identificado, e deverá informar o percentual de realização do objeto do Convênio, sua compatibilidade com o montante financeiro dos recursos recebidos e planilha conveniada, a funcionalidade e qualidade da obra, além do atendimento aos fins propostos.

**Parágrafo Terceiro** – Quando o objeto contemplar a aquisição de máquinas ou equipamentos, o relatório de execução físico-financeira deverá mencionar se foram instalados e se estão em efetivo funcionamento e, no que couber, a sua destinação após a conclusão do objeto.

**Parágrafo Quarto** – Quando o objeto incluir a execução de obras e serviços de engenharia, o relatório de execução físico-financeiro deverá informar se o seu recebimento é provisório ou definitivo, apresentando as certidões de quitação dos encargos incidentes sobre a obra, bem como o documento hábil expedido pelo poder público municipal, liberando a obra para uso e utilização para os fins autorizados, quando cabível, além de especificar a propriedade do imóvel



produzido e/ou requalificado com os recursos conveniados.

**Parágrafo Quinto** - O demonstrativo das origens e aplicações dos recursos incluirá, além dos recursos estaduais repassados, os rendimentos decorrentes da aplicação no mercado financeiro e os recursos previstos de contrapartida do **CONVENENTE**, assim como as aplicações dos recursos totais e os saldos porventura devolvidos.

**Parágrafo Sexto** - Constatada irregularidade na apresentação da prestação de contas, a **CONCEDENTE** notificará o **CONVENENTE** para, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sanar as irregularidades ou cumprir a obrigação, suspendendo-se, quando se tratar de prestação de contas parcial, a liberação dos recursos até que sejam sanadas as pendências.

**Parágrafo Sétimo** – Transcorrido o prazo fixado na notificação sem que tenha sido apresentada ou saneada a prestação de contas respectiva, o **CONVENENTE** será registrado no Sistema de Informações Gerenciais de Convênios e Contratos - SICON.

**Parágrafo Oitavo** – Após consumada a inscrição no SICON, na forma como indicado no parágrafo anterior, deverá o **CONVENENTE** ser notificado da efetivação do registro e instado a, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação, sob pena de que, findo o prazo indicado sem saneamento, seja instaurada a Tomada de Contas Especial.

**Parágrafo Nono** – Requer a instauração da Tomada de Contas Especial as seguintes ocorrências:

a) rescisão do convênio, na hipótese estabelecida no art. 32 do Regulamento do Decreto nº 9.266/2004;

b) não aprovação da prestação de contas, apesar de eventuais justificativas apresentadas pelo **CONVENENTE**, em decorrência de:

1. não execução total do objeto pactuado;
2. atingimento parcial dos objetivos ajustados; 3. desvio de finalidade;
4. impugnação de despesas;
5. não cumprimento dos recursos de contrapartida;
6. não aplicação de rendimentos de aplicações financeiras no objeto pactuado;

c) ocorrência de desfalques ou desvio de dinheiro, bens e valores públicos;

d) prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo, desarrazoado ou antieconômico, de que resulte danos ao erário ou ao patrimônio público;

**Parágrafo Décimo** - A aprovação da prestação de contas fica condicionada à verificação da regularidade dos documentos apresentados, conforme previsto nos parágrafos desta cláusula, bem assim à certificação do cumprimento da etapa(s) e/ou fase(s) de execução correspondente, mediante parecer circunstanciado do servidor responsável pela fiscalização do Convênio indicado na alínea “d” do inciso I da Cláusula Sexta, contendo o percentual de realização do objeto do Convênio, sua compatibilidade com o montante financeiro dos recursos recebidos e planilha conveniada, a funcionalidade e qualidade da obra, além do atendimento aos fins propostos.

**Parágrafo Décimo Primeiro** - A prestação de contas de que trata esta cláusula não exime o **CONVENENTE** de comprovar a regular aplicação dos recursos ao Tribunal de Contas do Estado e a outros órgãos de controle interno e externo da Administração Estadual, nos termos da legislação específica vigente.

**Parágrafo Décimo Segundo** – Somente após a aprovação da prestação de contas final apresentada pelo **CONVENENTE** é que será dada a quitação da boa e regular execução do objeto deste Convênio, com emissão do respectivo Termo de Encerramento, a ser formalizado e publicado por Portaria da Diretoria responsável pela gestão do Convênio junto à

## **CONCEDENTE.**

### **CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO DO CONVÊNIO**

É vedada a alteração do objeto do Convênio, salvo para a sua ampliação, desde que tal alteração seja promovida através de termo aditivo, com respectivo Plano de Trabalho, após comprovada a execução das etapas e/ou fases de execução anteriores, com a devida aprovação da prestação de contas, conforme disposto no art. 6º, inciso I, da Resolução TCE/BA nº 144/2013 e suas alterações.

**Parágrafo Único** – Fica assegurado à **CONCEDENTE** a prerrogativa de prorrogar de ofício a vigência deste Convênio, sempre que der causa a atraso na liberação dos recursos, ou na publicação de aditivos solicitados tempestivamente, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado.

### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXTINÇÃO DO CONVÊNIO**

A extinção do Convênio se dará mediante o cumprimento do seu objeto ou nas demais hipóteses previstas nos parágrafos seguintes.

**Parágrafo Primeiro** – O Convênio poderá ser denunciado por qualquer dos partícipes, mediante notificação escrita, contendo as razões de relevante interesse que ensejaram sua necessidade e conveniência, hipótese em que o **CONVENENTE** fica obrigado a restituir integralmente os recursos recebidos e não aplicados no objeto do Convênio, ou aplicados sem funcionalidade, conforme parecer da **CONCEDENTE**, acrescidos do valor correspondente às aplicações financeiras, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

**Parágrafo Segundo** – O descumprimento de qualquer das cláusulas do Convênio é causa para sua rescisão, independentemente de sua formalização, especialmente quando verificadas as seguintes situações:

- a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- b) falta de apresentação de prestação de contas de qualquer parcela, conforme prazos estabelecidos;
- c) aplicação dos recursos no mercado financeiro em desacordo com as autorizações legais;

**Parágrafo Terceiro** – A extinção do Convênio por quaisquer das irregularidades referidas, também ensejará a restituição em 30 (trinta) dias dos recursos financeiros ainda não aplicados na execução do objeto, bem como seus rendimentos, nos termos do parecer emitido pelo **CONCEDENTE**, sem prejuízo da necessária prestação de contas.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PESSOAL**

O **CONVENENTE** se responsabiliza por todo pessoal utilizado na execução do objeto deste Convênio, que não terá relação jurídica de qualquer natureza com a **CONCEDENTE**.

**Parágrafo Único** – A inadimplência da entidade **CONVENENTE** em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à **CONDER** a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do convênio.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA**

O presente Convênio terá vigência de **06 (SEIS) MESES**, contados da data de publicação deste Termo, podendo ser prorrogado, mediante a formalização de aditivo, desde que aprovado novo Plano de Trabalho.

**Parágrafo Único** – Findo o prazo de vigência previsto nesta cláusula, o **CONVENENTE** disporá de 30 (trinta) dias para apresentação e mais 30 (trinta) dias para aprovação da Prestação de Contas Final.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA AQUISIÇÃO DOS BENS**

Os bens adquiridos com vistas à realização do objeto conveniado, conforme previsto na cláusula primeira, não poderão ser alienados, locados, emprestados ou oferecidos como garantia, ou cedidos a terceiros sem prévia e expressa autorização da **CONCEDENTE**.

**Parágrafo Primeiro** – Sem prejuízo do cumprimento das obrigações previstas em outras cláusulas deste Convênio, o **CONVENENTE** deverá apresentar relatórios semestrais acerca da utilização dos bens adquiridos, seu local de instalação e estado de funcionamento durante todo o prazo do Convênio.

**Parágrafo Segundo** – A **CONCEDENTE**, por meio do servidor responsável pela fiscalização do Convênio, a ser indicado conforme alínea “d” do inciso I da Cláusula Sexta, emitirá pareceres acerca dos relatórios previstos no Parágrafo Primeiro desta Cláusula e, constatando o seu mau uso ou desvio de finalidade, estes serão revertidos ao patrimônio do Estado da Bahia, sem prejuízo da responsabilização civil, penal e administrativa da entidade e de seus dirigentes.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO**

A **CONCEDENTE** providenciará a publicação do extrato deste Convênio no Diário Oficial do Estado, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, devendo esta suceder no prazo de vinte dias a contar daquela data, o que ocorrer primeiro, conforme dispõe o artigo 10 do Regulamento do Decreto n.º 9.266 de 14 dezembro de 2004.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO**

Fica eleito o Foro da Comarca de Salvador, Capital do Estado da Bahia, como competente para dirimir as questões decorrentes deste instrumento, renunciando-se a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente Convênio em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos e legais efeitos. .

Larissa Dantas de Melo Britto  
**Diretora de Equip. Qualif. Urban./CONDER**

José Gonçalves Trindade  
**Diretor Presidente/CONDER**

Luciana Sousa Machado Rodrigues  
**Prefeita/Conveniente**

---



Documento assinado eletronicamente por **Daisy Kelly de Sousa Borges, Chefe da Procuradoria**, em 10/12/2025, às 18:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA SOUSA MACHADO RODRIGUES, Prefeita**, em 11/12/2025, às 17:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Larissa Dantas de Melo Britto, Diretora**, em 11/12/2025, às 17:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Luis Carlos Rosado Nascimento, Testemunha**, em 11/12/2025, às 17:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Edilton Sergio Castro de Magalhaes Bitte, Testemunha**, em 11/12/2025, às 17:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **José Gonçalves Trindade, Presidente**, em 11/12/2025, às 18:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **00129582504** e o código CRC **955F8D8B**.

---



Nº 0044/2024.2 **Convenentes:** CAR/SDR/PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABERABA; Município: Itaberaba-BA; Prazo: Fica prorrogado por mais 180 (cento e oitenta) dias contados após o dia 25/12/2025. Assinatura: 11/12/2025; Processo SEI nº 03573922025002749600

TERMO ADITIVO DE CONVÊNIO VALOR  
ADCV- 0562/2022.6 **Convenentes:** CAR/SDR/PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO; Município: Capim Grosso-BA; é por este aditado em R\$ 767.767,07. Assinatura: 11/12/2025; Processo SEI nº 03573922025002207548

RESUMO DE CONVÊNIO  
Nº 0089/2025 **Convenentes:** CAR/SDR/PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGI.; Município: Itagi - Ba Objeto: reforma do Mercado Municipal na sede do município de Itagi,, através do **PROGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS DE APOIO À PRODUÇÃO**. Fontes: **128 - RECURSOS DO FUNDO ESTADUAL DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA - 17611128000000000000, 328 - RECURSOS DO FUNDO ESTADUAL DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA - EXERCÍCIOS ANTERIORES - 27611328000000000000, 100 - RECURSOS ORDINÁRIOS NÃO VINCULADOS DO TESOIRO - 15001100000000000000, 300 - RECURSOS ORDINÁRIOS NÃO VINCULADOS DO TESOIRO - EXERCÍCIOS ANTERIORES - 25001300000000000000, 135 - RESTITUIÇÃO DE RECURSOS ORIUNDOS DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO - 15010135000000000000.**; Valor: **R\$ 1.482.674,99**; Prazo: **365** (trezentos e sessenta e cinco) dias. Assinatura:11/12/2025; Processo nº 035.7392.2025.0012483-64

## SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

### Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – CONDER

#### PORTARIA DIPRE Nº 512/2025

O Diretor Presidente da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER, no uso das suas atribuições conferidas pelo Artigo 24, Inciso IX, do Estatuto Social em vigor,

#### CONSIDERANDO:

- O disposto no Decreto nº 9.266, de 14 de dezembro de 2004, que instituiu o Sistema de Informações Gerenciais de Convênios e Contratos - SICON em seu Art. 33;
- O disposto na Resolução nº 144/2013 - TCE-Ba e no Decreto nº 9.683, de 01 de dezembro de 2005 que dispõe sobre a celebração de convênios;

#### RESOLVE:

- Art. 1º** Constituir Comissão para Tomada de Contas Especial, com fins de apurar os fatos relacionados às irregularidades na execução e prestação de contas do Convênio nº 318/2022.
- Art. 2º** Designar os empregados públicos Guilherme Follador Lo Bianco de Oliveira, matrícula nº 43003537, Luciano de Carvalho Reis, matrícula nº 43003413, Roberto José Cova Marques, matrícula nº 43001109 e Leusonval da Silva Meireles, matrícula nº 43003422, para, sob a presidência do primeiro, realizar a Tomada de Contas Especial de que trata o art. 1º desta Portaria.
- Art. 3º** O presidente será substituído em suas ausências e impedimentos pelo empregado público, Roberto José Cova Marques, matrícula nº 43001109.
- Art. 4º** A Comissão fica, desde logo, autorizada a praticar todos os atos necessários ao bom desempenho de suas funções, devendo os órgãos vinculados a esta autoridade prestar a colaboração necessária que lhes for requerida.
- Art. 5º** Estabelecer o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, para emissão do Relatório Final pela Comissão, e envio do processo ao TCE/BA pela CONDER.
- Art. 6º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Salvador, 11 de dezembro de 2025

**José Gonçalves Trindade**  
Diretor Presidente

RESUMO DO CONVÊNIO Nº 036/25. PROCESSO: SEI Nº 043.4110.2025.0014844-20. CONVENENTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO CIRCUITO DO DIAMANTE DA CHAPADA DIAMANTINA. OBJETO: Cooperação Técnica e Financeira entre a CONCEDENTE e o CONVENENTE para Pavimentação em Paralelepípedo e Drenagem Superficial da Rua Bela Vista no Povoado Bandeira de Melo, no Município de Itaetê - Bahia. VALOR: R\$ 249.631,89 (duzentos e quarenta e nove mil, seiscentos e trinta e um reais e oitenta e nove centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Unidade Orçamentária: 26.401 - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER; Unidade Gestora: 0001 - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER - Executora; Ação: 15.451.419.1162 - Implantação de Infraestrutura Viária em Áreas Urbanas; Natureza da Despesa: 4.4.70.42.000 - Auxílios; Destinação de Recurso: 1.500.0.100.000000.00.00.00 - Tesouro. PRAZO DE VIGÊNCIA: 08 (oito) meses. LIBERAÇÃO DOS RECURSOS: De acordo com o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho. DATA DA ASSINATURA: 11 de dezembro de 2025.

RESUMO DO CONVÊNIO Nº 037/25. PROCESSO: SEI Nº 043.4114.2025.0005458-15. CONVENENTE: MUNICÍPIO DE JIQUEIRIÇÁ - BAHIA. OBJETO: Cooperação Técnica e Financeira entre a CONCEDENTE e o CONVENENTE para Pavimentação em Paralelepípedo com Drenagem Superficial na Rua Principal, Rua I, II,III,IV,V,VI,VII,VIII,IX, no Loteamento Popular Nascimento, Trecho das Casas Novas, no Município de Jiquiriçá - Bahia. VALOR: R\$ 1.178.349,73 (um milhão, cento e setenta e oito mil, trezentos e quarenta e nove reais e setenta e três centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Unidade Orçamentária: 26.401 - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER. Unidade Gestora: 0001 - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER - Executora. Ação: 15.451.419.1162 - Implantação de Infraestrutura Viária em Áreas Urbanas. Natureza da Despesa: 4.4.40.42.000 - Auxílios. Destinação de Recurso: 1.500.0.100.000000.00.00.00 - Tesouro. PRAZO DE VIGÊNCIA: 09 (nove) meses. LIBERAÇÃO DOS RECURSOS: De acordo com o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho. DATA DA ASSINATURA: 11 de dezembro de 2025.

RESUMO DO CONVÊNIO Nº 038/25. PROCESSO: SEI Nº 043.4114.2025.0005444-10. CONVENENTE: MUNICÍPIO DE JIQUEIRIÇÁ - BAHIA. OBJETO: Cooperação Técnica e Financeira entre a CONCEDENTE e o CONVENENTE para Execução de Pavimentação Intertravado e Drenagem Profunda da Travessa Coronel Vicente de Jesus - Acesso a UBS e Hospital, no Município de Jiquiriçá - Bahia. VALOR: R\$ 102.654,80 (cento e dois mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e oitenta centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Unidade Orçamentária: 26.401 - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER; Unidade Gestora: 0001 - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER - Executora; Ação: 15.451.419.1162 - Implantação de Infraestrutura Viária em Áreas Urbanas; Natureza da Despesa: 4.4.40.42.000 - Auxílios; Destinação de Recurso: 1.500.0.100.000000.00.00.00 - Tesouro. PRAZO DE VIGÊNCIA: 06 (seis) meses. LIBERAÇÃO DOS RECURSOS: De acordo com o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho. DATA DA ASSINATURA: 11 de dezembro de 2025.

RESUMO DO CONVÊNIO Nº 039/25. PROCESSO: SEI Nº 043.4110.2025.0013682-76. CONVENENTE: MUNICÍPIO DE VARZEDO - BAHIA. OBJETO: Cooperação Técnica e Financeira entre a CONCEDENTE e o CONVENENTE para Pavimentação Asfáltica sobre Paralelepípedo nas Ruas Pau Brasil, Rua Ipê, Rua Vinhatico, Rua Cedro, Rua Murici, Rua Jacarandá, Rua Maçaranduba, Rua Jequitibá e Rua Luiz Sande Oeste no Bairro Sol Posto, no Município de Varzedo - Bahia. VALOR: R\$ 1.414.591,78 (um milhão, quatrocentos e quatorze mil, quinhentos e noventa e um reais e setenta e oito centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Unidade Orçamentária: 26.401 - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER; Unidade Gestora: 0001 - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER - Executora; Ação: 15.451.419.1162 - Implantação de Infraestrutura Viária em Áreas Urbanas; Natureza da Despesa: 4.4.40.42.000 - Auxílios; Destinação de Recurso: 1.500.0.100.000000.00.00.00 - Tesouro. PRAZO DE VIGÊNCIA: 08 (oito) meses. LIBERAÇÃO DOS RECURSOS: De acordo com o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho. DATA DA ASSINATURA: 11 de dezembro de 2025.

RESUMO DO CONVÊNIO Nº 041/25. PROCESSO: SEI Nº 043.4110.2025.0022211-12. CONVENENTE: MUNICÍPIO DE BELO CAMPO - BAHIA. OBJETO: Cooperação Técnica e Financeira entre a CONCEDENTE e o CONVENENTE para Pavimentação em Bloco Intertravado no Povoado de Mandacarú, Zona Rural do Município de Belo Campo - Bahia. VALOR: R\$ 1.521.117,52 (um milhão, quinhentos e vinte e um mil, cento e dezessete reais e cinquenta e dois centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Unidade Orçamentária: 26.401 - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER; Unidade Gestora: 0001 - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER - Executora; Ação: 15.451.419.1162 - Implantação de Infraestrutura Viária em Áreas Urbanas; Natureza da Despesa: 4.4.40.42.000 - Auxílios; Destinação de Recurso: 1.500.0.100.000000.00.00.00 - Tesouro. PRAZO DE VIGÊNCIA: 09 (nove) meses. LIBERAÇÃO DOS RECURSOS: De acordo com o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho. DATA DA ASSINATURA: 11 de dezembro de 2025.

RESUMO DO CONVÊNIO Nº 042/25. PROCESSO: SEI Nº 043.4114.2025.0003267-65. CONVENENTE: MUNICÍPIO DE NOVA VIÇOSA - BAHIA. OBJETO: Cooperação Técnica e Financeira entre a CONCEDENTE e o CONVENENTE para Pavimentação em Intertravado com Drenagem Superficial da Avenida Projetada e da Rua Ribeirão, no Distrito de Posto da Mata, no Município de Nova Viçosa - Bahia. VALOR: R\$ 2.072.526,88 (dois milhões, setenta e dois mil, quinhentos e vinte seis reais e oitenta e oito centavos), sendo: R\$ 2.029.661,21 (dois milhões, vinte e nove mil seiscentos e sessenta e um reais e vinte e um centavos) a serem custeados pela CONCEDENTE, através da seguinte dotação orçamentária: Unidade Orçamentária: 26.401 - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER; Unidade Gestora: 0001 - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER - Executora; Ação: 15.451.419.1162 - Implantação de Infraestrutura Viária em Áreas Urbanas; Natureza da Despesa: 4.4.40.42.000 - Auxílios; Destinação de Recurso: 1.500.0.100.000000.00.00.00 - Tesouro e R\$ 42.865,67 (quarenta e dois mil oitocentos e sessenta e cinco reais e sessenta e sete centavos) a serem custeados, a título de contrapartida, pelo CONVENENTE, através da seguinte dotação orçamentária: Dotação Orçamentária: 1004 - Pavimentação e Restauração de Vias de Acessos Públicos; Unidade Orçamentária: 2.08.01 - Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos; Fonte: 01708; Elemento de Despesa: 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações. PRAZO DE VIGÊNCIA: 06 (seis) meses. LIBERAÇÃO DOS RECURSOS: De acordo com o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho. DATA DA ASSINATURA: 11 de dezembro de 2025.

RESUMO DO CONVÊNIO Nº 043/25. PROCESSO: SEI Nº 043.4114.2025.0007824-26. CONVENENTE: MUNICÍPIO DE PLANALTINO - BAHIA. OBJETO: Cooperação Técnica e Financeira entre a CONCEDENTE e o CONVENENTE para Pavimentação em Paralelepípedo com Drenagem Superficial de Vias no Bairro Morumbi - Etapa 3 nas Ruas: 01,02,03,04,05,06,07a,07b,08, Rua das Bromélias e Avenida André Magalhães, no Município de

Planaltino - Bahia. VALOR: R\$ 1.210.686,37 (um milhão, duzentos e dez mil, seiscentos e oitenta e seis reais e trinta e sete centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Unidade Orçamentária: 26.401 - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER; Unidade Gestora: 0001 - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER - Executora; Ação: 15.451.419.1162 - Implantação de Infraestrutura Viária em Áreas Urbanas; Natureza da Despesa: 4.4.40.42.000 - Auxílios; Destinação de Recurso: 1.500.0.100.000000.00.00.00 - Tesouro. PRAZO DE VIGÊNCIA: 07 (sete) meses. LIBERAÇÃO DOS RECURSOS: De acordo com o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho. DATA DA ASSINATURA: 11 de dezembro de 2025.

RESUMO DO CONVÊNIO Nº 044/25. PROCESSO: SEI Nº 043.4110.2025.0021929-37. CONVENIENTE: CONSÓRCIO PÚBLICO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO DO SISAL - CONSISAL. OBJETO: Cooperação Técnica e Financeira entre a CONCEDENTE e o CONVENIENTE para Pavimentação em Paralelepípedo com Drenagem Superficial de Ruas na Sede do Município, no Povoado 4 Estradas e no Povoado Chapada do Candéal, no Município de Candéal - Bahia. VALOR: R\$ 1.857.727,32 (um milhão, oitocentos e cinquenta e sete mil, setecentos e vinte e sete reais e trinta e dois centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Unidade Orçamentária: 26.401 - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER; Unidade Gestora: 0001 - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER - Executora; Ação: 15.451.419.1162 - Implantação de Infraestrutura Viária em Áreas Urbanas; Natureza da Despesa: 4.4.70.42.000 - Auxílios; Destinação de Recurso: 1.500.0.100.000000.00.00.00 - Tesouro. PRAZO DE VIGÊNCIA: 10 (dez) meses. LIBERAÇÃO DOS RECURSOS: De acordo com o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho. DATA DA ASSINATURA: 11 de dezembro de 2025.

RESUMO DO CONVÊNIO Nº 045/25. PROCESSO: SEI Nº 043.4110.2025.0010804-18. CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE GUAJERU - BAHIA. OBJETO: Cooperação Técnica e Financeira entre a CONCEDENTE e o CONVENIENTE para Pavimentação em Paralelepípedo nas Ruas da Maternidade, Rua Nova 3, Rua 1, Rua 2, Rua 3, Rua 4, Rua Irmã Dulce, Rua 2 de Julho do Bairro Bela Vista, no Município de Guajerú - Bahia. VALOR: R\$ 2.575.496,76 (dois milhões, quinhentos e setenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e seis reais e setenta e seis centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Unidade Orçamentária: 26.401 - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER; Unidade Gestora: 0001 - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER - Executora; Ação: 15.451.419.1162 - Implantação de Infraestrutura Viária em Áreas Urbanas; Natureza da Despesa: 4.4.40.42.000 - Auxílios; Destinação de Recurso: 1.500.0.100.000000.00.00.00 - Tesouro. PRAZO DE VIGÊNCIA: 15 (quinze) meses. LIBERAÇÃO DOS RECURSOS: De acordo com o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho. DATA DA ASSINATURA: 11 de dezembro de 2025.

RESUMO DO CONVÊNIO Nº 046/25. PROCESSO: SEI Nº 043.4110.2025.0014279-73. CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE SANTALUZ - BAHIA. OBJETO: Cooperação Técnica e Financeira entre a CONCEDENTE e o CONVENIENTE para Reforma e Revitalização da Praça em uma Vila Gastronômica, no Município de Santaluz - Bahia. VALOR: R\$ 1.251.279,68 (um milhão, duzentos e cinquenta e um mil, duzentos e setenta e nove reais e sessenta e oito centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Unidade Orçamentária: 26.401 - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER; Unidade Gestora: 0001 - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER - Executora; Ação: 15.451.419.5183 - Requalificação de Equipamento Urbano e Comunitário; Natureza da Despesa: 4.4.40.42.000 - Auxílios; Destinação de Recurso: 1.500.0.100.000000.00.00.00 - Tesouro. PRAZO DE VIGÊNCIA: 11 (onze) meses. LIBERAÇÃO DOS RECURSOS: De acordo com o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho. DATA DA ASSINATURA: 11 de dezembro de 2025.

RESUMO DO CONVÊNIO Nº 047/25. PROCESSO: SEI Nº 043.4110.2025.0018573-91. CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE OLINDINA - BAHIA. OBJETO: Cooperação Técnica e Financeira entre a CONCEDENTE e o CONVENIENTE para Urbanização da Av. Otávio Mangabeira, Etapa 01 e Revitalização dos Canteiros Centrais da Av. João da Costa Pinto Dantas, no Município de Olindina - Bahia. VALOR: R\$ 2.833.255,00 (dois milhões, oitocentos e trinta e três mil, duzentos e cinquenta e cinco reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Unidade Orçamentária: 26.401 - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER; Unidade Gestora: 0001 - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER - Executora; Ação: 15.451.419.5183 - Requalificação de Equipamento Urbano e Comunitário; Natureza da Despesa: 4.4.40.42.000 - Auxílios; Destinação de Recurso: 1.500.0.100.000000.00.00.00 - Tesouro. PRAZO DE VIGÊNCIA: 10 (dez) meses. LIBERAÇÃO DOS RECURSOS: De acordo com o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho. DATA DA ASSINATURA: 11 de dezembro de 2025.

RESUMO DO CONVÊNIO Nº 048/25. PROCESSO: SEI Nº 043.4110.2025.0018754-53. CONVENIENTE: CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO - CDS BAHIA. OBJETO: Cooperação Técnica e Financeira entre a CONCEDENTE e o CONVENIENTE para Pavimentação Asfáltica com Drenagem Superficial do Bairro São Francisco, no Município de Ibotirama - Bahia. VALOR: R\$ 653.071,50 (seiscentos e cinquenta e três mil setenta e um reais e cinquenta centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Unidade Orçamentária: 26.401 - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER; Unidade Gestora: 0001 - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER - Executora; Ação: 15.451.419.1162 - Implantação de Infraestrutura Viária em Áreas Urbanas; Natureza da Despesa: 4.4.40.42.000 - Auxílios; Destinação de Recurso: 1.500.0.100.000000.00.00.00 - Tesouro. PRAZO DE VIGÊNCIA: 09 (nove) meses. LIBERAÇÃO DOS RECURSOS: De acordo com o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho. DATA DA ASSINATURA: 11 de dezembro de 2025.

RESUMO DO CONVÊNIO Nº 049/25. PROCESSO: SEI Nº 043.4110.2025.0015078-11. CONVENIENTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA MATAATLÂNTICA. OBJETO: Cooperação Técnica e Financeira entre a CONCEDENTE e o CONVENIENTE para Pavimentação em Piso

Intertravado Sextavado nas Ruas Bela Vista, 3ª Trav. da BR 101, Romulo Galvão, Rua São Jorge e Rua Nova, no Povoado de São João do Paraíso, no Município de Mascote - Bahia. VALOR: R\$ 986.017,80 (novecentos e oitenta e seis mil, dezessete reais e oitenta centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Unidade Orçamentária: 26.401 - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER; Unidade Gestora: 0001 - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER - Executora; Ação: 15.451.419.1162 - Implantação de Infraestrutura Viária em Áreas Urbanas; Natureza da Despesa: 4.4.70.42.000 - Auxílios; Destinação de Recurso: 1.500.0.100.000000.00.00.00 - Tesouro. PRAZO DE VIGÊNCIA: 08 (oito) meses. LIBERAÇÃO DOS RECURSOS: De acordo com o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho. DATA DA ASSINATURA: 11 de dezembro de 2025.

RESUMO DO CONVÊNIO Nº 050/25. PROCESSO: SEI Nº 043.4110.2025.0018711-13. CONVENIENTE: CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO - CDS BAHIA. OBJETO: Cooperação Técnica e Financeira entre a CONCEDENTE e o CONVENIENTE para Pavimentação e Drenagem Superficial e Profunda das Ruas A, B, C, D, E, Flor de Lis, G, H, I, J, L, M e Projeção Av. Velho Chico (apenas Drenagem Profunda), do Bairro Alto do Cruzeiro, em Ibotirama - Bahia. VALOR: R\$ 4.179.441,23 (quatro milhões, cento e setenta e nove mil, quatrocentos e quarenta e um reais e vinte e três centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Unidade Orçamentária: 26.401 - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER; Unidade Gestora: 0001 - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER - Executora; Ação: 15.451.419.1162 - Implantação de Infraestrutura Viária em Áreas Urbanas; Natureza da Despesa: 4.4.70.42.000 - Auxílios; Destinação de Recurso: 1.500.0.100.000000.00.00.00 - Tesouro. PRAZO DE VIGÊNCIA: 09 (nove) meses. LIBERAÇÃO DOS RECURSOS: De acordo com o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho. DATA DA ASSINATURA: 11 de dezembro de 2025.

RESUMO DO CONVÊNIO Nº 051/25. PROCESSO: SEI Nº 043.4110.2025.0009160-24. CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE ITUAÇU - BAHIA. OBJETO: Cooperação Técnica e Financeira entre a CONCEDENTE e o CONVENIENTE para Ampliação do Balneário da Lagoa da Gruta da Mangabeira, no Município de Ituaçu - Bahia. VALOR: R\$ 3.089.417,34 (três milhões, oitenta e nove mil, quatrocentos e dezesseis reais e trinta e quatro centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Unidade Orçamentária: 26.401 - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER; Unidade Gestora: 0001 - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER - Executora; Ação: 15.451.419.5183 - Requalificação de Equipamento Urbano e Comunitário; Natureza da Despesa: 4.4.40.42.000 - Auxílios; Destinação de Recurso: 1.500.0.100.000000.00.00.00 - Tesouro. PRAZO DE VIGÊNCIA: 11 (onze) meses. LIBERAÇÃO DOS RECURSOS: De acordo com o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho. DATA DA ASSINATURA: 11 de dezembro de 2025.

RESUMO DO CONVÊNIO Nº 052/25. PROCESSO: SEI Nº 043.4110.2025.0013508-14. CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE BOTUPORÃ - BAHIA. OBJETO: Cooperação Técnica e Financeira entre a CONCEDENTE e o CONVENIENTE para Pavimentação em Paralelepípedo nas Ruas 01, 02, 03, 04 e 05 e Construção de Praça 01 e 02 na Comunidade de Pajeú, no Município de Botuporã - Bahia. VALOR: R\$ 751.578,27 (setecentos e cinquenta e um mil, quinhentos e setenta e oito reais e vinte e sete centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Unidade Orçamentária: 26.401 - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER; Unidade Gestora: 0001 - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER - Executora; Ação: 15.451.419.1162 - Implantação de Infraestrutura Viária em Áreas Urbanas (Meta 1); Ação: 15.451.419.1158 - Implantação de Equipamento Urbano e Comunitário (Meta 2); Natureza da Despesa: 4.4.40.42.000 - Auxílios; Destinação de Recurso: 1.500.0.100.000000.00.00.00 - Tesouro. PRAZO DE VIGÊNCIA: 08 (oito) meses. LIBERAÇÃO DOS RECURSOS: De acordo com o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho. DATA DA ASSINATURA: 11 de dezembro de 2025.

RESUMO DO CONVÊNIO Nº 053/25. PROCESSO: SEI Nº 043.4114.2025.0007752-17. CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE PLANALTINO - BAHIA. OBJETO: Cooperação Técnica e Financeira entre a CONCEDENTE e o CONVENIENTE para Pavimentação em Paralelepípedo no Bairro Morumbi - Etapa 2 - Ruas: 09, 10, 11, 12A, 12B, 13, 14, 15, 16, 17, Rua Projetada Escola, Rua E e Rua das Margaridas, na Sede do Município de Planaltino - Bahia. VALOR: R\$ 1.569.487,03 (um milhão, quinhentos e sessenta e nove mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e três centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Unidade Orçamentária: 26.401 - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER; Unidade Gestora: 0001 - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER - Executora; Ação: 15.451.419.1162 - Implantação de Infraestrutura Viária em Áreas Urbanas; Natureza da Despesa: 4.4.40.42.000 - Auxílios; Destinação de Recurso: 1.500.0.100.000000.00.00.00 - Tesouro. PRAZO DE VIGÊNCIA: 07 (sete) meses. LIBERAÇÃO DOS RECURSOS: De acordo com o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho. DATA DA ASSINATURA: 11 de dezembro de 2025.

RESUMO DO CONVÊNIO Nº 054/25. PROCESSO: SEI Nº 043.4110.2025.0021723-16. CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE PARAMIRIM - BAHIA. OBJETO: Cooperação Técnica e Financeira entre a CONCEDENTE e o CONVENIENTE para Pavimentação em Paralelepípedo com Drenagem Superficial da Rua Jovino Rodrigues da Silva, no Bairro Santa Maria, na Sede do Município de Paramirim - Bahia. VALOR: R\$ 379.407,27 (trezentos e setenta e nove mil, quatrocentos e sete reais e vinte e sete centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Unidade Orçamentária: 26.401 - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER; Unidade Gestora: 0001 - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER - Executora; Ação: 15.451.419.1162 - Implantação de Infraestrutura Viária em Áreas Urbanas; Natureza da Despesa: 4.4.40.42.000 - Auxílios; Destinação de Recurso: 1.500.0.100.000000.00.00.00 - Tesouro. PRAZO DE VIGÊNCIA: 05 (cinco) meses. LIBERAÇÃO DOS RECURSOS: De acordo com o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho. DATA DA ASSINATURA: 11 de dezembro de 2025.

RESUMO DO CONVÊNIO Nº 055/25. PROCESSO: SEI Nº 043.4110.2025.0018663-81. CONVENIENTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA MATA ATLANTICA - CIMA. OBJETO:





Cooperação Técnica e Financeira entre a CONCEDENTE e o CONVENENTE para Requalificação da Praça Antônia Sena, no Distrito de São João do Paraíso, no Município de Mascote - Bahia. VALOR: R\$ 341.605,38 (trezentos e quarenta e um mil, seiscentos e cinco reais e trinta e oito centavos), sendo: sendo: R\$ 273.000,00 (duzentos e setenta e três mil reais) a serem custeados pela CONCEDENTE através da seguinte dotação orçamentária: Unidade Orçamentária: 26.401 - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER; Unidade Gestora: 0001 - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER - Executora; Ação: 15.451.419.5183 - Requalificação de Equipamento Urbano e Comunitário; Natureza da Despesa: 4.4.70.42.000 - Auxílios; Destinação de Recurso: 1.500.0.100.000000.00.00.00 - Tesouro e R\$ 68.605,38 (sessenta e oito mil, seiscentos e cinco reais e trinta e oito centavos) a título de contrapartida pelo custeados pelo CONVENENTE através da seguinte dotação orçamentária: Unidade Orçamentária: 31.002 - Ações de Desenv. do Terri. da Mata Atlântica; Fonte: 15000000 Projeto/Atividade: 170100000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados; Elemento de Despesa: 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações. PRAZO DE VIGÊNCIA: 08 (oito) meses. LIBERAÇÃO DOS RECURSOS: De acordo com o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho. DATA DA ASSINATURA: 11 de dezembro de 2025.

RESUMO DO CONVÊNIO Nº 056/25. PROCESSO: SEI Nº 043.4114.2025.0005353-30. CONVENENTE: MUNICÍPIO DE JIQUIRIÇÁ - BAHIA. OBJETO: Cooperação Técnica e Financeira entre a CONCEDENTE e o CONVENENTE para Execução de Pavimentação em Concreto Armado e Drenagem da Ladeira da Pindoba, no Município de Jiquiriçá - Bahia. VALOR: R\$ 1.096.813,92 (um milhão, noventa e seis mil, oitocentos e treze reais e dois centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Unidade Orçamentária: 26.401 - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER; Unidade Gestora: 0001 - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER - Executora; Ação: 15.451.419.1162 - Implantação de Infraestrutura Viária em Áreas Urbanas; Natureza da Despesa: 4.4.40.42.000 - Auxílios; Destinação de Recurso: 1.500.0.100.000000.00.00.00 - Tesouro. PRAZO DE VIGÊNCIA: 08 (oito) meses. LIBERAÇÃO DOS RECURSOS: De acordo com o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho. DATA DA ASSINATURA: 11 de dezembro de 2025.

RESUMO DO CONVÊNIO Nº 057/25. PROCESSO: SEI Nº 043.4110.2025.0020877-18. CONVENENTE: MUNICÍPIO DE UAUÁ - BAHIA. OBJETO: Cooperação Técnica e Financeira entre a CONCEDENTE e o CONVENENTE para Pavimentação em Paralelepípedo com Drenagem Superficial em Ruas no Povoado Sítio dos Loiolas, no Município de Uauá - Bahia. VALOR: R\$ 384.591,66 (trezentos e oitenta e quatro mil quinhentos e noventa e um reais e sessenta e seis centavos), sendo: R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) a serem custeados pela CONCEDENTE, através da seguinte dotação orçamentária: Unidade Orçamentária: 26.401 - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER; Unidade Gestora: 0001 - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER - Executora; Ação: 15.451.419.1162 - Implantação de Infraestrutura Viária em Áreas Urbanas; Natureza da Despesa: 4.4.40.42.000 - Auxílios; Destinação de Recurso: 1.500.0.100.000000.00.00.00 - Tesouro e R\$ 84.591,66 (oitenta e quatro mil quinhentos e noventa e um reais e sessenta e seis centavos) a serem custeados, a título de contrapartida, pelo CONVENENTE, através da seguinte dotação orçamentária: Unidade Orçamentária: 2.08.01- Secretaria municipal de infraestrutura, transporte e serviços públicos; Fonte: 1.500 - 0000 - Recurso ordinário; Projeto/Atividade: 1008 - Pavimentação e calçamento de ruas da sede e distritos do município; Elemento De Despesa: 4.4.90.51 - Obras e instalações. PRAZO DE VIGÊNCIA: 09 (nove) meses. LIBERAÇÃO DOS RECURSOS: De acordo com o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho. DATA DA ASSINATURA: 11 de dezembro de 2025.

RESUMO DO CONVÊNIO Nº 058/25. PROCESSO: SEI Nº 043.4114.2024.0019426-71. CONVENENTE: MUNICÍPIO DE SÍTIO DO QUINTO - BAHIA. OBJETO: Cooperação Técnica e Financeira entre a CONCEDENTE e o CONVENENTE para Pavimentação em Paralelepípedo com Drenagem Superficial das Ruas Pedro Batista Menezes, Benedito Martins, Rua Sete de Setembro, Rua Santo Antônio, Rua da Mangueira, Santo Berlamino e Euclides da Cunha, Rua Projetada 6, Rua Projetada 15, Rua Jaconias Antonio Santa Rosa e Trecho da Av. Gov. César Borges, no Centro do Município de Sítio do Quinto - Bahia. VALOR: R\$ 3.926.282,22 (três milhões, novecentos e vinte e seis mil, duzentos e oitenta e dois reais e vinte e dois centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Unidade Orçamentária: 26.401 - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER; Unidade Gestora: 0001 - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER - Executora; Ação: 15.451.419.1162 - Implantação de Infraestrutura Viária em Áreas Urbanas; Natureza da Despesa: 4.4.40.42.000 - Auxílios; Destinação de Recurso: 1.500.0.100.000000.00.00.00 - Tesouro. PRAZO DE VIGÊNCIA: 21 (vinte e um) meses. LIBERAÇÃO DOS RECURSOS: De acordo com o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho. DATA DA ASSINATURA: 11 de dezembro de 2025.

RESUMO DO CONVÊNIO Nº 059/25. PROCESSO: SEI Nº 043.4110.2025.0021952-86. CONVENENTE: MUNICÍPIO DE PAU BRASIL - BA. OBJETO: Cooperação Técnica e Financeira entre a CONCEDENTE e o CONVENENTE para Revitalização da Praça Santa Luzia e Pavimentação em Piso Intertravado nas Vias do Entorno, compreendendo a Travessa Balbino Oliveira e a Rua da Praça Santa Luzia, no Município de Pau Brasil - Bahia. VALOR: R\$ 606.796,36 (seiscentos e seis mil, setecentos e noventa e seis reais e trinta e seis centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Unidade Orçamentária: 26.401 - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER; Unidade Gestora: 0001 - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER - Executora; Ação: 15.451.419.5183 - Requalificação de Equipamento Urbano e Comunitário; Natureza da Despesa: 4.4.40.42.000 - Auxílios; Destinação de Recurso: 1.500.0.100.000000.00.00.00 - Tesouro. PRAZO DE VIGÊNCIA: 09 (nove) meses. LIBERAÇÃO DOS RECURSOS: De acordo com o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho. DATA DA ASSINATURA: 11 de dezembro de 2025.

RESUMO DO CONVÊNIO Nº 060/25. PROCESSO: SEI Nº 043.4114.2024.0011763-75. CONVENENTE: MUNICÍPIO DE RIACHO DE SANTANA - BAHIA. OBJETO: Cooperação Técnica

e Financeira entre a CONCEDENTE e o CONVENENTE para Construção de 07 Unidades Habitacionais no Bairro Belém, na Sede do Município de Riacho de Santana - Bahia. VALOR: R\$ 726.082,32 (setecentos e vinte e seis mil e oitenta e dois reais e trinta e dois centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Unidade Orçamentária: 26.101; Unidade Gestora: 0001; Ação: 16.482.418.5112 - Produção de Unidade Habitacional; Natureza da Despesa: 4.4.40.42.000; Destinação de Recurso: 1.500.0.100.000000.00.00.00. PRAZO DE VIGÊNCIA: 11 (onze) meses. LIBERAÇÃO DOS RECURSOS: De acordo com o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho. DATA DA ASSINATURA: 11 de dezembro de 2025.

RESUMO DO CONVÊNIO Nº 061/25. PROCESSO: SEI Nº 043.4110.2025.0022404-19. CONVENENTE: MUNICÍPIO DE IPUJIARA - BAHIA. OBJETO: Cooperação Técnica e Financeira entre a CONCEDENTE e o CONVENENTE para Pavimentação em Paralelepípedo com Drenagem Superficial da Lateral Direita da Avenida Barra do Mendes e Rua João Alves Silva, no Município de Ipujiara - Bahia. VALOR: R\$ 906.135,56 (novecentos e seis mil, cento e trinta e cinco reais e cinquenta e seis centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Unidade Orçamentária: 26.101 - APG; Unidade Gestora: 0004 - SGT; Ação: 1162 - Implantação de Infraestrutura Viária em Áreas Urbanas; Natureza da Despesa: 4.4.40.42; Destinação de Recurso: 1.500.0.100.000000.00.00.00 e 1.706.0.166.600081.01.05.00. PRAZO DE VIGÊNCIA: 09 (nove) meses. LIBERAÇÃO DOS RECURSOS: De acordo com o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho. DATA DA ASSINATURA: 11 de dezembro de 2025.

RESUMO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 005/23. FIRMADO EM: 27/04/23. PROCESSO: SEI Nº. 043.4125.2025.0021600-43. CONVENENTE: MUNICÍPIO DE MIRANGABA - BAHIA. OBJETO: Prorroga por mais 09 (nove) meses o prazo de vigência do convênio celebrado, modificando-o para o dia 28/09/2026, adequando, por conseguinte, o cronograma de desembolso previsto no novo plano de trabalho. DATA DA ASSINATURA: 11 de dezembro de 2025.

RESUMO DO TERMO DE RESCISÃO DO CONVÊNIO Nº 445/22. FIRMADO EM: 18/11/22. PROCESSO: SEI Nº 043.4125.2025.0011004-46. CONVENENTE: MUNICÍPIO DE JAGUARARI - BAHIA. OBJETO: Rescindir, de forma amigável, o Convênio supramencionado, que tem como objeto a cooperação técnica e financeira para a execução de "PAVIMENTAÇÃO EM CBUQ NA AVENIDA DA NOVA ESCOLA E RECAPEAMENTO DA AVENIDA JUAZEIRO, NO MUNICÍPIO DE JAGUARARI-BA", dando as partes plena, geral, irrevogável e irretratável quitação de toda e qualquer obrigação que tenha sido acordada no pré-citado Convênio, nada mais tendo a reclamar agora e no futuro, em juízo ou fora dele, seja a que título for. DATA DA ASSINATURA: 11 de dezembro de 2025.

## SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

**PORTARIA Nº 2670/2025.** A SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, lastreada no quanto disposto nos artigos 203 e 238 da Lei Estadual nº 6.677/94, e em conformidade com os entendimentos firmados pela Procuradoria Geral do Estado através do parecer nº PA-NCAD-609-2024, integralmente acolhido e uniformizado pelo despacho de qualificação nº PA-074-2024, ambos exarados nos autos do processo nº PGE Nº: 2022.7.01.00005031, resolve: declarar extinta a punibilidade, em razão da perda da pretensão punitiva estatal, ante o advento da prescrição no âmbito do processo administrativo nº 0051407-8/2009 (convertido para o processo SEI nº 011.9462.2025.0040547-95), decisão que não afasta a cobrança de créditos porventura percebidos sem contraprestação devida, e adoção de outras medidas administrativas cabíveis. Salvador, 09 de dezembro de 2025. Rowenna dos Santos Brito. Secretária Estadual da Educação.

**PORTARIA Nº 2675/2025.** A SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, lastreado no quanto disposto nos artigos 203 e 238 da Lei Estadual nº 6.677/94, e em conformidade com os entendimentos firmados no Procedimento de Uniformização de Orientação Jurídica nº PGE2016175897-0, resolve: declarar extinta a punibilidade do servidor de matrícula: 11.385775-0, em face do reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva estatal no processo administrativo nº 0043444-1/2003 (convertido para o processo SEI nº 011.9462.2025.0038754-34), decisão que não afasta a cobrança de créditos porventura percebidos sem contraprestação devida, e adoção de outras medidas administrativas cabíveis, conforme orientado pela Procuradoria Geral do Estado (processo nº PGE2016332789 e processo SEI 006.9923.2022.0027976-10). Salvador, 09 de dezembro de 2025. Rowenna dos Santos Brito. Secretária Estadual da Educação.

**PORTARIA Nº 2681/2025.** A SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, lastreada no quanto disposto nos artigos 203 e 238 da Lei Estadual nº 6.677/94, e em conformidade com os entendimentos firmados pela Procuradoria Geral do Estado através do parecer nº PA-NCAD-609-2024, integralmente acolhido e uniformizado pelo despacho de qualificação nº PA-074-2024, ambos exarados nos autos do processo nº PGE Nº: 2022.7.01.00005031, resolve: declarar extinta a punibilidade da servidora de matrícula: 11.509054-0, em face do reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva estatal no processo administrativo nº 0059293-1/2015 (convertido para o processo SEI nº 011.9462.2025.0039982-77), decisão que não afasta a cobrança de créditos porventura percebidos sem contraprestação devida, e adoção de outras medidas administrativas cabíveis. Salvador, 09 de dezembro de 2025. Rowenna dos Santos Brito. Secretária Estadual da Educação.

**PORTARIA Nº 2684/2025.** A SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, lastreada no quanto disposto nos artigos 203 e 238 da Lei Estadual nº 6.677/94, e em conformidade com os entendimentos firmados pela Procuradoria Geral do



OBRA: PAVIMENTAÇÃO DA AVENIDA PROJETADA E RUA DO RIBEIRÃO E PAVIMENTAÇÃO DE PARTE (LIMPA RODAS) DA RUA BELÉM, RUA 10, RUA 04, RUA HUDSON GOMES CAMPOS, RUA DAS ARARAS, RUA BEM – TE – VI, RUA BEIJA FLOR, RUA SABIÁ, RUA JACUPEMBA, RUA CANÁRIO

DATA: MAIO/ 2024

BDI: 20,70%

BANCOS:

SINAPI - BAHIA - 03/2024 NÃO DESONERADO  
ORSE - 03/2024

LOCAL: INICIO NO BAIRRO BAIA DOS ANJOS E SEGUE ATÉ O BAIRRO APARECIDA E BAIRRO JARDIM DOS EUCALIPTOS - DISTRITO POSTO DA MATA - NOVA VIÇOSA - BA.

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA									
ITEM	CÓDIGO	BANCO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UND	QUANT.	SEM BDI	COM BDI	TOTAL GERAL	PESO (%)
1.	SERVIÇOS PRELIMINARES							R\$ 168.560,40	8,13%
1.1	00051	ORSE	Placa de obra em chapa aço galvanizado, instalada - Rev 02_01/2022	M2	12,00	R\$ 374,96	R\$ 452,58	R\$ 5.430,96	0,26%
1.2	03099	ORSE	Equipe de topografia para trabalhos exclusivos de campo - Diária incluindo transporte - Rev 04_10/2022	DIA	60,00	R\$ 948,44	R\$ 1.144,77	R\$ 68.686,20	3,31%
1.3	90777	SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	480,00	R\$ 122,30	R\$ 147,62	R\$ 70.857,60	3,42%
1.4	93572	SINAPI	ENCARREGADO GERAL DE OBRAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MÊS	3,00	R\$ 6.513,57	R\$ 7.861,88	R\$ 23.585,64	1,14%
2.	PAVIMENTAÇÃO EM INTERTRAVADO							R\$ 1.903.966,48	91,87%
2.1	ESCAVAÇÃO DE CAIXA DE RUA							R\$ 131.942,22	6,37%
2.1.1	101116	SINAPI	ESCAVAÇÃO HORIZONTAL EM SOLO DE 1A CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS (170HP/LÂMINA: 5,20M3). AF_07/2020	M3	3.137,22	R\$ 2,34	R\$ 2,82	R\$ 8.846,96	0,43%
2.1.2	100974	SINAPI	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES EM CAMINHÃO BASCULANTE 10 M³ - CARGA COM PÁ CARREGADEIRA (CAÇAMBA DE 1,7 A 2,8 M³ / 128 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	M3	3.450,95	R\$ 8,81	R\$ 10,63	R\$ 36.683,60	1,77%
2.1.3	93589	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	27.607,56	R\$ 2,59	R\$ 3,13	R\$ 86.411,66	4,17%
2.2	SUBLEITO							R\$ 22.506,17	1,09%
2.2.1	100577	SINAPI	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARENOSO. AF_11/2019	M2	13.640,10	R\$ 1,37	R\$ 1,65	R\$ 22.506,17	1,09%
2.3	EXECUÇÃO DE BASE							R\$ 121.862,82	5,88%
2.3.1	96388	SINAPI	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE BASE E OU SUB BASE PARA PAVIMENTAÇÃO DE SOLOS DE COMPORTAMENTO LATERÍTICO (ARENOSO) - EXCLUSIVE SOLO, ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE.	M3	2.046,02	R\$ 14,16	R\$ 17,09	R\$ 34.966,48	1,69%
2.3.2	101266	SINAPI	ESCAVAÇÃO VERTICAL PARA INFRAESTRUTURA, COM CARGA, DESCARGA E TRANSPORTE DE SOLO DE 1ª CATEGORIA, COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAÇAMBA: 0,8 M³ / 111HP), FROTA DE 3 CAMINHÕES BASCULANTES DE 10 M³, DMT ATÉ 1 KM E VELOCIDADE MÉDIA 14 KM/H. AF_05/2020	M3	2.250,62	R\$ 11,24	R\$ 13,57	R\$ 30.540,91	1,47%
2.3.3	93589	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	18.004,93	R\$ 2,59	R\$ 3,13	R\$ 56.355,43	2,72%



ITEM	CÓDIGO	BANCO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UND	QUANT.	SEM BDI	COM BDI	TOTAL GERAL	PESO (%)
2.4	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM INTERTRAVADO							R\$ 1.371.572,51	66,18%
2.4.1	92394	SINAPI	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO SEXTAVADO DE 25 X 25 CM, ESPESSURA 8 CM. AF_10/2022	M2	13.640,10	R\$ 74,27	R\$ 89,64	R\$ 1.222.698,56	59,00%
2.4.2	101013	SINAPI	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE TUBOS DE CONCRETO, DN MENOR OU IGUAL A 300 MM, EM CAMINHÃO CARROCERIA COM GUINDAUTO (MUNCK) 11,7 TM. AF_07/2020	T	1.909,61	R\$ 45,13	R\$ 54,47	R\$ 104.016,46	5,02%
2.4.3	100947	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO CARROCERIA 9T, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30KM (UNIDADE: TXKM). AF_07/2020	TXKM	5.599,21	R\$ 2,19	R\$ 2,64	R\$ 14.781,91	0,71%
2.4.4	100974	SINAPI	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES EM CAMINHÃO BASCULANTE 10 M³ - CARGA COM PÁ CARREGADEIRA (CAÇAMBA DE 1,7 A 2,8 M³ / 128 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	M3	843,16	R\$ 8,81	R\$ 10,63	R\$ 8.962,79	0,43%
2.4.5	93589	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	6.745,30	R\$ 2,59	R\$ 3,13	R\$ 21.112,79	1,02%
2.5	ASSENTAMENTO DE MEIO-FIO							R\$ 256.082,76	12,36%
2.5.1	94273	SINAPI	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA VIAS URBANAS (USO VIÁRIO). AF_06/2016	M	3.531,34	R\$ 39,22	R\$ 47,34	R\$ 167.173,64	8,07%
2.5.2	101013	SINAPI	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE TUBOS DE CONCRETO, DN MENOR OU IGUAL A 300 MM, EM CAMINHÃO CARROCERIA COM GUINDAUTO (MUNCK) 11,7 TM. AF_07/2020	T	282,51	R\$ 45,13	R\$ 54,47	R\$ 15.388,32	0,74%
2.5.3	100947	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO CARROCERIA 9T, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30KM (UNIDADE: TXKM). AF_07/2020	TXKM	1.738,06	R\$ 2,19	R\$ 2,64	R\$ 4.588,48	0,22%
2.5.4	100974	SINAPI	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES EM CAMINHÃO BASCULANTE 10 M³ - CARGA COM PÁ CARREGADEIRA (CAÇAMBA DE 1,7 A 2,8 M³ / 128 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	M3	24,72	R\$ 8,81	R\$ 10,63	R\$ 262,77	0,01%
2.5.5	93589	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	197,76	R\$ 2,59	R\$ 3,13	R\$ 618,99	0,03%
2.5.6	94342	SINAPI	ATERRO MANUAL DE VALAS COM AREIA PARA ATERRO. AF_08/2023	M3	529,70	R\$ 106,44	R\$ 128,47	R\$ 68.050,56	3,28%
TOTAL GERAL:			DOIS MILHÕES E SETENTA E DOIS MIL E QUINHENTOS E VINTE E SEIS REAIS E OITENTA E OITO CENTAVOS	R\$ 2.072.526,88					

gov.br

Documento assinado digitalmente  
SHESTEY PINTO FERREIRA  
Data: 04/09/2024 10:14:16-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

—

RESPONSÁVEL TÉCNICO  
SHESTEY PINTO FERREIRA  
ENGENHEIRO CIVIL CREA -BA 051858459-3

—



OBRA: PAVIMENTAÇÃO DA AVENIDA PROJETADA E RUA DO RIBEIRAO E PAVIMENTAÇÃO DE PARTE (LIMPA RODAS) DA RUA BELÉM, RUA 10, RUA 04, RUA HUDSON GOMES CAMPOS, RUA DAS ARARAS, RUA BEM – TE – VI, RUA BEIJA FLOR, RUA SABIÁ, RUA JACUPEMBA, RUA CANÁRIO

LOCAL: INICIO NO BAIRRO BAIÁ DOS ANJOS E SEGUE ATÉ O BAIRRO APARECIDA E BAIRRO JARDIM DOS EUCALIPTOS - DISTRITO POSTO DA MATA - NOVA VIÇOSA - BA.

DATA: MAIO/ 2024

BDI: 20,70%

BANCOS: SINAPI - BAHIA - 03/2024 NÃO DESONERADO  
ORSE - 03/2024

MEMÓRIA DE CÁLCULO											
ITEM	CÓDIGO	BANCO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UND	COMPR.	LARG.	ALT.	N.V.	PARCIAIS	TOTAIS	OBSERVAÇÃO
1.			SERVIÇOS PRELIMINARES								
1.1	00051	ORSE	Placa de obra em chapa aço galvanizado, instalada - Rev 02_01/2022	M2		3,00	2,00	1,00	6,00		Avenida projetada nos limites da BR 418.
						0,00	0,00	0,00	0,00		
						0,00	0,00	0,00	0,00		Rua do Ribeirão - Bairro Jardim dos Eucaliptos
						3,00	2,00	1,00	6,00		
										12,00 m²	
1.2	03099	ORSE	Equipe de topografia para trabalhos exclusivos de campo - Diária incluindo transporte - Rev 04_10/2022	DIA		3,00	1,00	20,00	60,00		
					meses	sem/mês	hs/sem				
								dia		60,00 dias	
1.3	90777	SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H		3,00	4,00	40,00	480,00		
					meses	sem/mês	hs/sem			480,00 horas	
1.4	93572	SINAPI	ENCARREGADO GERAL DE OBRAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MÊS				3,00	3,00		
								meses		3,00 meses	
2.			PAVIMENTAÇÃO EM INTERTRAVADO								
2.1			ESCAVAÇÃO DE CAIXA DE RUA								
2.1.1	101116	SINAPI	ESCAVAÇÃO HORIZONTAL EM SOLO DE 1A CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS (170HP/LÂMINA: 5,20M3). AF_07/2020	M3	934,70	8,00	0,23		1.719,85		Rua nas proximidades da BR 418
					20,00	4,84	0,23		22,26		Rua belem
					18,00	9,00	0,23		37,26		Rua 10
					16,37	10,00	0,23		37,65		Rua 04
					604,00	7,00	0,23		972,44		Rua do Ribeirão - Bairro Jardim dos Eucaliptos
					48,00	7,00	0,23		77,28		Rua Hudson Gomes Campos
					24,00	7,00	0,23		38,64		Rua das Araras
					48,00	7,00	0,23		77,28		Rua Bem -Te -Vi
					24,00	7,00	0,23		38,64		Rua Beija Flor
					24,00	7,00	0,23		38,64		Rua Sabiá
					24,00	7,00	0,23		38,64		Rua Jacupemba
					24,00	7,00	0,23		38,64		Rua Canário
										3.137,22 m³	
2.1.2	100974	SINAPI	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES EM CAMINHÃO BASCULANTE 10 M³ - CARGA COM PÁ CARREGADEIRA (CAÇAMBA DE 1,7 A 2,8 M³ / 128 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020 (BOTA FORA).	M3	1.719,85			1,10	1.891,83		Rua nas proximidades da BR 418
					22,26			1,10	24,49		Rua belem
					37,26			1,10	40,99		Rua 10
					37,65			1,10	41,42		Rua 04
					972,44			1,10	1.069,68		Rua do Ribeirão - Bairro Jardim dos Eucaliptos
					77,28			1,10	85,01		Rua Hudson Gomes Campos
					38,64			1,10	42,50		Rua das Araras
					77,28			1,10	85,01		Rua Bem -Te -Vi
					38,64			1,10	42,50		Rua Beija Flor
					38,64			1,10	42,50		Rua Sabiá
					38,64			1,10	42,50		Rua Jacupemba
					38,64			1,10	42,50		Rua Canário
					área			emp.		3.450,95 m³	
2.1.3	93589	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020 (BOTA FORA)	M3XKM	1.891,83			8,00	15.134,66		Rua nas proximidades da BR 418
					24,49			8,00	195,92		Rua belem
					40,99			8,00	327,89		Rua 10
					41,42			8,00	331,33		Rua 04
					1.069,68			8,00	8.557,47		Rua do Ribeirão - Bairro Jardim dos Eucaliptos
					85,01			8,00	680,06		Rua Hudson Gomes Campos
					42,50			8,00	340,03		Rua das Araras
					85,01			8,00	680,06		Rua Bem -Te -Vi
					42,50			8,00	340,03		Rua Beija Flor
					42,50			8,00	340,03		Rua Sabiá
					42,50			8,00	340,03		Rua Jacupemba
					42,50			8,00	340,03		Rua Canário
					vol. emp.			dmt b. fora		27.607,56 m³xkm	

ITEM	CÓDIGO	BANCO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UND	COMPR.	LARG.	ALT.	N.V.	PARCIAIS	TOTAIS	OBSERVAÇÃO
2.2			SUBLEITO								
2.2.1	100577	SINAPI	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARENOSO. AF_11/2019	M2	934,70	8,00			7.477,60		Rua nas proximidades da BR 418
					20,00	4,84			96,80		Rua belem
					18,00	9,00			162,00		Rua 10
					16,37	10,00			163,70		Rua 04
					604,00	7,00			4.228,00		Rua do Ribeirão - Bairro Jardim dos Eucaliptos
					48,00	7,00			336,00		Rua Hudson Gomes Campos
					24,00	7,00			168,00		Rua das Araras
					48,00	7,00			336,00		Rua Bem -Te -Vi
					24,00	7,00			168,00		Rua Beija Flor
					24,00	7,00			168,00		Rua Sabiá
					24,00	7,00			168,00		Rua Jacupemba
					24,00	7,00			168,00		Rua Canário
										13.640,10 m²	
2.3			EXECUÇÃO DE BASE								
2.3.1	96388	SINAPI	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE BASE E OU SUB BASE PARA PAVIMENTAÇÃO DE SOLOS DE COMPORTAMENTO LATERÍTICO (ARENOSO) - EXCLUSIVE SOLO, ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE. AF_11/2019	M3	7.477,60		0,15		1.121,64		Rua nas proximidades da BR 418
					96,80		0,15		14,52		Rua belem
					162,00		0,15		24,30		Rua 10
					163,70		0,15		24,56		Rua 04
					4.228,00		0,15		634,20		Rua do Ribeirão - Bairro Jardim dos Eucaliptos
					336,00		0,15		50,40		Rua Hudson Gomes Campos
					168,00		0,15		25,20		Rua das Araras
					336,00		0,15		50,40		Rua Bem -Te -Vi
					168,00		0,15		25,20		Rua Beija Flor
					168,00		0,15		25,20		Rua Sabiá
					168,00		0,15		25,20		Rua Jacupemba
					168,00		0,15		25,20		Rua Canário
					área		esp.			2.046,02 m³	
2.3.2	101266	SINAPI	ESCAVAÇÃO VERTICAL PARA INFRAESTRUTURA, COM CARGA, DESCARGA E TRANSPORTE DE SOLO DE 1ª CATEGORIA, COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAÇAMBA: 0,8 M³ / 111HP), FROTA DE 3 CAMINHÕES BASCULANTES DE 10 M³, DMT ATÉ 1 KM E VELOCIDADE MÉDIA14 KM/H. AF_05/2020 (AREIA PARA BASE)	M3	1.121,64			1,10	1.233,80		Rua nas proximidades da BR 418
					14,52			1,10	15,97		Rua belem
					24,30			1,10	26,73		Rua 10
					24,56			1,10	27,01		Rua 04
					634,20			1,10	697,62		Rua do Ribeirão - Bairro Jardim dos Eucaliptos
					50,40			1,10	55,44		Rua Hudson Gomes Campos
					25,20			1,10	27,72		Rua das Araras
					50,40			1,10	55,44		Rua Bem -Te -Vi
					25,20			1,10	27,72		Rua Beija Flor
					25,20			1,10	27,72		Rua Sabiá
					25,20			1,10	27,72		Rua Jacupemba
					25,20			1,10	27,72		Rua Canário
					vol. Base			emp.		2.250,62 m³	
2.3.3	93589	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020 (ARENOSO PARA BASE)	M3XKM	1.233,80			8,00	9.870,43		Rua nas proximidades da BR 418
					15,97			8,00	127,78		Rua belem
					26,73			8,00	213,84		Rua 10
					27,01			8,00	216,08		Rua 04
					697,62			8,00	5.580,96		Rua do Ribeirão - Bairro Jardim dos Eucaliptos
					55,44			8,00	443,52		Rua Hudson Gomes Campos
					27,72			8,00	221,76		Rua das Araras
					55,44			8,00	443,52		Rua Bem -Te -Vi
					27,72			8,00	221,76		Rua Beija Flor
					27,72			8,00	221,76		Rua Sabiá
					27,72			8,00	221,76		Rua Jacupemba
					27,72			8,00	221,76		Rua Canário
					vol. emp.			dmt areia		18.004,93 m³xkm	

ITEM	CÓDIGO	BANCO	DESCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	UND	COMPR.	LARG.	ALT.	N.V.	PARCIAIS	TOTAIS	OBSERVAÇÃO
2.4			EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM INTERTRAVADO								
2.4.1	92394	SINAPI	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO SEXTAVADO DE 25 X 25 CM, ESPESSURA 8 CM. AF_10/2022	M2	7.477,60				7.477,60		Rua nas proximidades da BR 418
					96,80				96,80		Rua belem
					162,00				162,00		Rua 10
					163,70				163,70		Rua 04
					4.228,00				4.228,00		Rua do Ribeirão - Bairro Jardim dos Eucaliptos
					336,00				336,00		Rua Hudson Gomes Campos
					168,00				168,00		Rua das Araras
					336,00				336,00		Rua Bem -Te -Vi
					168,00				168,00		Rua Beija Flor
					168,00				168,00		Rua Sabiá
					168,00				168,00		Rua Jacupemba
					168,00				168,00		Rua Canário
					área					13.640,10 m²	
2.4.2	101013	SINAPI	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE TUBOS DE CONCRETO, DN MENOR OU IGUAL A 300 MM, EM CAMINHÃO CARROCERIA COM GUINDAUTO (MUNCK) 11,7 TM. AF_07/2020 (SEXTAVADO)	T	7.477,60			0,14	1.046,86		Rua nas proximidades da BR 418
					96,80			0,14	13,55		Rua belem
					162,00			0,14	22,68		Rua 10
					163,70			0,14	22,92		Rua 04
					4.228,00			0,14	591,92		Rua do Ribeirão - Bairro Jardim dos Eucaliptos
					336,00			0,14	47,04		Rua Hudson Gomes Campos
					168,00			0,14	23,52		Rua das Araras
					336,00			0,14	47,04		Rua Bem -Te -Vi
					168,00			0,14	23,52		Rua Beija Flor
					168,00			0,14	23,52		Rua Sabiá
					168,00			0,14	23,52		Rua Jacupemba
					168,00			0,14	23,52		Rua Canário
					área			peso.m2		1.909,61 t	
2.4.3	100947	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO CARROCERIA 9T, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30KM (UNIDADE: TXKM). AF_07/2020 (SEXTAVADO)	TXKM	1.046,86			3,900	4.082,77		Rua nas proximidades da BR 418
					13,55			3,900	52,85		Rua belem
					22,68			3,900	88,45		Rua 10
					22,92			3,900	89,38		Rua 04
					591,92			1,600	947,07		Rua do Ribeirão - Bairro Jardim dos Eucaliptos
					47,04			1,600	75,26		Rua Hudson Gomes Campos
					23,52			1,600	37,63		Rua das Araras
					47,04			1,600	75,26		Rua Bem -Te -Vi
					23,52			1,600	37,63		Rua Beija Flor
					23,52			1,600	37,63		Rua Sabiá
					23,52			1,600	37,63		Rua Jacupemba
					23,52			1,600	37,63		Rua Canário
					peso			dmt forn.		5.599,21 txkm	
2.4.4	100974	SINAPI	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES EM CAMINHÃO BASCULANTE 10 M³ - CARGA COM PÁ CARREGADEIRA (CAÇAMBA DE 1,7 A 2,8 M³ / 128 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020 (AREIA)	M3	7.477,60			0,06	472,58		Rua nas proximidades da BR 418
					96,80			0,06	6,12		Rua belem
					162,00			0,06	10,24		Rua 10
					163,70			0,06	9,82		Rua 04
					4.228,00			0,06	253,68		Rua do Ribeirão - Bairro Jardim dos Eucaliptos
					336,00			0,06	20,16		Rua Hudson Gomes Campos
					168,00			0,06	10,08		Rua das Araras
					336,00			0,06	20,16		Rua Bem -Te -Vi
					168,00			0,06	10,08		Rua Beija Flor
					168,00			0,06	10,08		Rua Sabiá
					168,00			0,06	10,08		Rua Jacupemba
					168,00			0,06	10,08		Rua Canário
					área			vol.m2		843,16 m³	
2.4.5	93589	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020 (AREIA)	M3XKM	472,58			8,00	3.780,67		Rua nas proximidades da BR 418
					6,12			8,00	48,94		Rua belem
					10,24			8,00	81,91		Rua 10
					9,82			8,00	78,58		Rua 04
					253,68			8,00	2.029,44		Rua do Ribeirão - Bairro Jardim dos Eucaliptos
					20,16			8,00	161,28		Rua Hudson Gomes Campos
					10,08			8,00	80,64		Rua das Araras
					20,16			8,00	161,28		Rua Bem -Te -Vi
					10,08			8,00	80,64		Rua Beija Flor
					10,08			8,00	80,64		Rua Sabiá
					10,08			8,00	80,64		Rua Jacupemba
					10,08			8,00	80,64		Rua Canário
					vol.			dmt areia		6.745,30 m³xkm	



ITEM	CÓDIGO	BANCO	DESCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	UND	COMPR.	LARG.	ALT.	N.V.	PARCIAIS	TOTAIS	OBSERVAÇÃO
2.5			ASSENTAMENTO DE MEIO-FIO								
2.5.1	94273	SINAPI	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA VIAS URBANAS (USO VIÁRIO). AF_06/2016	M	934,70				1.845,60		Rua nas proximidades da BR 418
					20,00				40,00		Rua belem
					18,00				36,00		Rua 10
					16,37				32,74		Rua 04
					604,00				1.145,00		Rua do Ribeirão - Bairro Jardim dos Eucaliptos
					48,00				96,00		Rua Hudson Gomes Campos
					24,00				48,00		Rua das Araras
					48,00				96,00		Rua Bem -Te -Vi
					24,00				48,00		Rua Beija Flor
					24,00				48,00		Rua Sabiá
					24,00				48,00		Rua Jacupemba
					24,00				48,00		Rua Canário
										3.531,34 m	
2.5.2	101013	SINAPI	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE TUBOS DE CONCRETO, DN MENOR OU IGUAL A 300 MM, EM CAMINHÃO CARROCERIA COM GUINDAUTO (MUNCK) 11,7 TM. AF_07/2020 (MEIO-FIO)	T	1.845,60			0,08	147,65		Rua nas proximidades da BR 418
					40,00			0,08	3,20		Rua belem
					36,00			0,08	2,88		Rua 10
					32,74			0,08	2,62		Rua 04
					1.145,00			0,08	91,60		Rua do Ribeirão - Bairro Jardim dos Eucaliptos
					96,00			0,08	7,68		Rua Hudson Gomes Campos
					48,00			0,08	3,84		Rua das Araras
					96,00			0,08	7,68		Rua Bem -Te -Vi
					48,00			0,08	3,84		Rua Beija Flor
					48,00			0,08	3,84		Rua Sabiá
					48,00			0,08	3,84		Rua Jacupemba
					48,00			0,08	3,84		Rua Canário
								peso.m		282,51 t	
2.5.3	100947	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO CARROCERIA 9T, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30KM (UNIDADE: TXKM). AF_07/2020 (MEIO-FIO)	TXKM	147,65			3,900	575,83		Rua nas proximidades da BR 418
					3,20			3,900	12,48		Rua belem
					2,88			3,900	11,23		Rua 10
					2,62			3,900	10,21		Rua 04
					91,60			1,600	146,56		Rua do Ribeirão - Bairro Jardim dos Eucaliptos
					3,84			1,600	6,14		Rua Hudson Gomes Campos
					0,00			1,600	0,00		Rua das Araras
					0,00			1,600	0,00		Rua Bem -Te -Vi
					575,83			1,600	921,32		Rua Beija Flor
					12,48			1,600	19,97		Rua Sabiá
					11,23			1,600	17,97		Rua Jacupemba
					10,21			1,600	16,34		Rua Canário
					peso			dmt forn.		1.738,06 txkm	

ITEM	CÓDIGO	BANCO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UND	COMPR.	LARG.	ALT.	N.V.	PARCIAIS	TOTAIS	OBSERVAÇÃO
2.5.4	100974	SINAPI	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES EM CAMINHÃO BASCULANTE 10 M³ - CARGA COM PÁ CARREGADEIRA (CAÇAMBA DE 1,7 A 2,8 M³ / 128 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020(AREIA)	M3	1.845,60			0,01	12,92		Rua nas proximidades da BR 418
					40,00			0,01	0,28		Rua belem
					36,00			0,01	0,25		Rua 10
					32,74			0,01	0,23		Rua 04
					1.145,00			0,01	8,02		Rua do Ribeirão - Bairro Jardim dos Eucaliptos
					96,00			0,01	0,67		Rua Hudson Gomes Campos
					48,00			0,01	0,34		Rua das Araras
					96,00			0,01	0,67		Rua Bem -Te -Vi
					48,00			0,01	0,34		Rua Beija Flor
					48,00			0,01	0,34		Rua Sabiá
					48,00			0,01	0,34		Rua Jacupemba
					48,00			0,01	0,34		Rua Canário
								vol.m		24,72 m³	
2.5.5	93589	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020 (AREIA)	M3XKM	12,92			8,00	103,35		Rua nas proximidades da BR 418
					0,28			8,00	2,24		Rua belem
					0,25			8,00	2,02		Rua 10
					0,23			8,00	1,83		Rua 04
					8,02			8,00	64,12		Rua do Ribeirão - Bairro Jardim dos Eucaliptos
					0,67			8,00	5,38		Rua Hudson Gomes Campos
					0,34			8,00	2,69		Rua das Araras
					0,67			8,00	5,38		Rua Bem -Te -Vi
					0,34			8,00	2,69		Rua Beija Flor
					0,34			8,00	2,69		Rua Sabiá
					0,34			8,00	2,69		Rua Jacupemba
					0,34			8,00	2,69		Rua Canário
					vol.			dmt areia		197,76 m³xkm	
2.5.6	94342	SINAPI	ATERRO MANUAL DE VALAS COM AREIA PARA ATERRO. AF_08/2023 (ATERRO P/ MEIO FIO).	M3	1.845,60			0,15	276,84		Rua nas proximidades da BR 418
					40,00			0,15	6,00		Rua belem
					36,00			0,15	5,40		Rua 10
					32,74			0,15	4,91		Rua 04
					1.145,00			0,15	171,75		Rua do Ribeirão - Bairro Jardim dos
					96,00			0,15	14,40		Rua Hudson Gomes Campos
					48,00			0,15	7,20		Rua das Araras
					96,00			0,15	14,40		Rua Bem -Te -Vi
					48,00			0,15	7,20		Rua Beija Flor
					48,00			0,15	7,20		Rua Sabiá
					48,00			0,15	7,20		Rua Jacupemba
					48,00			0,15	7,20		Rua Canário
					m.			esp.		529,70 m³	



OBRA: PAVIMENTAÇÃO DA AVENIDA PROJETADA E RUA DO RIBEIRÃO E PAVIMENTAÇÃO DE PARTE (LIMPA RODAS) DA RUA BELÉM, RUA 10, RUA 04, RUA HUDSON GOMES CAMPOS, RUA DAS ARARAS, RUA BEM – TE – VI, RUA BEIJA FLOR, RUA SABIÁ, RUA JACUPEMBA, RUA CANÁRIO

LOCAL: INICIO NO BAIRRO BAIA DOS ANJOS E SEGUE ATE O BAIRRO APARECIDA E BAIRRO JARDIM DOS EUCALIPTOS - DISTRITO POSTO DA MATA - NOVA VIÇOSA - BA.

DATA: MAIO/ 2024

BDI: 20,70%

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO											
ITEM	DESCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	TOTAL DO ITEM		MÊS 01		MÊS 02		MÊS 03		TOTAL GERAL	
		Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%
1.	SERVIÇOS PRELIMINARES	R\$ 168.560,40	8,13%	R\$ 105.992,01	5,57%	R\$ 30.693,55	1,61%	R\$ 31.874,85	1,67%	R\$ 168.560,40	100,00%
1.1	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, INSTALADA	R\$ 5.430,96	0,26%	R\$ 5.430,96	100,00%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 5.430,96	100,00%
1.2	EQUIPE TOPOGRÁFICA PARA SERVIÇOS SIMPLES DE LOCAÇÃO E NIVELAMENTO (INCLUINDO EQUIPAMENTO, TRANSPORTE E PROFISSIONAIS NÍVEL MÉDIO)	R\$ 68.686,20	3,31%	R\$ 68.686,20	100,00%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 68.686,20	100,00%
1.3	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	R\$ 70.857,60	3,42%	R\$ 24.091,58	34,00%	R\$ 22.674,43	32,00%	R\$ 24.091,58	34,00%	R\$ 70.857,60	100,00%
1.4	ENCARREGADO GERAL DE OBRAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	R\$ 23.585,64	1,14%	R\$ 7.783,26	33,00%	R\$ 8.019,12	34,00%	R\$ 7.783,26	33,00%	R\$ 23.585,64	100,00%
2.	PAVIMENTAÇÃO EM INTERTRAVADO	R\$ 1.903.966,48	91,87%	R\$ 838.899,06	44,06%	R\$ 589.075,80	30,94%	R\$ 475.991,62	25,00%	R\$ 1.903.966,48	100,00%
2.1	ESCAVAÇÃO DE CAIXA DE RUA	R\$ 131.942,22	6,37%	R\$ 65.971,11	50,00%	R\$ 32.985,56	25,00%	R\$ 32.985,56	25,00%	R\$ 131.942,22	100,00%
2.2	SUBLEITO	R\$ 22.506,17	1,09%	R\$ 11.253,09	50,00%	R\$ 5.626,54	25,00%	R\$ 5.626,54	25,00%	R\$ 22.506,17	100,00%
2.3	EXECUÇÃO DE BASE	R\$ 121.862,82	5,88%	R\$ 54.838,27	45,00%	R\$ 36.558,85	30,00%	R\$ 30.465,71	25,00%	R\$ 121.862,82	100,00%
2.4	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM INTERTRAVADO	R\$ 1.371.572,51	66,18%	R\$ 617.207,63	45,00%	R\$ 411.471,75	30,00%	R\$ 342.893,13	25,00%	R\$ 1.371.572,51	100,00%
2.5	ASSENTAMENTO DE MEIO-FIO	R\$ 256.082,76	12,36%	R\$ 89.628,97	35,00%	R\$ 102.433,10	40,00%	R\$ 64.020,69	25,00%	R\$ 256.082,76	100,00%
PORCENTUAL SIMPLES		R\$ 2.072.526,88	100,00%	45,59%		29,90%		24,50%		100,00%	
PERCENTUAL ACUMULADO		*		*		75,50%		54,41%		*	
TOTAL SIMPLES		*		R\$ 944.891,06		R\$ 619.769,35		R\$ 507.866,47		*	
TOTAL ACUMULADO		R\$ 2.072.526,88	100,00%	*		R\$ 1.564.660,41		R\$ 1.127.635,82		R\$ 2.072.526,88	

RESPONSÁVEL TÉCNICO  
SHESTY PINTO FERREIRA  
ENGENHEIRO CIVIL CREA -BA 051858459-3

Documento assinado digitalmente  
gov.br  
SHESTY PINTO FERREIRA  
Data: 04/09/2024 10:14:16-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



OBRA: PAVIMENTAÇÃO DA AVENIDA PROJETADA E RUA DO RIBEIRÃO E PAVIMENTAÇÃO DE PARTE (LIMPA RODAS) DA RUA BELÉM, RUA 10, RUA 04, RUA HUDSON GOMES CAMPOS, RUA DAS ARARAS, RUA BEM – TE – VI, RUA BEIJA FLOR, RUA SABIÁ, RUA JACUPEMBA, RUA CANÁRIO

LOCAL: INICIO NO BAIRRO BAIA DOS ANJOS E SEGUE ATÉ O BAIRRO APARECIDA E BAIRRO JARDIM DOS EUCALIPTOS - DISTRITO POSTO DA MATA - NOVA VIÇOSA - BA.

DATA: MAIO/ 2024

BDI: 20,70%

BANCOS:  
SINAPI - BAHIA - 03/2024 NÃO DESONERADO  
ORSE - 03/2024

COMPOSIÇÃO BDI REFERENCIAL

SIGLAS	DESCRIÇÃO	PERCENTUAIS (%)
AC	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	4,01%
SG	SEGURO E GARANTIA	0,40%
R	RISCO	0,56%
DF	DESPESAS FINANCEIRAS	1,11%
L	LUCRO	7,30%
CP	TRIBUTOS (impostos COFINS 3% E PIS 0,65%)	3,65%
ISS	TRIBUTOS (ISS, variável de acordo com o município)	2,00%
BDI	BDI SEM desoneração (Fórmula Acórdão TCU)	20,70%

FÓRMULA UTILIZADA:

$$BDI.PAD = \frac{(1+AC + S + R + G) * (1 + DF) * (1+L)}{(1-CP-ISS)} - 1$$

Documento assinado digitalmente  
gov.br  
SHESTEY PINTO FERREIRA  
Data: 04/09/2024 10:14:16-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>





**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**  
**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA -**  
**CONDER**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE INTERVENÇÕES EM EQUIPAMENTOS URBANOS -**  
**CONDER/DIURB/SUEQUI**

**PLANO DE TRABALHO CV 042/2025**

<b>1 - DADOS CADASTRAIS</b>				
<b>Órgão / Entidade Proponente</b>			<b>CNPJ</b>	
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VIÇOSA			13.761.531/0001-49	
<b>Endereço</b>				
AVENIDA OCEÂNICA, 2.994 - ABROLHOS I				
<b>Cidade</b>	<b>UF</b>	<b>CEP</b>	<b>DDD / Telefone</b>	<b>E.A.</b>
NOVA VIÇOSA	BA	45.920-000	(73) 3208-1124	MUNICIPAL
<b>Conta Corrente</b>	<b>Banco</b>	<b>Agência</b>	<b>Praça Pagamento</b>	
<b>Nome do Responsável</b>			<b>CPF</b>	
LUCIANA SOUSA MACHADO RODRIGUES			030.151.046-67	
<b>CI / Órgão Exp.</b>	<b>Cargo</b>	<b>Função</b>	<b>Matrícula</b>	
M8587960 SSP/MG	PREFEITA	CHEFE DO EXECUTIVO		
<b>Endereço</b>			<b>CEP</b>	
RUA AEROPORTO, 215, JARDIM CAMPO VERDE, NOVA VIÇOSA -BA			45.928 -000	

<b>2 - OUTROS PARTICIPANTES</b>		
<b>Nome</b>	<b>CNPJ</b>	<b>E.A.</b>
<b>Endereço</b>		

<b>3 - RESPONSÁVEL TÉCNICO</b>		
<b>Nome</b>	<b>Título Profissional</b>	<b>Registro Profissional</b>
SHESTHEY PINTO FERREIRA	ENGENHEIRO CIVIL	CREA-BA 3000088016

<b>4 - DESCRIÇÃO DO PROJETO</b>	
<b>TÍTULO DO PROJETO</b>	<b>Período de Vigência</b>

PAVIMENTAÇÃO EM INTERTRAVADO COM DRENAGEM SUPERFICIAL DA AVENIDA PROJETADA E DA RUA RIBEIRÃO, NO DISTRITO DE POSTO DA MATA, MUNICÍPIO DE NOVA VIÇOSA, BAHIA.	<b>Início</b>  DEZ/2025	<b>Término</b>  JUN/2026
--	-------------------------------	--------------------------------

#### IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO

PAVIMENTAÇÃO EM INTERTRAVADO COM DRENAGEM SUPERFICIAL DA AVENIDA PROJETADA E DA RUA RIBEIRÃO, NO DISTRITO DE POSTO DA MATA, MUNICÍPIO DE NOVA VIÇOSA, BAHIA, COM ÁREA DE INTERVENÇÃO DE 13.640,10 M².

#### JUSTIFICATIVA DO OBJETO

O MUNICÍPIO DE NOVA VIÇOSA ESTÁ LOCALIZADO NO EXTREMO SUL DO ESTADO DA BAHIA, SUA POPULAÇÃO É DE 39.509 HABITANTES. SUAS PRINCIPAIS FONTES DE RENDA SÃO O TURISMO E A AGRICULTURA. COMO A GRANDE MAIORIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS, DIVERSAS RUAS AINDA ESTÃO EM TERRENO NATURAL. A PAVIMENTAÇÃO TEM SIDO UM DIVISOR DE ÁGUAS EM NOSSO MUNICÍPIO, TENDO EM VISTA QUE AINDA EXISTEM DIVERSAS RUAS EM TERRENO NATURAL NA CIDADE. AS REFERIDAS RUAS, NO DISTRITO DE POSTO DA MATA, SÃO DE GRANDE IMPORTÂNCIA NA MALHA URBANA UMA VEZ QUE INTERLIGA IMPORTANTES BAIRROS, ALÉM DE MARGEAR UMA DAS MAIS IMPORTANTES RODOVIAS FEDERAIS DO BRASIL, QUE É A BR 418. A PAVIMENTAÇÃO DAS MESMAS É UMA DEMANDA CRUCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO E A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DOS MORADORES DE NOVA VIÇOSA.

#### 5 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (META, ETAPA OU FASE)

METAS	ETAPAS	ESPECIFICAÇÃO	INDICADORES FÍSICOS (%)	DURAÇÃO	
				Início	Término
1	1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES	8,13	MÊS 03	MÊS 05
	2.0	PAVIMENTAÇÃO EM INTERTRAVADO	91,97	MÊS 03	MÊS 05

#### 6 - PLANO DE APLICAÇÃO

NATUREZA DA DESPESA		TOTAL	MUNICÍPIO	CONDER
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO			
	DESPESA DE CAPITAL	R\$ 2.072.526,88	R\$42.865,67	R\$ 2.029.661,21
TOTAL GERAL		R\$ 2.072.526,88	R\$42.865,67	R\$ 2.029.661,21

#### 7 - CRONOGRAMA DO CONVÊNIO

##### CONCEDENTE EXERCÍCIO 2025/2026


META	1º MÊS	2º MÊS	3º MÊS	4º MÊS	5º MÊS	6º MÊS
1.0	PROCESSO LICITATÓRIO		PRAZO DE APLICAÇÃO DA 1ª PARCELA	PRAZO DE APLICAÇÃO DA 2ª PARCELA	PRAZO DE APLICAÇÃO DA 2ª PARCELA	PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL
					CONCLUSÃO DO	


				OBJETO	ENCERRAMENTO
--	--	--	--	--------	--------------


8 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO						
PAVIMENTAÇÃO						
CONCEDENTE						
META	1º MÊS	2º MÊS	3º MÊS	4º MÊS	5º MÊS	6º MÊS
1.0	-	-	R\$ 925.348,06	R\$ 1.104.313,15	-	-
CONVENIENTE						
META	1º MÊS	2º MÊS	3º MÊS	4º MÊS	5º MÊS	6º MÊS
1.0	-	-	R\$19.543,00	R\$ 23.322,67	-	-
TOTAL						
META	1º MÊS	2º MÊS	3º MÊS	4º MÊS	5º MÊS	6º MÊS
1.0	-	-	R\$ 944.891,06	R\$1.127.635,82	-	-


9 - DECLARAÇÃO
Na qualidade de representante legal do proponente declaro, para fins de prova junto a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER, para os efeitos e sob penas da Lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Estadual ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal ou Estadual, que impeça a transferência de recursos de dotações consignadas nos orçamentos da União e do Estado na forma deste Plano de Trabalho.

10 - APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE
--------------------------------

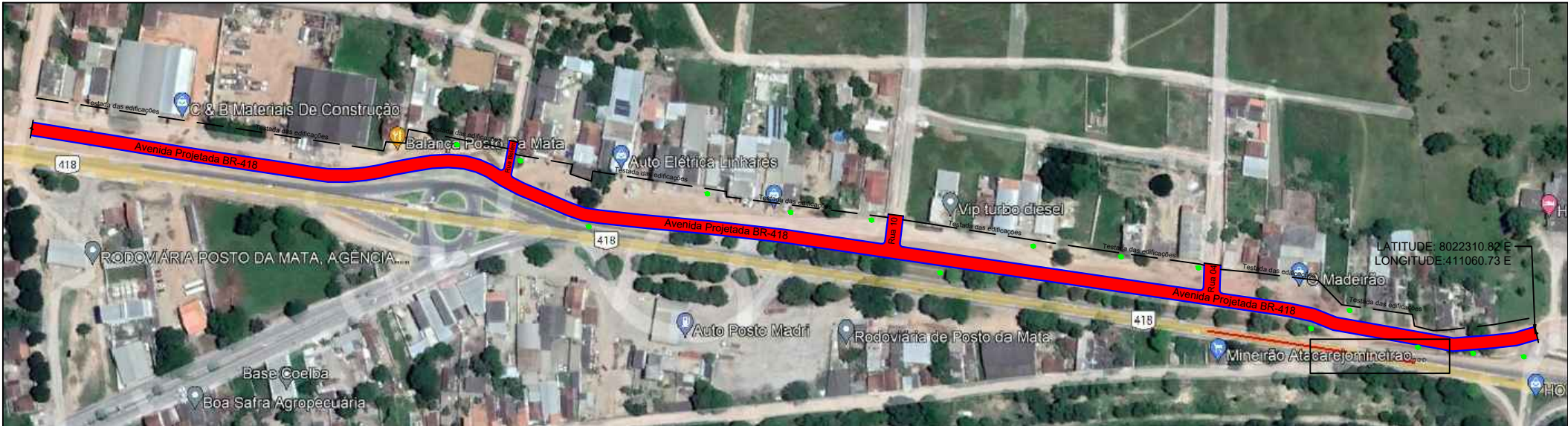
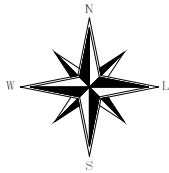
	Documento assinado eletronicamente por <b>LUCIANA SOUSA MACHADO RODRIGUES, Prefeita</b> , em 11/12/2025, às 17:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do <a href="#">Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014</a> .
--	--

	Documento assinado eletronicamente por <b>Larissa Dantas de Melo Britto, Diretora</b> , em 11/12/2025, às 17:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do <a href="#">Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014</a> .
--	--

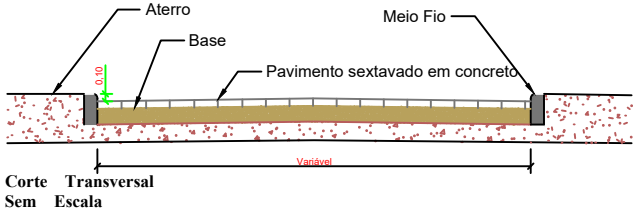
	Documento assinado eletronicamente por <b>José Gonçalves Trindade, Presidente</b> , em 11/12/2025, às 18:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do <a href="#">Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014</a> .
--	--

	A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <a href="https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&amp;id_orgao_acesso_externo=0">https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&amp;id_orgao_acesso_externo=0</a> , informando o código verificador <b>00129583791</b> e o código CRC <b>9C637F55</b> .
--	--

PLANTA DE BAIXA DE LOCALIZAÇÃO DE RUAS  
MARGENS DA RODOVIA BR -418  
ESC: 1/1000



LEGENDA	
	PAVIMENTO PROJETADO.
	MEIO FIO.
	SENTIDO FLUXO DAS ÁGUAS PLUVIAIS.
	IDENTIFICAÇÃO DE POSTES.



QUADRO DE DIMENSÕES					
LOGRADOUROS	COMPRIMENTO (M)	LARGURA (M)	ÁREA PAVIMENTAÇÃO (M²)	MEIO FIO (M)	EXTENSÃO LIMPA RODAS (M)
AV. PROJETADA BR 418	934,70	8,00	7.477,60	1.845,60	-
RUA BELÉM	20,00	4,84	96,80	40,00	-
RUA 10	18,00	9,00	162,00	36,00	-
RUA 04	16,37	10,00	163,70	32,74	-
TOTAL	989,07	-	7.900,10	1.954,34	-

Prefeitura Municipal de Nova Viçosa-BA  
CNPJ: 137.361.531/0001-49  
CEP: 45920-000

TÍTULO:

PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO

PROJETO:

Planta de Localização

ENDEREÇO:

Posto da Mata - Nova Viçosa BA

SECRETARIA DE OBRAS:

ANTÔNIO GABRIEL RODRIGUEZ GONZALEZ  
SECRETARIO MUNICIPAL DE VIAGRO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
DECRETO Nº 1207/2023

RESPONSÁVEL TÉCNICO:

Documento assinado digitalmente  
gov.br SHESTEY PINTO FERREIRA  
Data: 04/07/2024 16:16:07-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

NOTAS:

\* Todos os elementos fixos estão apresentados em planta através de simbologia e descrito em legenda.  
\* A testada das edificações está apresentada em planta baixa em linha tracejada.

Ocupação:

ESCALA:

DATA:

FOLHA:

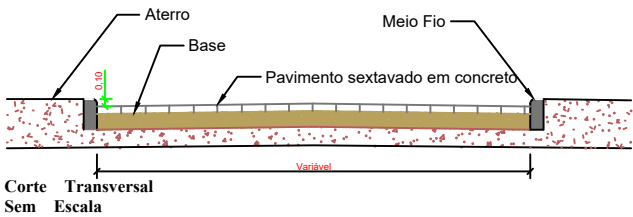
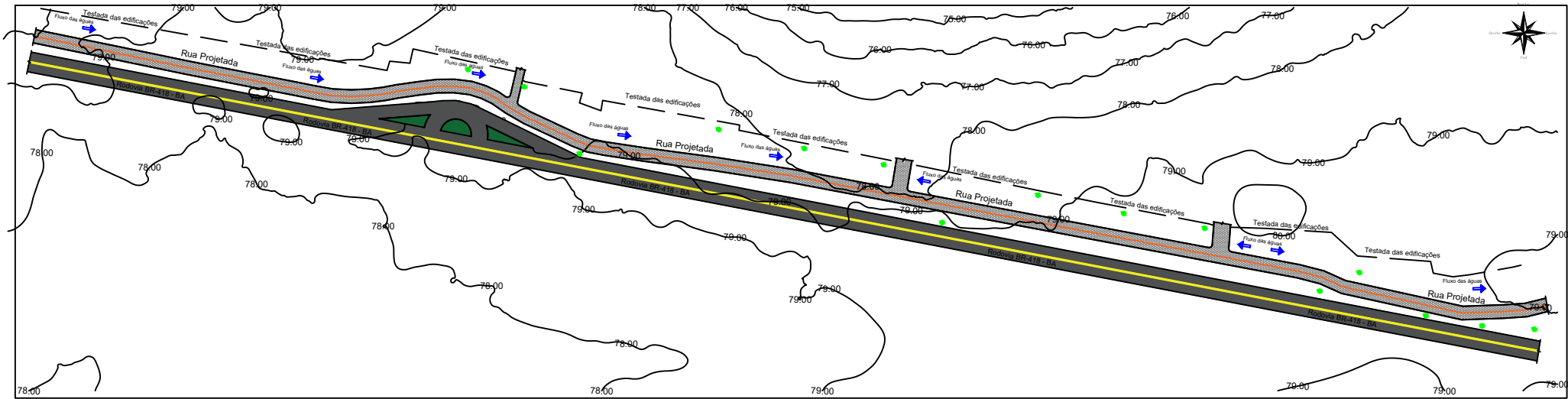
INDICADAS

JUNHO/2024

01/06 A1



Avenida Projetada entre Bairro Aparecida e Baia dos Anjos  
Levantamento planialtimétrico - Curvas de nível equidistância 1,00m  
escala 1:1000



LEGENDA	
	PAVIMENTO PROJETADO.
	MEIO FIO.
	SENTIDO FLUXO DAS ÁGUAS PLUVIAIS.
	IDENTIFICAÇÃO DE POSTES.

QUADRO DE DIMENSÕES					
LOGRADOUROS	COMPRIMENTO (M)	LARGURA (M)	ÁREA PAVIMENTAÇÃO (M²)	MEIO FIO (M)	EXTENSÃO LIMPA RODAS (M)
AV. PROJETADA BR 418	934,70	8,00	7.477,60	1.845,60	-
RUA BELÉM	20,00	4,84	96,80	40,00	-
RUA IO	18,00	9,00	162,00	36,00	-
RUA 04	16,37	10,00	163,70	32,74	-
TOTAL	989,07	-	7.900,10	1.954,34	-

Prefeitura Municipal de Nova Viçosa-BA

CNPJ: 137.361.531/0001-49

CEP: 45920-000

TÍTULO:

PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO

PROJETO:

Levantamento Planialtimétrico

ENDEREÇO:

Posto da Mata - Nova Viçosa BA

SECRETARIA DE OBRAS:

ANTÔNIO GABRIEL RODRIGUEZ GONZALEZ  
SECRETARIO MUNICIPAL DE VIAGRO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
DECRETO Nº 1207/2023

RESPONSÁVEL TÉCNICO:

Documento assinado digitalmente  
 SHESTEY PINTO FERREIRA  
Data: 04/07/2024 16:16:07-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

NOTAS:

\* Todos os elementos fixos estão apresentados em planta através de simbologia e descrito em legenda.  
\* A testada das edificações está apresentada em planta baixa em linha tracejada.

Ocupação:

ESCALA:

DATA:

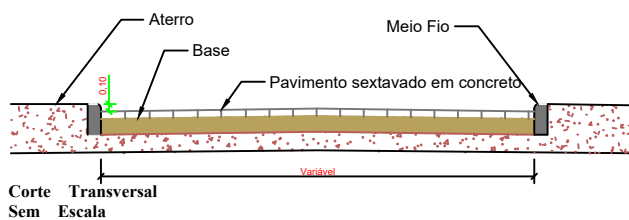
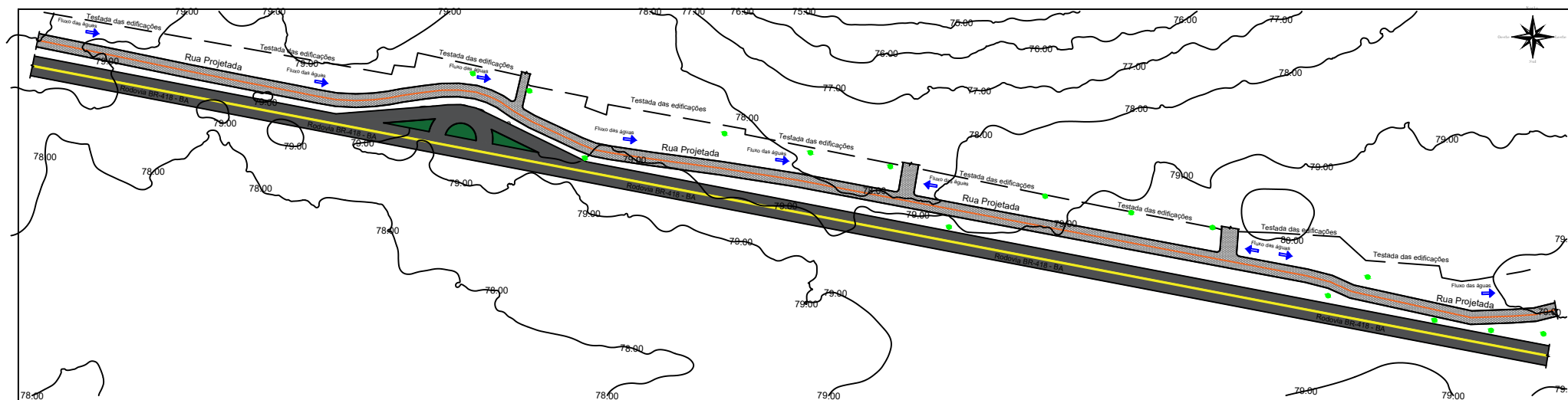
FOLHA:

INDICADAS

JUNHO/2024


02/06 A1

Avenida Projetada entre Bairro Aparecida e Baia dos Anjos  
Curvas de nível - Fluxo superficial pluvial - escala 1:1000



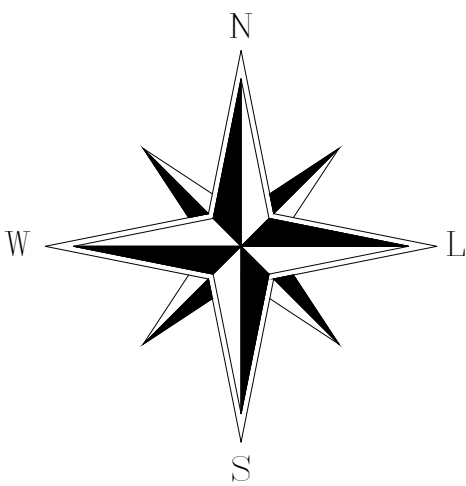
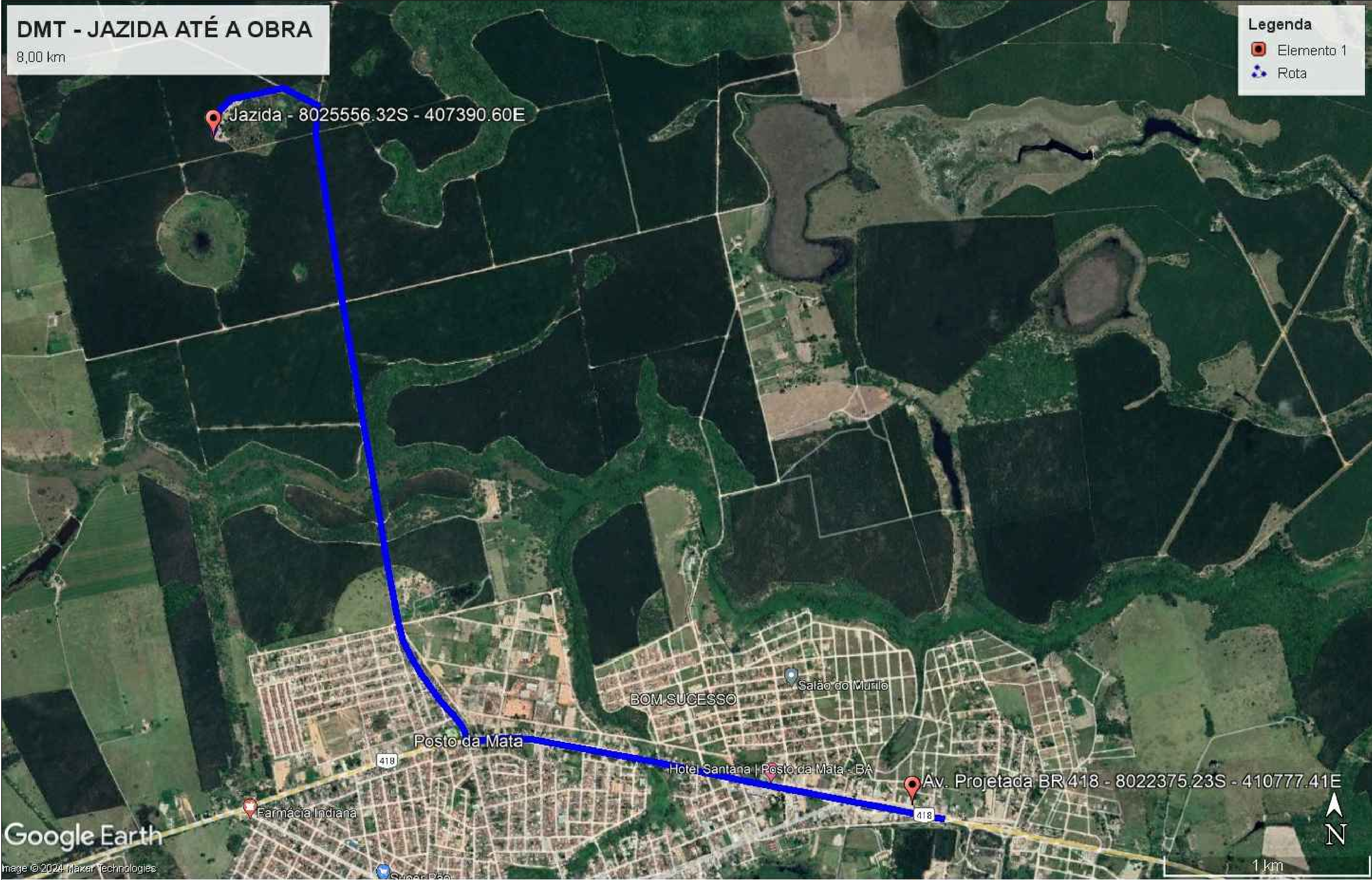
LEGENDA	
	PAVIMENTO PROJETADO
	MEIO FIO.
	SENTIDO FLUXO DAS ÁGUAS PLUVIAIS.
	IDENTIFICAÇÃO DE POSTO

QUADRO DE DIMENSÕES					
LOGRADOUROS	COMPRIMENTO (M)	LARGURA (M)	ÁREA PAVIMENTAÇÃO (M²)	MEIO FIO (M)	EXTENSÃO LIMPA ROD. (M)
AV. PROJETADA BR 418	934,70	8,00	7.477,60	1.845,60	-
RUA BELÉM	20,00	4,84	96,80	40,00	-
RUA 10	18,00	9,00	162,00	36,00	-
RUA 04	16,37	10,00	163,70	32,74	-
TOTAL	989,07	-	7.900,10	1.954,34	-

Prefeitura Municipal de Nova Viçosa-BA CNPJ: 137.361.531/0001-49 CEP: 45920-000			
TÍTULO:		PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO	
PROJETO:		Drenagem - Sentido do Fluxo de águas pluviais	
ENDEREÇO:		Posto da Mata - Nova Viçosa BA	
SECRETARIA DE OBRAS: <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; margin-top: 10px;">                     ANTONIO GABRIEL RODRIGUEZ GONZALEZ                      SECRETARIO MUNICIPAL DE VAGAÇ, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS                      DECRETO Nº 1207/2023                 </div>			
RESPONSÁVEL TÉCNICO:		Documento assinado digitalmente   SHESTEY PINTO FERREIRA Data: 04/07/2024 16:16:07-0300 Verifique em <a href="https://validar.iti.gov.br">https://validar.iti.gov.br</a>	
		NOTAS: * Todos os elementos fixos estão apresentados em planta através de simbologia e descrito em legenda. * A testada das edificações está apresentada em planta baixa em linha tracejada	
		OCUPAÇÃO: INDICADAS	ESCALA: JUNHO/2024



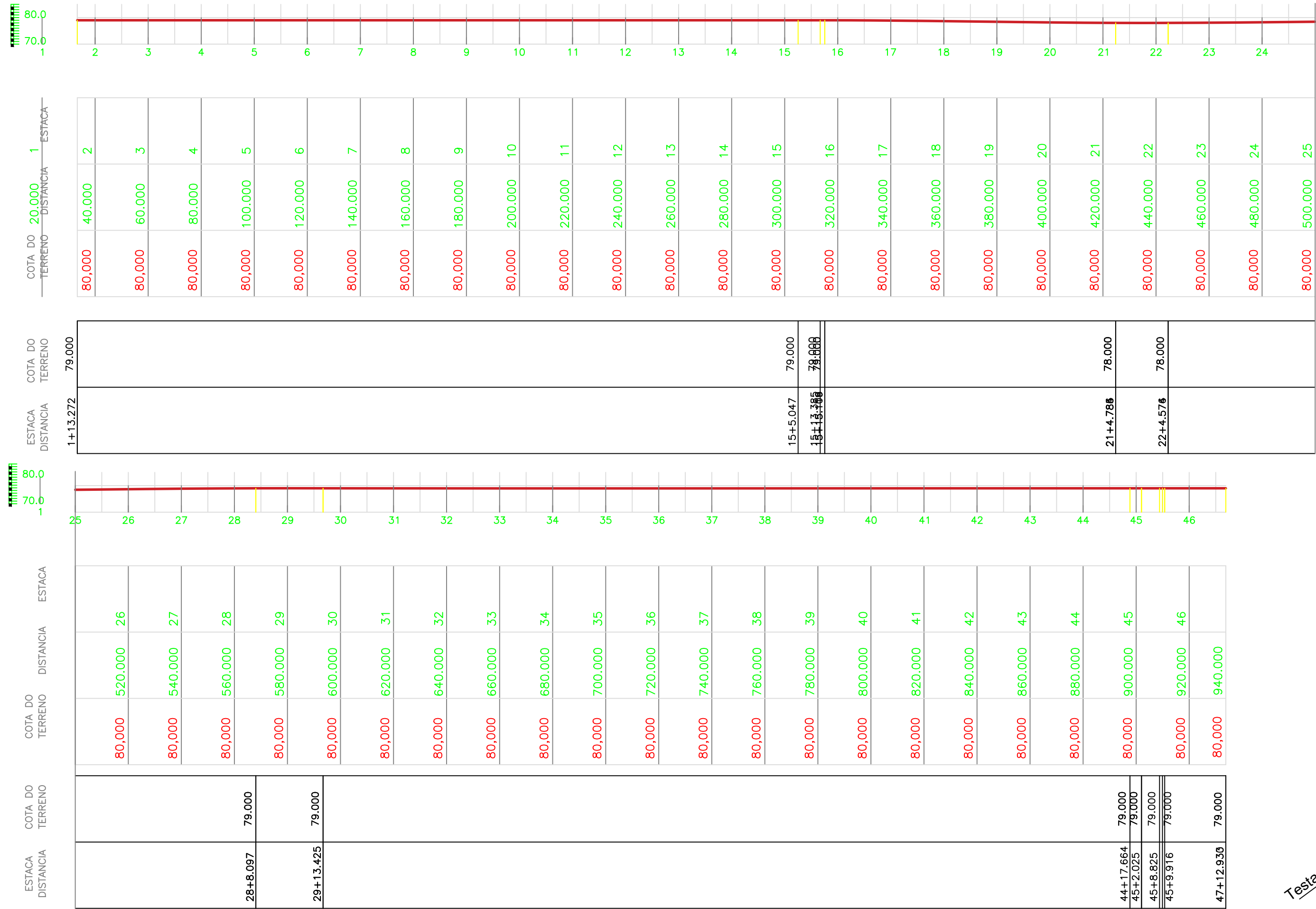
DMT: Jazida até a obra - Obra até bota fora - Rua Projetada BR-418  
8,00 Km



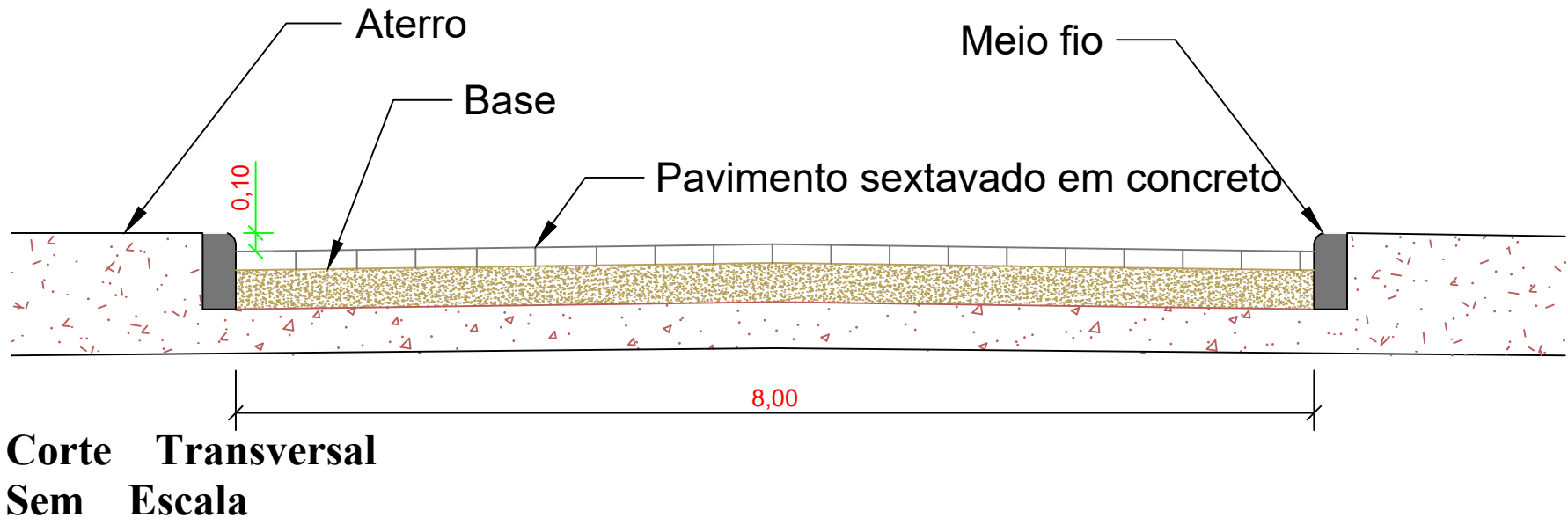
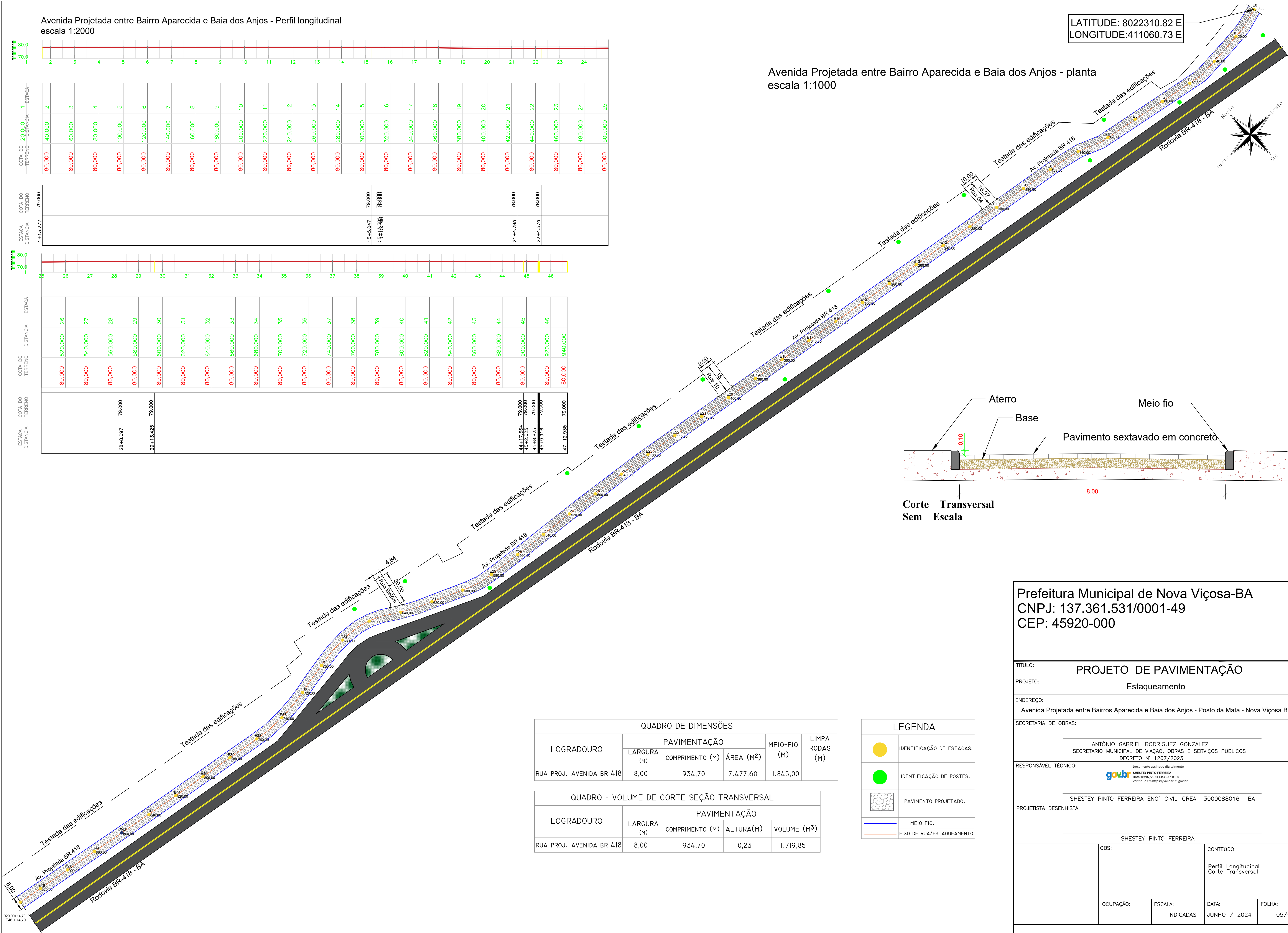
Prefeitura Municipal de Nova Viçosa-BA CNPJ: 137.361.531/0001-49 CEP: 45920-000			
TÍTULO: PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO			
PROJETO: DMT -JAZIDA E BOTA FORA			
ENDEREÇO: Posto da Mata - Nova Viçosa BA			
SECRETÁRIA DE OBRAS:  ANTÔNIO GABRIEL RODRIGUEZ GONZALEZ SECRETARIO MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS DECRETO Nº 1207/2023			
RESPONSÁVEL TÉCNICO:  SHESTEY PINTO FERREIRA Documento assinado digitalmente SHESTEY PINTO FERREIRA Data: 09/07/2024 14:33:37-0300 Verifique em https://validar.br.gov.br			
PROJETISTA DESENHISTA:  SHESTEY PINTO FERREIRA SHESTEY PINTO FERREIRA ENG* CIVIL-CREA 3000088016 -BA			
NOTAS: * Todos os elementos fixos estão apresentados em planta através de simbologia e descrito em legenda. * A testada das edificações está apresentada em planta baixa em linha tracejada;			
OCUPAÇÃO:	ESCALA: INDICADAS	DATA: JUNHO/2024	FOLHA: 04/06 A1



Avenida Projetada entre Bairro Aparecida e Baia dos Anjos - Perfil longitudinal  
escala 1:2000



Avenida Projetada entre Bairro Aparecida e Baia dos Anjos - planta  
escala 1:1000



QUADRO DE DIMENSÕES					
LOGRADOURO	PAVIMENTAÇÃO			MEIO-FIO (M)	LIMPA RODAS (M)
	LARGURA (M)	COMPRIMENTO (M)	ÁREA (M²)		
RUA PROJ. AVENIDA BR 418	8,00	934,70	7.477,60	1.845,00	-

QUADRO - VOLUME DE CORTE SEÇÃO TRANSVERSAL				
LOGRADOURO	PAVIMENTAÇÃO			
	LARGURA (M)	COMPRIMENTO (M)	ALTURA(M)	VOLUME (M³)
RUA PROJ. AVENIDA BR 418	8,00	934,70	0,23	1.719,85

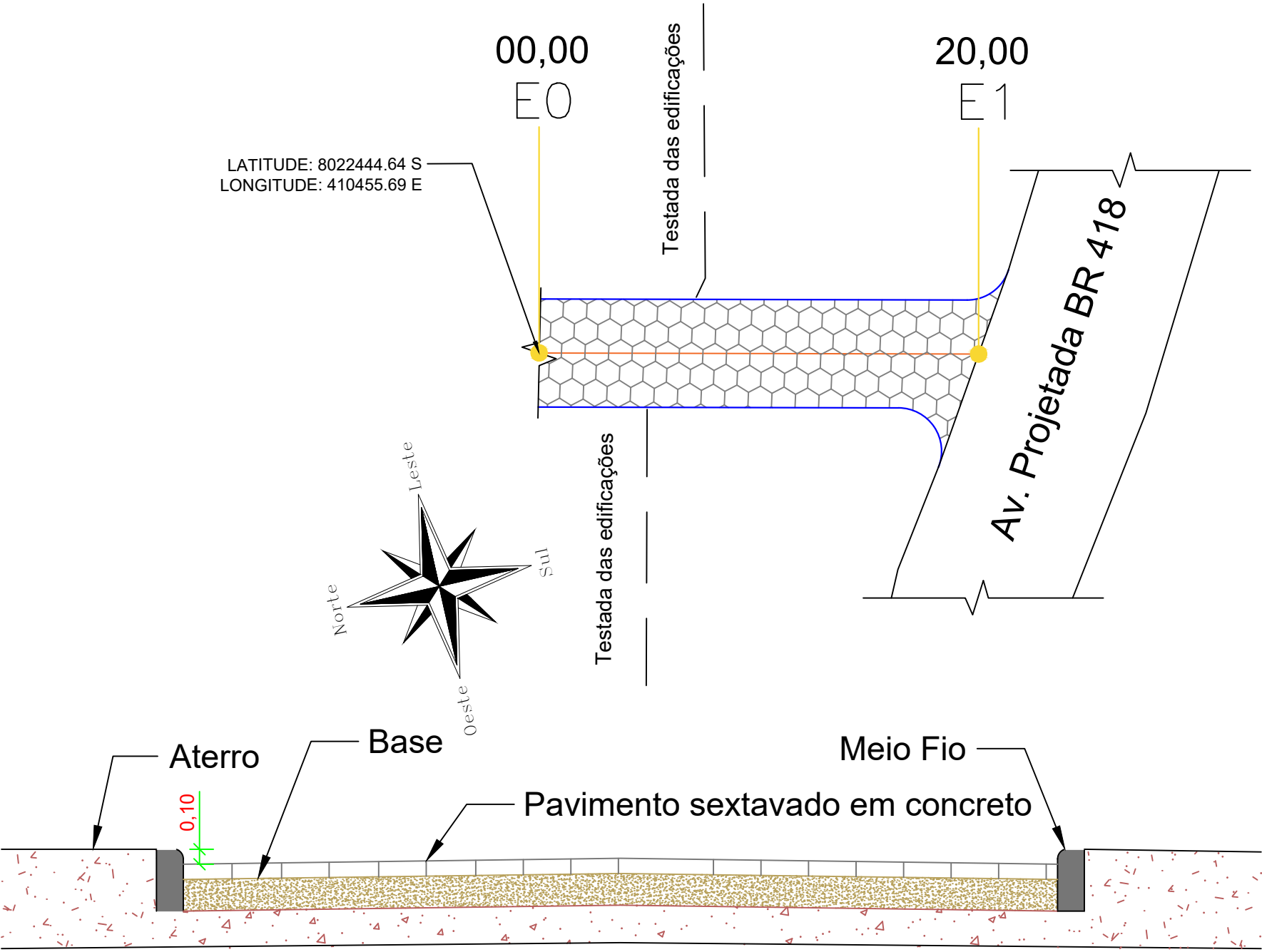
LEGENDA	
	IDENTIFICAÇÃO DE ESTACAS.
	IDENTIFICAÇÃO DE POSTES.
	PAVIMENTO PROJETADO.
	MEIO FIO.
	EIXO DE RUA/ESTAQUEAMENTO

Prefeitura Municipal de Nova Viçosa-BA  
CNPJ: 137.361.531/0001-49  
CEP: 45920-000

TÍTULO:	PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO			
PROJETO:	Estaqueamento			
ENDEREÇO:	Avenida Projetada entre Bairros Aparecida e Baia dos Anjos - Posto da Mata - Nova Viçosa BA			
SECRETARIA DE OBRAS:	ANTÔNIO GABRIEL RODRIGUEZ GONZALEZ SECRETARIO MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS DECRETO Nº 1207/2023			
RESPONSÁVEL TÉCNICO:	SHESTY PINTO FERREIRA Data: 09/07/2024 14:33:37-0300 Verifique em <a href="https://validar.br.gov.br">https://validar.br.gov.br</a>			
PROJETISTA DESENHISTA:	SHESTY PINTO FERREIRA ENGª CIVIL-CREA 3000088016 -BA			
OBS:	SHESTY PINTO FERREIRA			
	CONTEÚDO: Perfil Longitudinal Corte Transversal			
OCUPAÇÃO:	ESCALA: INDICADAS	DATA: JUNHO / 2024	FOLHA: 05/06 A1	



ESTAQUEAMENTO - RUA BELÉM  
ESCALA 1:250

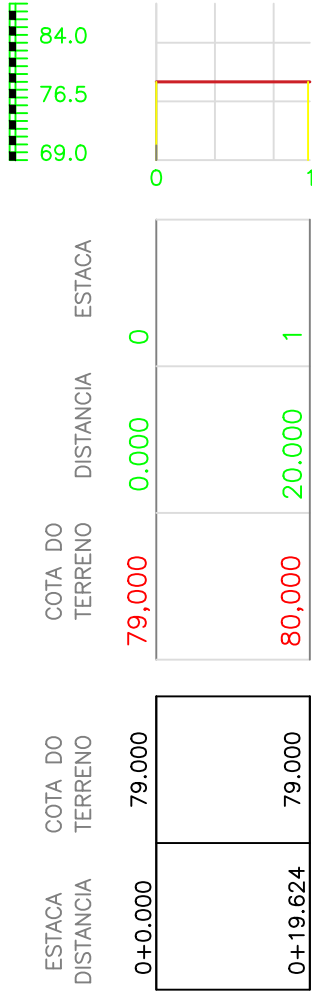


Corte Transversal  
Sem Escala

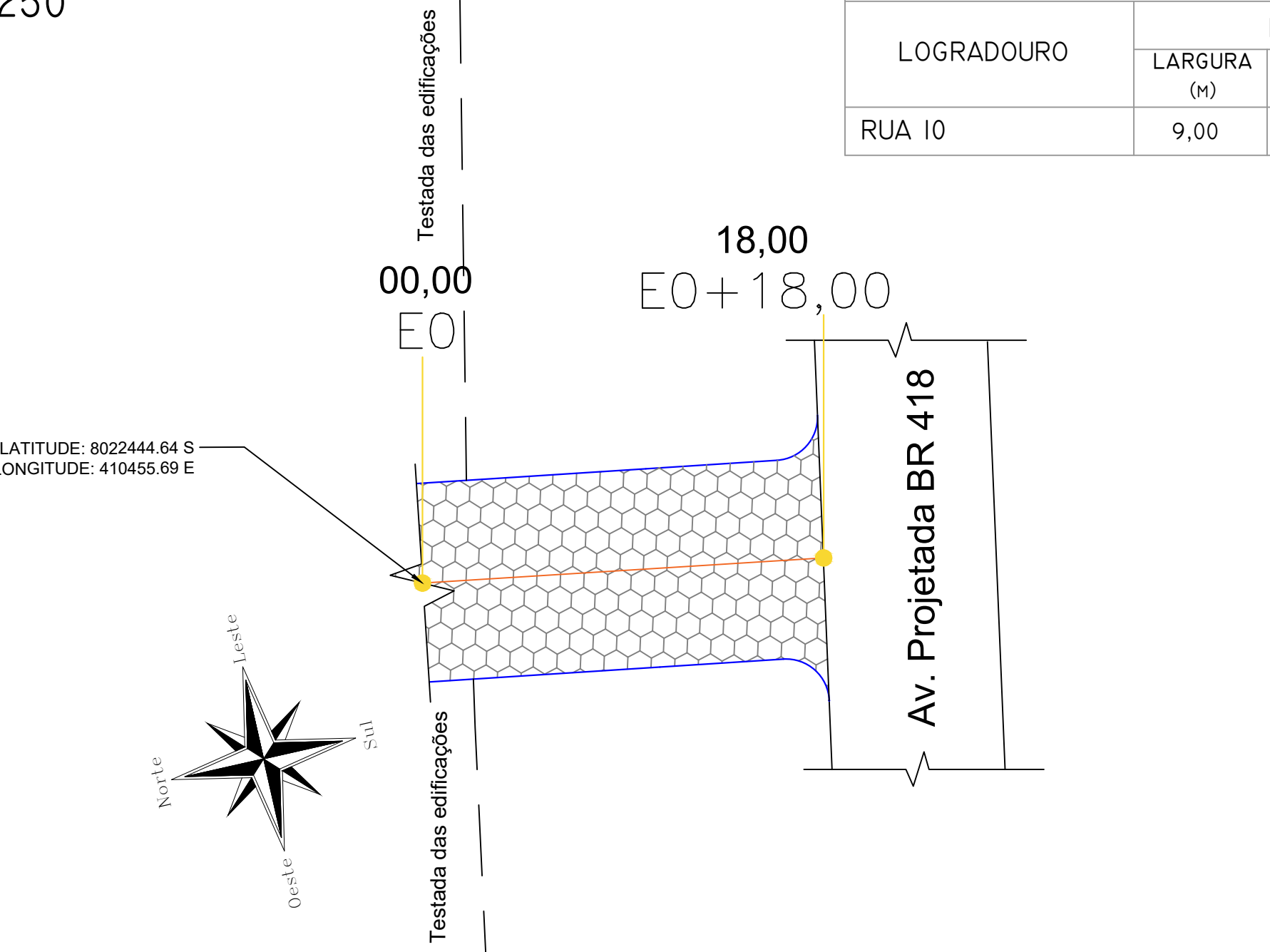
QUADRO DE DIMENSÕES					
LOGRADOURO	PAVIMENTAÇÃO			MEIO-FIO (M)	LIMPA RODAS (M)
	LARGURA (M)	COMPRIMENTO (M)	ÁREA (M²)		
RUA BELÉM	4,84	20,00	96,80	40,00	-

QUADRO - VOLUME DE CORTE SEÇÃO TRANSVERSAL				
LOGRADOURO	PAVIMENTAÇÃO			
	LARGURA (M)	COMPRIMENTO (M)	ALTURA(M)	VOLUME (M³)
RUA BELÉM	4,84	20,00	0,23	22,26

Perfil longitudinal - Rua Belém  
escala 1:750



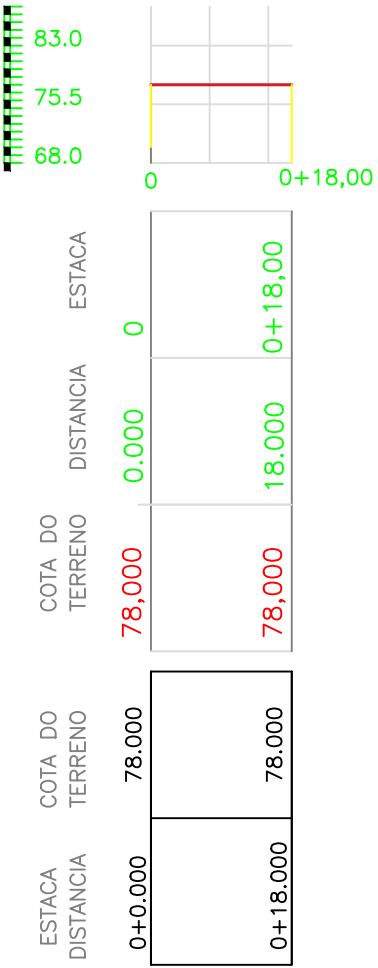
ESTAQUEAMENTO - RUA 10  
ESCALA 1:250



Corte Transversal  
Sem Escala

QUADRO - VOLUME DE CORTE SEÇÃO TRANSVERSAL				
LOGRADOURO	PAVIMENTAÇÃO			
	LARGURA (M)	COMPRIMENTO (M)	ALTURA(M)	VOLUME (M³)
RUA 10	9,00	18,00	0,23	37,26

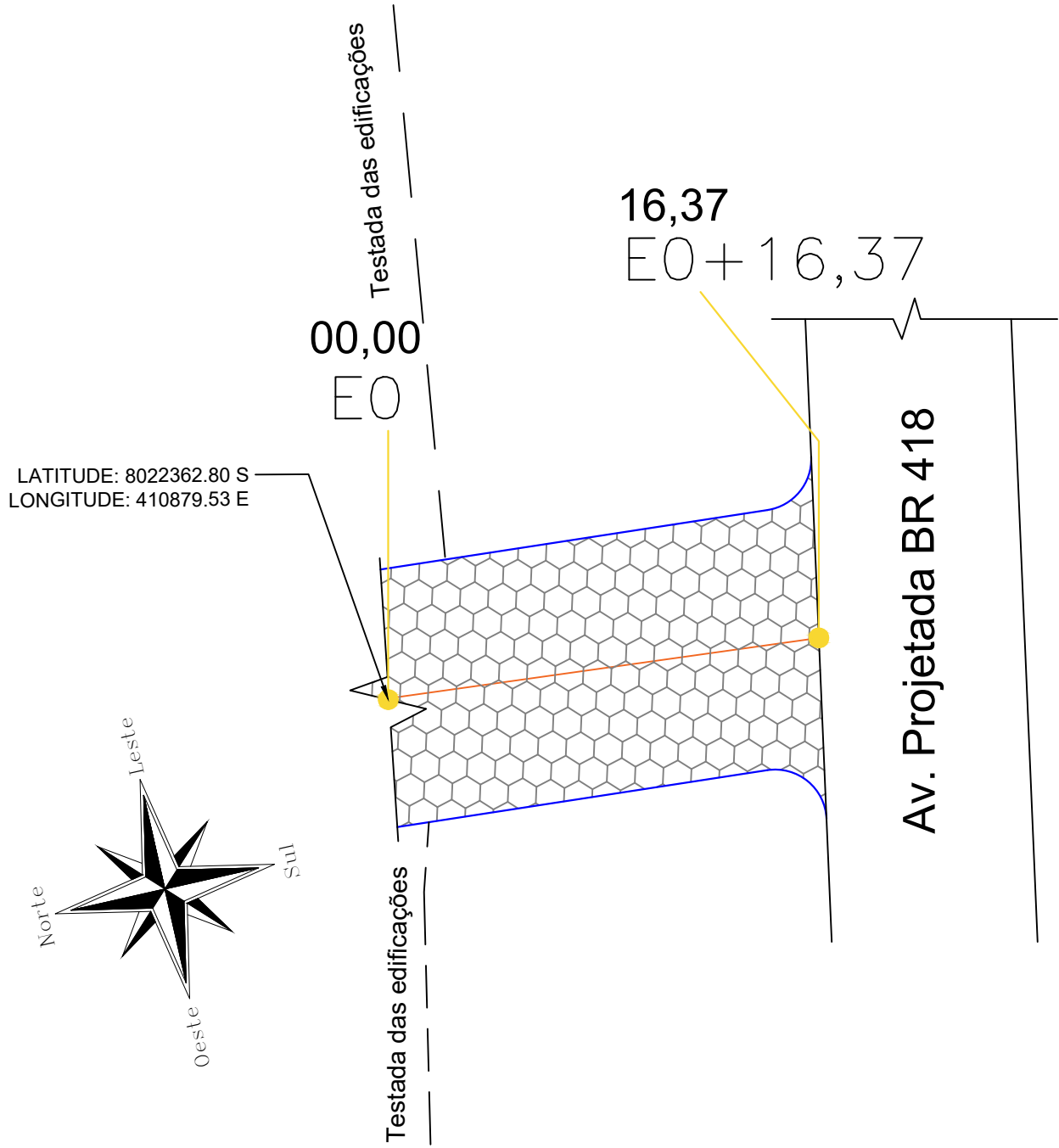
Perfil longitudinal - Rua 10  
escala 1:750



LEGENDA

	IDENTIFICAÇÃO DE ESTACAS.
	IDENTIFICAÇÃO DE POSTES.
	PAVIMENTO PROJETADO.
	MEIO FIO.
	EIXO DE RUA/ESTAQUEAMENTO

ESTAQUEAMENTO - RUA 04  
ESCALA 1:250

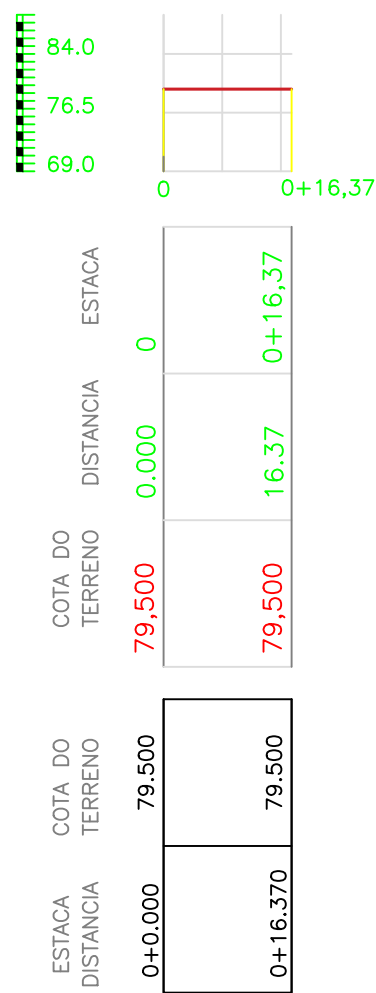


Corte Transversal  
Sem Escala

QUADRO DE DIMENSÕES					
LOGRADOURO	PAVIMENTAÇÃO			MEIO-FIO (M)	LIMPA RODAS (M)
	LARGURA (M)	COMPRIMENTO (M)	ÁREA (M²)		
RUA 04	10,00	16,37	163,70	32,74	-

QUADRO - VOLUME DE CORTE SEÇÃO TRANSVERSAL				
LOGRADOURO	PAVIMENTAÇÃO			
	LARGURA (M)	COMPRIMENTO (M)	ALTURA(M)	VOLUME (M³)
RUA 04	10,00	16,37	0,23	37,65

Perfil longitudinal - Rua 04  
escala 1:750



Prefeitura Municipal de Nova Viçosa-BA  
CNPJ: 137.361.531/0001-49  
CEP: 45920-000

TÍTULO: PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO

PROJETO: Estaqueamento

ENDEREÇO: Posto da Mata - Nova Viçosa BA

SECRETÁRIA DE OBRAS: ANTONIO GABRIEL RODRIGUEZ GONZALEZ  
SECRETARIO MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
DECRETO N° 1207/2023

RESPONSÁVEL TÉCNICO: SHESTEY PINTO FERREIRA  
Data: 09/07/2024 14:33:37 -0300  
Verifique em https://validar.dl.gov.br/

SHESTEY PINTO FERREIRA ENG° CIVIL—CREA 3000088016 —BA

PROJETISTA DESENHISTA: SHESTEY PINTO FERREIRA

NOTAS:  
\* Todos os elementos fixos estão apresentados em planta através de simbologia e descrito em legenda.  
\* A testada das edificações está apresentada em planta baixa em linha tracejada;


OCUPAÇÃO: ESCALA: DATA: FOLHA:  
INDICADAS JUNHO/2024 06/06 A1



DMT: Fornecedor pavimento até a obra - Rua Projetada BR-418

3,9 Km



Prefeitura Municipal de Nova Viçosa-BA CNPJ: 137.361.531/0001-49 CEP: 45920-000			
TÍTULO:		PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO	
PROJETO:		DMT - PAVIMENTO	
ENDEREÇO:		Posto da Mata - Nova Viçosa BA	
SECRETARIA DE OBRAS:		ANTÔNIO GABRIEL RODRIGUEZ GONZALEZ SECRETARIO MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS DECRETO N° 1207/2023	
RESPONSÁVEL TÉCNICO:		<div><div>SHESTEY PINTO FERREIRA</div><div>Documento assinado digitalmente Data: 05/07/2024 11:07:34-0300 Verifique em <a href="https://validar.br.gov.br/">https://validar.br.gov.br/</a></div></div>	
		SHESTEY PINTO FERREIRA ENG* CIVIL-CREA 3000088016 -BA	
PROJETISTA DESENHISTA:			
SHESTEY PINTO FERREIRA			
		NOTAS: * Todos os elementos fixos estão apresentados em planta através de simbologia e descrito em legenda. * A testada das edificações está apresentada em planta baixa em linha tracejada;	
		OCUPAÇÃO:	ESCALA: INDICADAS

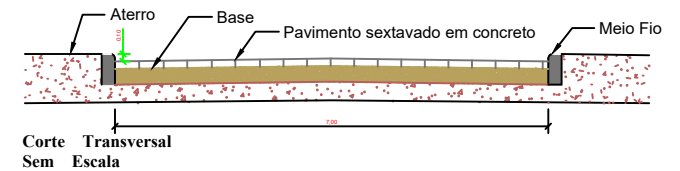




PLANTA DE BAIXA DE LOCALIZAÇÃO DE RUAS  
RUA RIBEIRÃO - BAIRRO JARDIM DOS EUCALIPTOS  
ESC: 1/1000

QUADRO DE DIMENSÕES					
LOGRADOUROS	COMPRIMENTO (M)	LARGURA (M)	ÁREA PAVIMENTAÇÃO (M²)	MEIO FIO (M)	EXTENSÃO LIMPA RODAS (M)
RUA DO RIBEIRÃO	604,00	7,00	4.228,00	1.145,00	-
RUA HUDSON GOMES CAMPOS	48,00	7,00	336,00	96,00	-
RUA DAS ARARAS	24,00	7,00	168,00	48,00	-
RUA BEM-TE-VI	48,00	7,00	336,00	96,00	-
RUA BELJA FLOR	24,00	7,00	168,00	48,00	-
RUA SABIÁ	24,00	7,00	168,00	48,00	-
RUA JACUPEMBA	24,00	7,00	168,00	48,00	-
RUA CANÁRIO	24,00	7,00	168,00	48,00	-
TOTAL	820,00	7,00	5.740,00	1.577,00	-

LEGENDA	
	PAVIMENTO PROJETADO.
	MEIO FIO.
	SENTIDO FLUXO DAS ÁGUAS PLUVIAIS.
	IDENTIFICAÇÃO DE POSTES.



Prefeitura Municipal de Nova Viçosa-BA  
CNPJ: 137.361.531/0001-49  
CEP: 45920-000

TÍTULO: PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO


PROJETO:	Planta de localização
----------	-----------------------

ENDEREÇO: Posto da Mata - Nova Viçosa BA

**SECRETÁRIA DE OBRAS:**

ANTÔNIO GABRIEL RODRIGUEZ GONZALEZ  
SECRETARIO MUNICIPAL DE VIACÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
DECRETO Nº 1207/2023

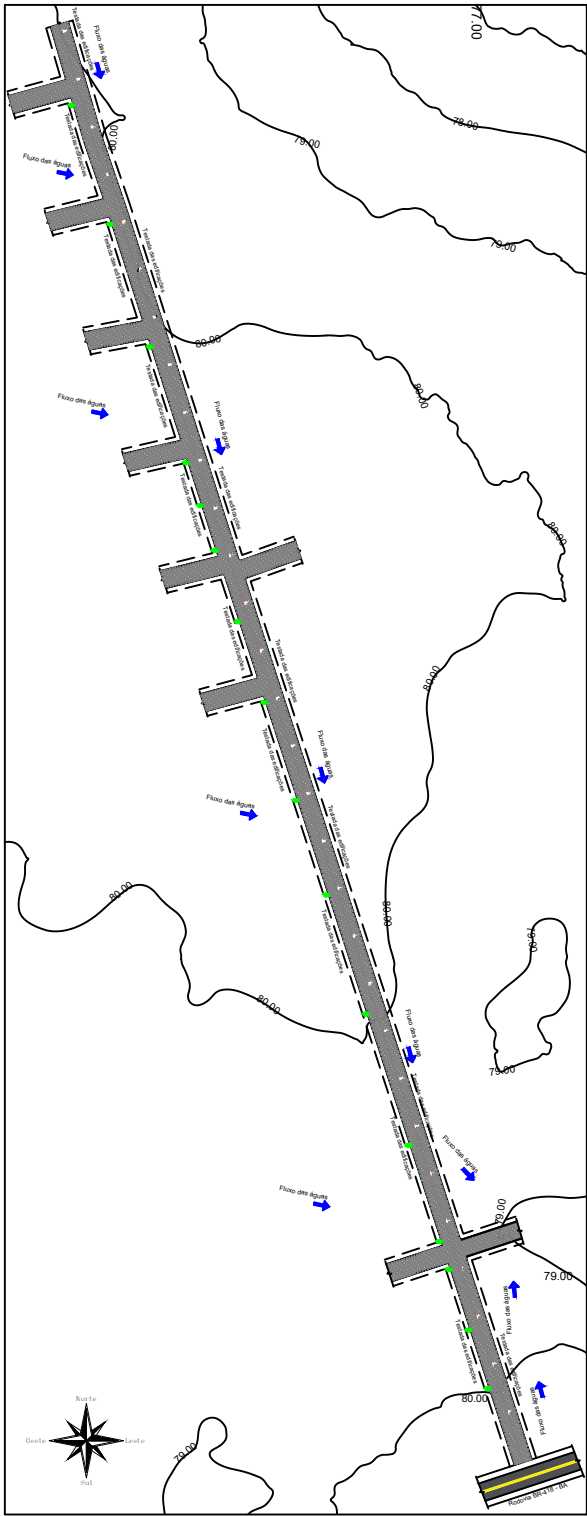
RESPONSÁVEL TÉCNICO:

Documento assinado digitalmente  
 SHESTEY PINTO FERREIRA  
 Data: 04/07/2024 15:51:52-0300  
 Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

\* A testada das edificações está apresentada em planta baixa em linha tracejada;

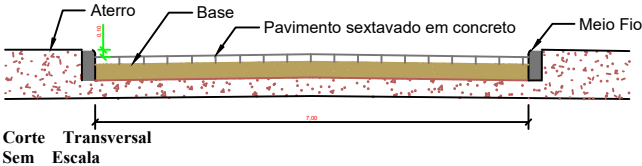
OCUPAÇÃO:	ESCALA:	DATA:	FOLHA:
	INDICADAS	JUNHO/2024	01/06 A1

Rua Ribeirão - Bairro Jardim dos Eucaliptos  
Levantamento planialtimétrico - Curvas de nível equidistância 1,00m  
escala 1:1000



QUADRO DE DIMENSÕES				
LOGRADOUROS	COMPRIMENTO (M)	LARGURA (M)	ÁREA PAVIMENTAÇÃO (M²)	EXTENSÃO LÍMPA RODAS (M)
RUA DO RIBEIRÃO	604,00	7,00	4.228,00	1.145,00
RUA HUDSON GOMES CAMPOS	48,00	7,00	336,00	96,00
RUA DAS ARARAS	24,00	7,00	168,00	48,00
RUA BEM-TE-VI	48,00	7,00	336,00	96,00
RUA BEIJA FLOR	24,00	7,00	168,00	48,00
RUA SABIÁ	24,00	7,00	168,00	48,00
RUA JACUPEMBA	24,00	7,00	168,00	48,00
RUA CANÁRIO	24,00	7,00	168,00	48,00
TOTAL	820,00	7,00	5.740,00	1.577,00

LEGENDA	
	PAVIMENTO PROJETADO.
	MEIO FIO.
	SENTIDO FLUXO DAS ÁGUAS PLUVIAIS.
	IDENTIFICAÇÃO DE POSTES.



Prefeitura Municipal de Nova Viçosa-BA  
CNPJ: 137.361.531/0001-49  
CEP: 45920-000

TÍTULO: PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO

PROJETO: Levantamento planialtimétrico

ENDEREÇO: Posto da Mata - Nova Viçosa BA

SECRETARIA DE OBRAS:

ANTÔNIO GABRIEL RODRIGUEZ GONZALEZ  
Documento assinado digitalmente

RESPON: gov.br SHESTEY PINTO FERREIRA  
Data: 04/07/2024 15:51:52-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

PROJETO:

SHESTEY PINTO FERREIRA

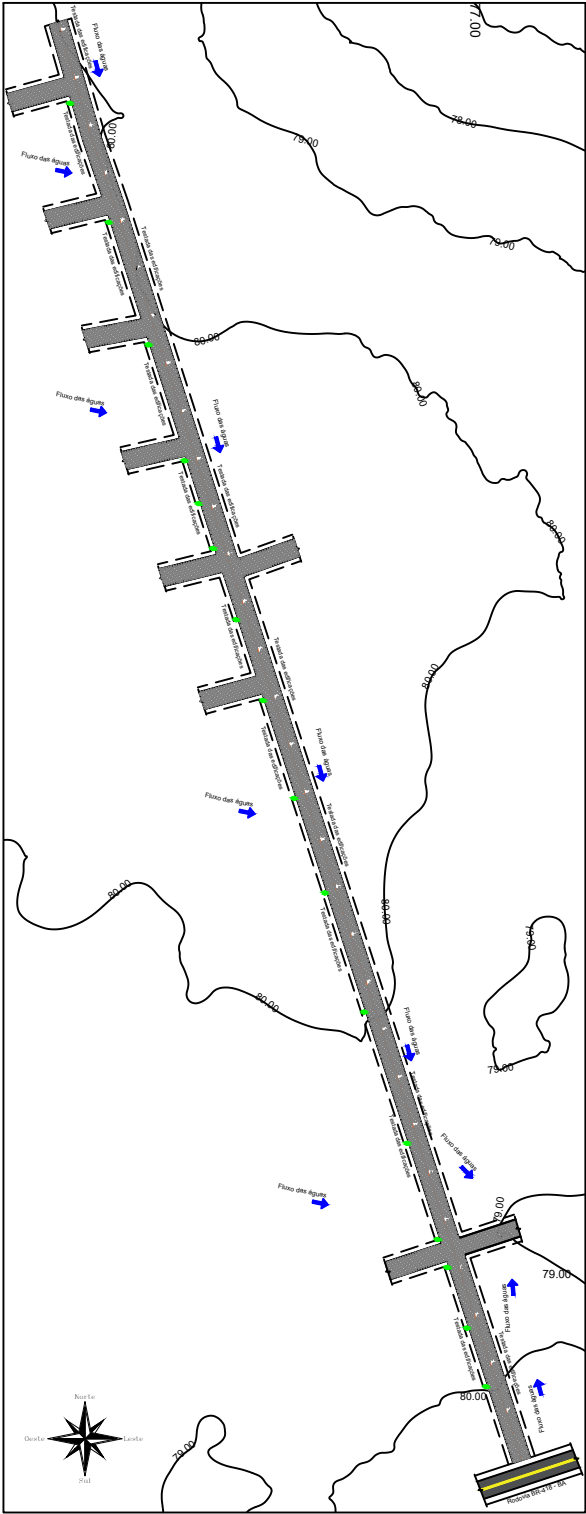
NOTAS:  
\* Todos os elementos fixos estão apresentados em planta através de simbologia e descrito em legenda.  
\* A testada das edificações está apresentada em planta baixa em linha tracejada.

OCUPAÇÃO:	ESCALA:	DATA:	FOLHA:
	INDICADAS	JUNHO/2024	02/06 A1



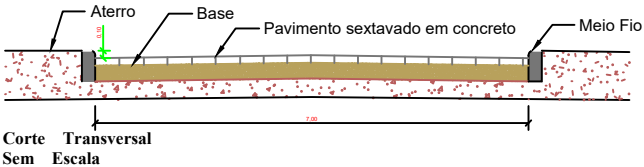
Rua Ribeirão - Bairro Jardim dos Eucaliptos

Curvas de nível - Fluxo superficial pluvial - escala 1:1000



QUADRO DE DIMENSÕES				
LOGRADOUROS	COMPRIMENTO (M)	LARGURA (M)	ÁREA PAVIMENTAÇÃO (M²)	MEIO FIO (M)
RUA DO RIBEIRÃO	604,00	7,00	4.228,00	1.145,00
RUA HUDSON GOMES CAMPOS	48,00	7,00	336,00	96,00
RUA DAS ARARAS	24,00	7,00	168,00	48,00
RUA BEM-TE-VI	48,00	7,00	336,00	96,00
RUA BELJA FLOR	24,00	7,00	168,00	48,00
RUA SABIÁ	24,00	7,00	168,00	48,00
RUA JACUPEMBA	24,00	7,00	168,00	48,00
RUA CANÁRIO	24,00	7,00	168,00	48,00
TOTAL	820,00	7,00	5.740,00	1.577,00

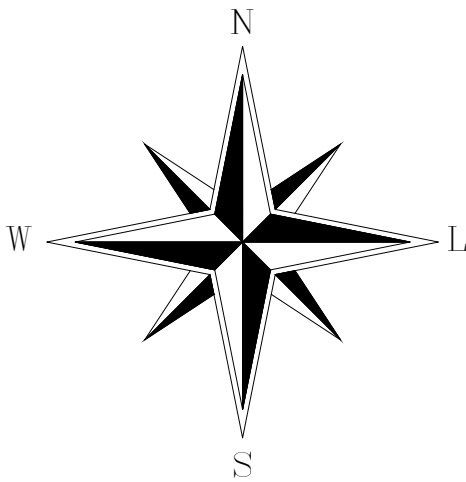
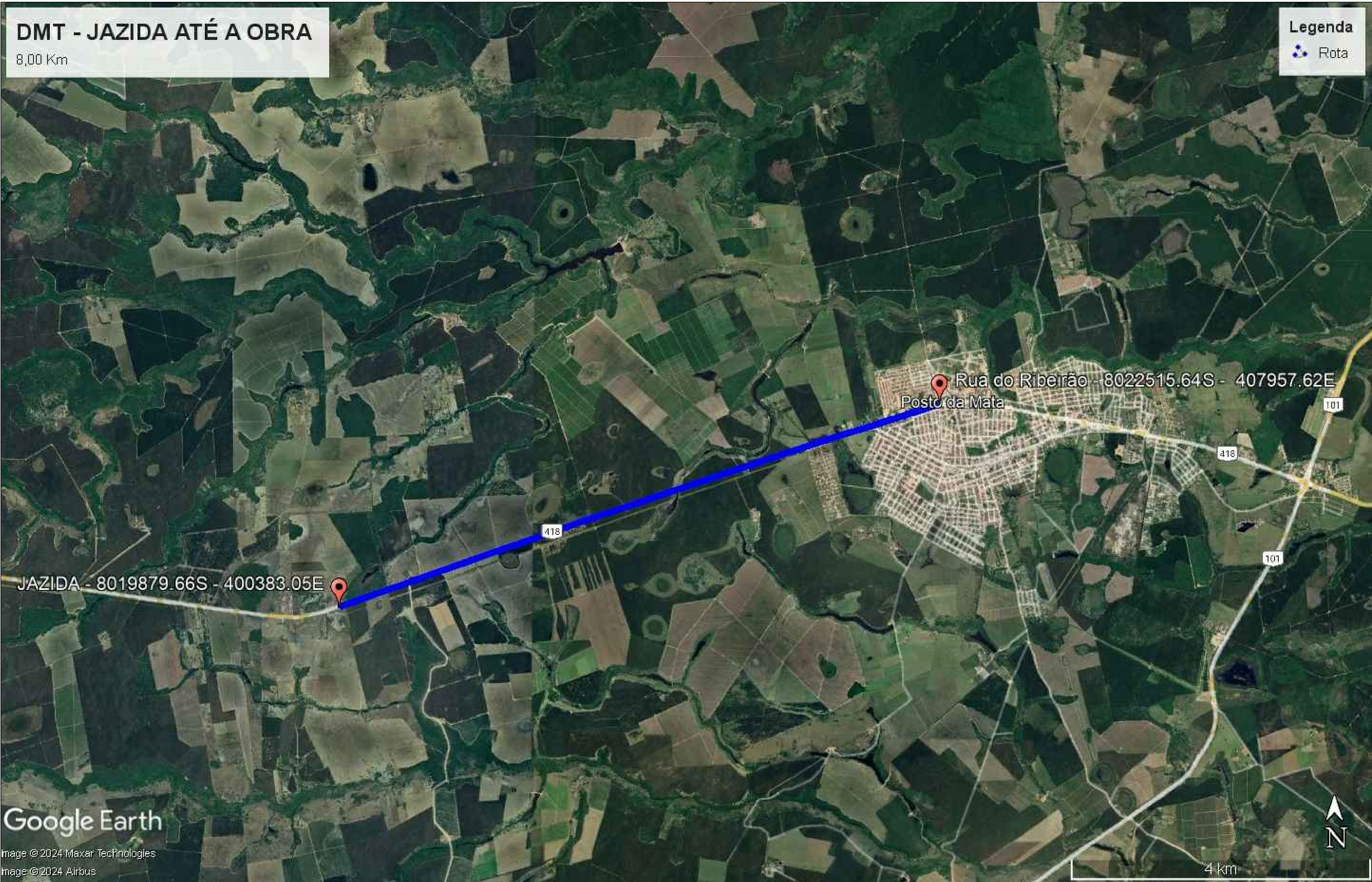
LEGENDA	
	PAVIMENTO PROJETADO.
	MEIO FIO.
	SENTIDO FLUXO DAS ÁGUAS PLUVIAIS.
	IDENTIFICAÇÃO DE POSTES.



Prefeitura Municipal de Nova Viçosa-BA  
CNPJ: 137.361.531/0001-49  
CEP: 45920-000

TÍTULO:	PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO		
PROJETO:	Drenagem - Sentido do Fluxo de águas pluviais		
ENDEREÇO:	Posto da Mata - Nova Viçosa BA		
SECRETARIA DE OBRAS:	ANTÔNIO GABRIEL RODRIGUEZ GONZALEZ SECRETARIO MUNICIPAL DE VIAGRO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS DECRETO Nº 1207/2023		
RESPONSÁVEL TÉCNICO:	Documento assinado digitalmente SHESTHEY PINTO FERREIRA Data: 04/07/2024 15:51:52-0300 Verifique em <a href="https://validar.iti.gov.br">https://validar.iti.gov.br</a>		
Ocupação:	ESCALA:	DATA:	FOLHA:
	INDICADAS	JUNHO/2024	03/06 A1

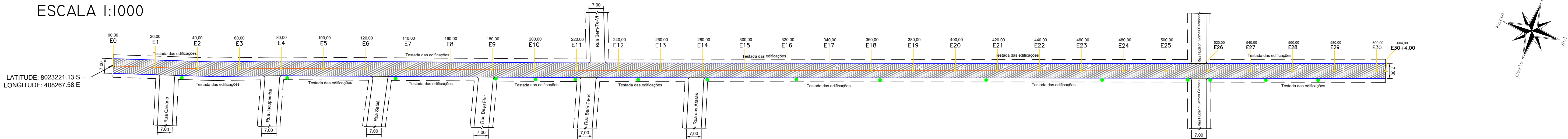
DMT: Jazida até a obra - Obra até bota fora - Rua do Ribeirão  
8,00 Km



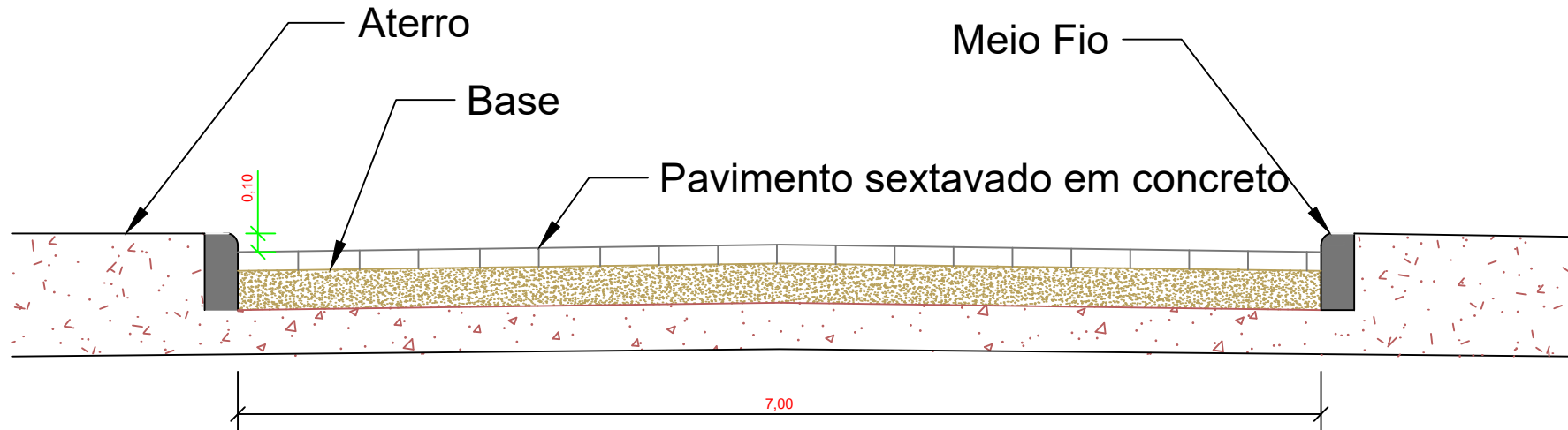
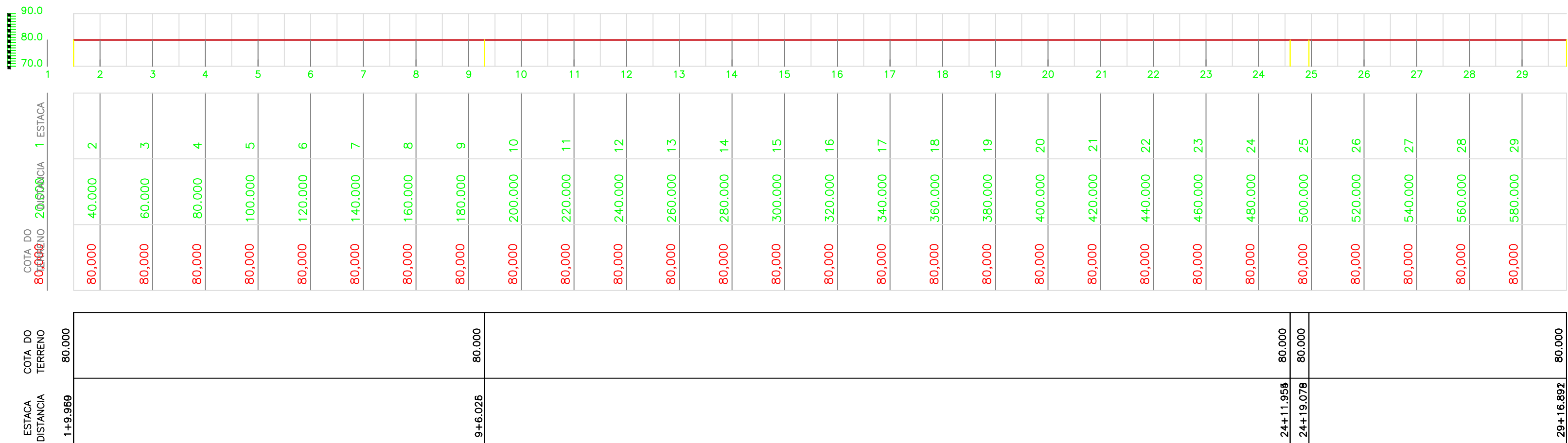
Prefeitura Municipal de Nova Viçosa-BA CNPJ: 137.361.531/0001-49 CEP: 45920-000			
TÍTULO: PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO			
PROJETO: DMT - JAZIDA E BOTA FORA			
ENDEREÇO: Posto da Mata - Nova Viçosa BA			
SECRETÁRIA DE OBRAS:  ANTÔNIO GABRIEL RODRIGUEZ GONZALEZ SECRETARIO MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS DECRETO Nº 1207/2023			
RESPONSÁVEL TÉCNICO:  SHESTEY PINTO FERREIRA Data: 09/07/2024 14:33:37-0300 Verifique em <a href="https://validar.it.gov.br">https://validar.it.gov.br</a>			
PROJETISTA DESENHISTA:  SHESTEY PINTO FERREIRA			
NOTAS: * Todos os elementos fixos estão apresentados em planta através de simbologia e descrito em legenda. * A testada das edificações está apresentada em planta baixa em linha tracejada;			
OCUPAÇÃO:	ESCALA: INDICADAS	DATA: JUNHO/2024	FOLHA: 04/06 A1



ESTAQUEAMENTO - RUA DO RIBEIRÃO  
ESCALA 1:1000



Rua do Ribeirão - Perfil longitudinal  
escala 1:1000



Corte Transversal  
Sem Escala

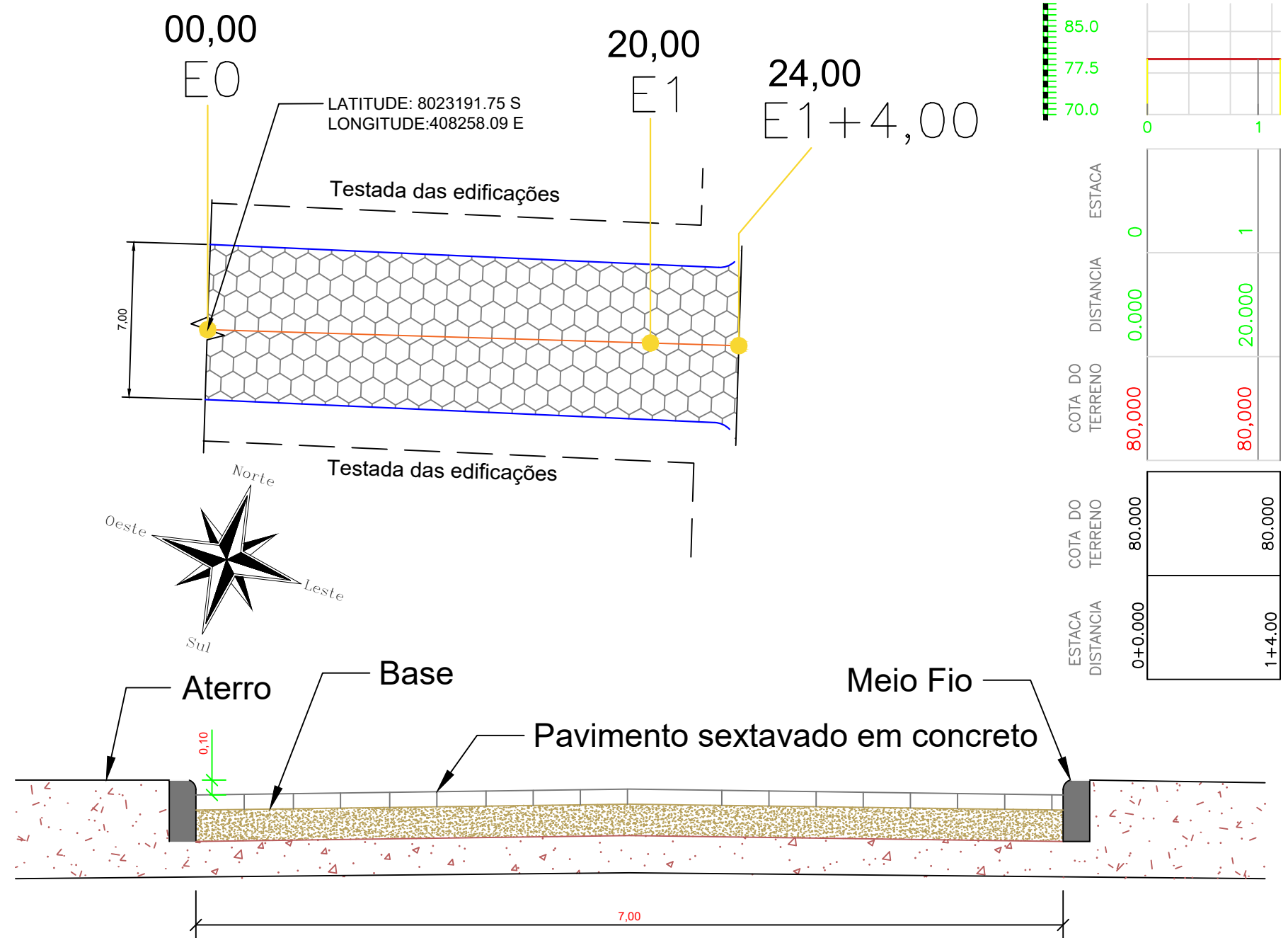
QUADRO DE DIMENSÕES				
LOGRADOURO	PAVIMENTAÇÃO			LIMPA RODAS (M)
	LARGURA (M)	COMPRIMENTO (M)	ÁREA (M²)	
RUA DO RIBEIRÃO	7,00	604,00	4.228,00	1.145,00

QUADRO - VOLUME DE CORTE SEÇÃO TRANSVERSAL				
LOGRADOURO	PAVIMENTAÇÃO			
	LARGURA (M)	COMPRIMENTO (M)	ALTURA(M)	VOLUME (M³)
RUA DO RIBEIRÃO	7,00	604,00	0,23	972,44

LEGENDA	
	IDENTIFICAÇÃO DE ESTACAS.
	IDENTIFICAÇÃO DE POSTES.
	PAVIMENTO PROJETADO.
	MEIO FIO.
	EIXO DE RUA/ESTAQUEAMENTO

ESTAQUEAMENTO - RUA CANÁRIO  
ESCALA 1:250

Perfil longitudinal - Rua Canário  
escala 1:750



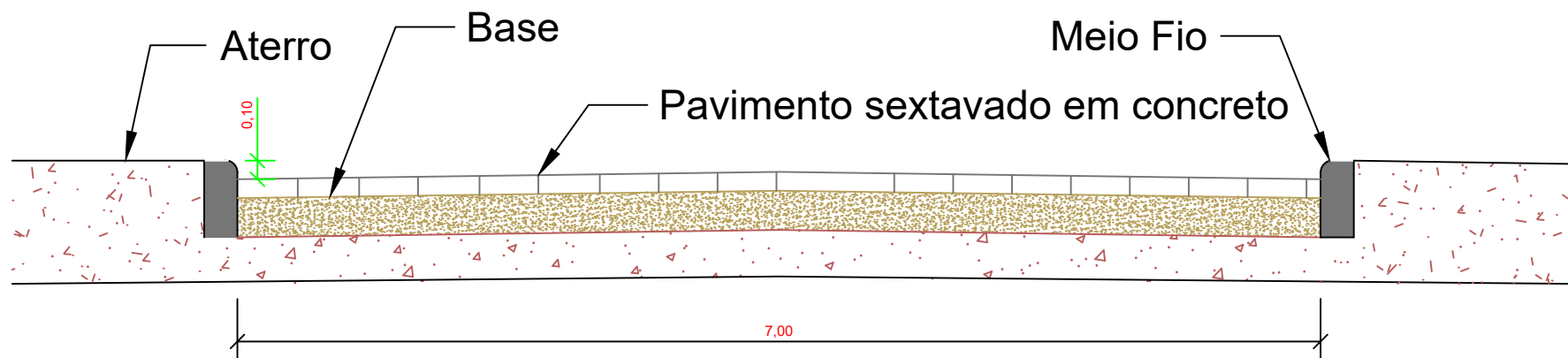
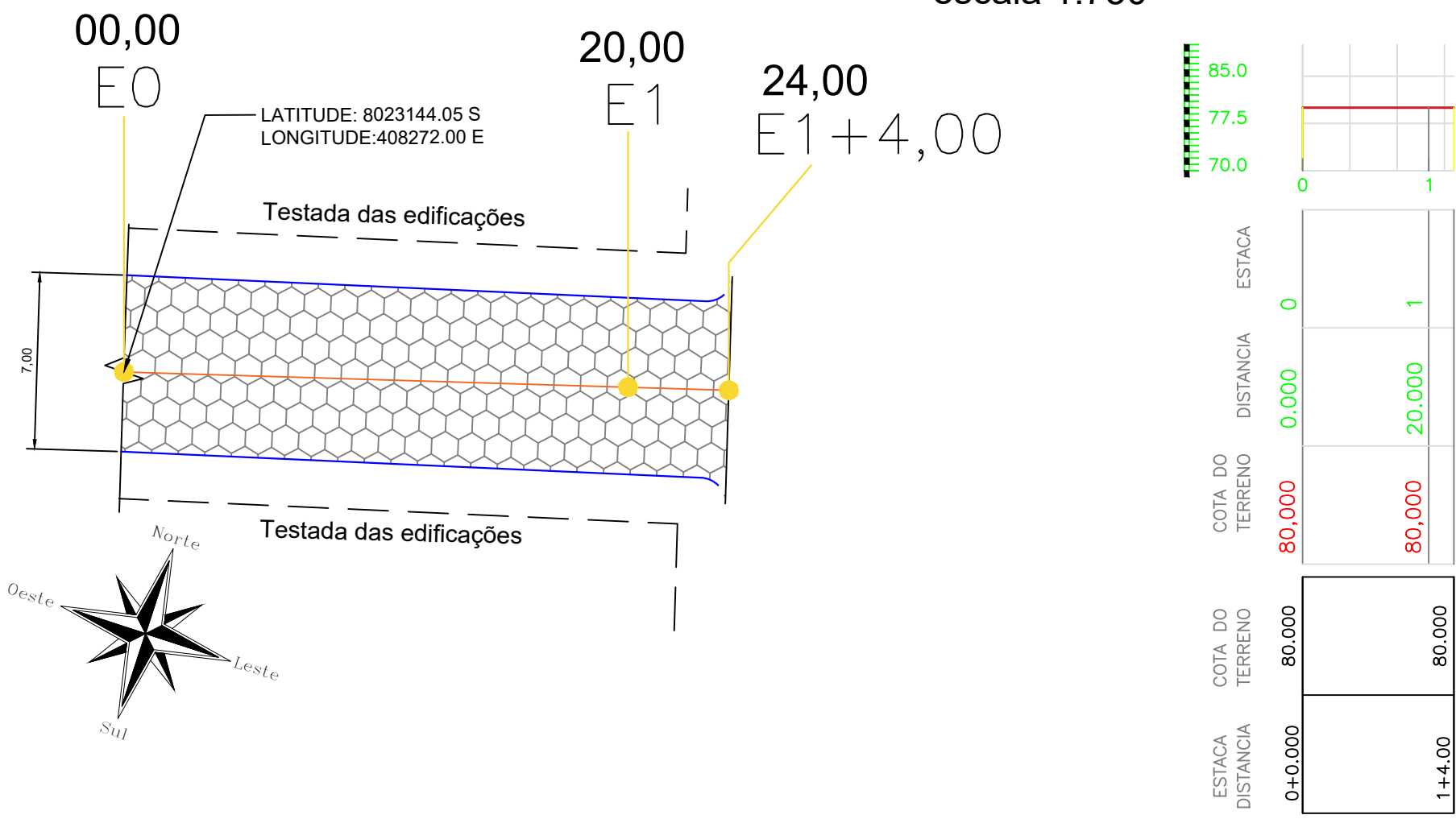
Corte Transversal  
Sem Escala

QUADRO DE DIMENSÕES				
LOGRADOURO	PAVIMENTAÇÃO			LIMPA RODAS (M)
	LARGURA (M)	COMPRIMENTO (M)	ÁREA (M²)	
RUA CANÁRIO	7,00	24,00	168,00	48,00

QUADRO - VOLUME DE CORTE SEÇÃO TRANSVERSAL				
LOGRADOURO	PAVIMENTAÇÃO			
	LARGURA (M)	COMPRIMENTO (M)	ALTURA(M)	VOLUME (M³)
RUA CANÁRIO	7,00	24,00	0,23	38,64

ESTAQUEAMENTO - RUA JACUPEMBA  
ESCALA 1:250

Perfil longitudinal - Rua Jacupemba  
escala 1:750



Corte Transversal  
Sem Escala

QUADRO DE DIMENSÕES				
LOGRADOURO	PAVIMENTAÇÃO			LIMPA RODAS (M)
	LARGURA (M)	COMPRIMENTO (M)	ÁREA (M²)	
RUA JACUPEMBA	7,00	24,00	168,00	48,00

QUADRO - VOLUME DE CORTE SEÇÃO TRANSVERSAL				
LOGRADOURO	PAVIMENTAÇÃO			
	LARGURA (M)	COMPRIMENTO (M)	ALTURA(M)	VOLUME (M³)
RUA JACUPEMBA	7,00	24,00	0,23	38,64

Prefeitura Municipal de Nova Viçosa-BA  
CNPJ: 137.361.531/0001-49  
CEP: 45920-000

TÍTULO: PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO

PROJETO: Estaqueamento

ENDEREÇO: Posto da Mata - Nova Viçosa BA

SECRETÁRIA DE OBRAS:  
ANTÔNIO GABRIEL RODRIGUEZ GONZALEZ  
SECRETARIO MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
DECRETO N° 1207/2023

RESPONSÁVEL TÉCNICO:  
SHESTEY PINTO FERREIRA  
Data: 09/07/2024 14:36:26-0300  
Verifique em https://validar.it.gov.br

SHESTEY PINTO FERREIRA ENG° CIVIL-CREA 3000088016 -BA

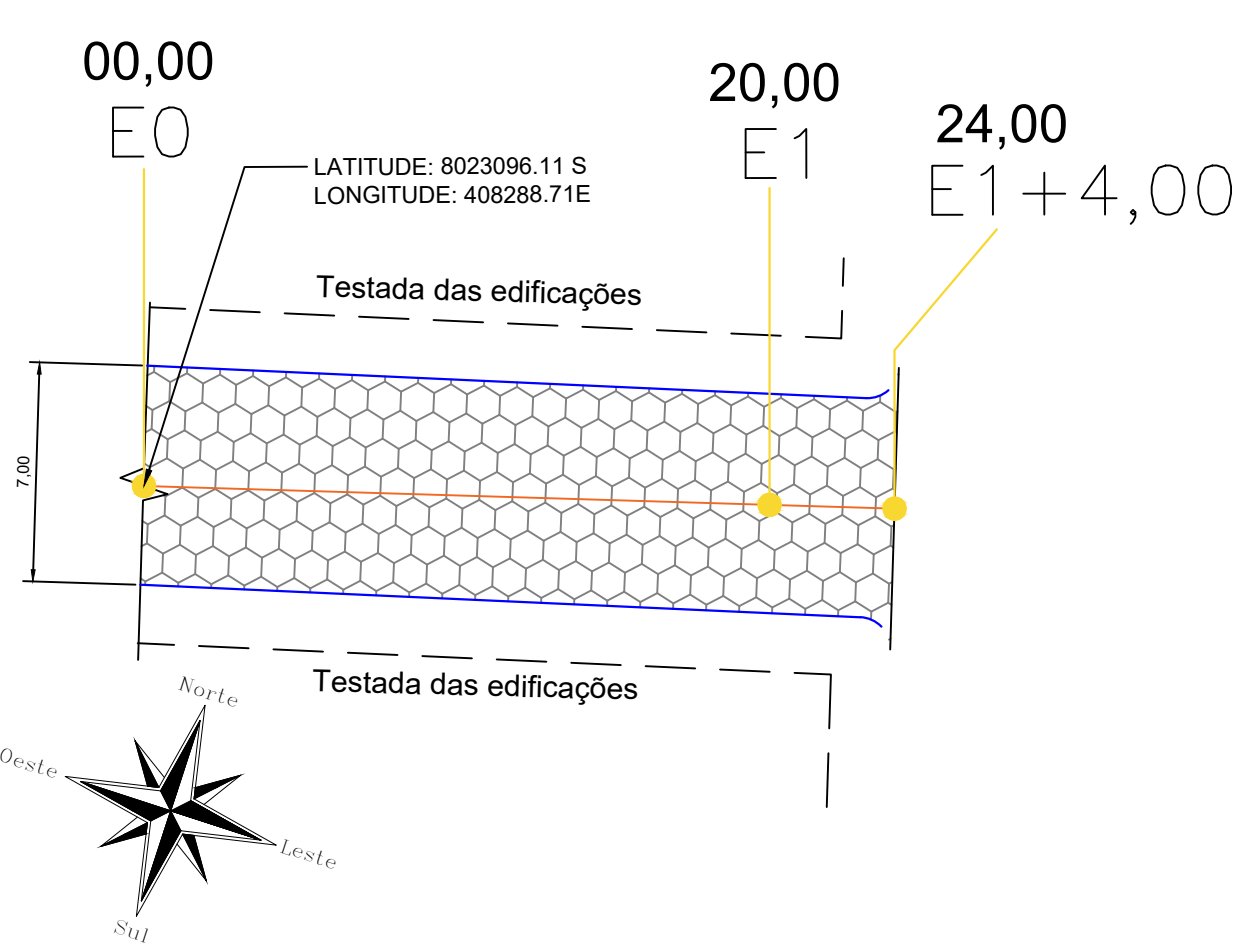
PROJETISTA DESENHISTA:

NOTAS:  
\* Todos os elementos fixos estão apresentados em planta através de simbologia e descrito em legenda.  
\* A testada das edificações está apresentada em planta baixa em linha tracejada;

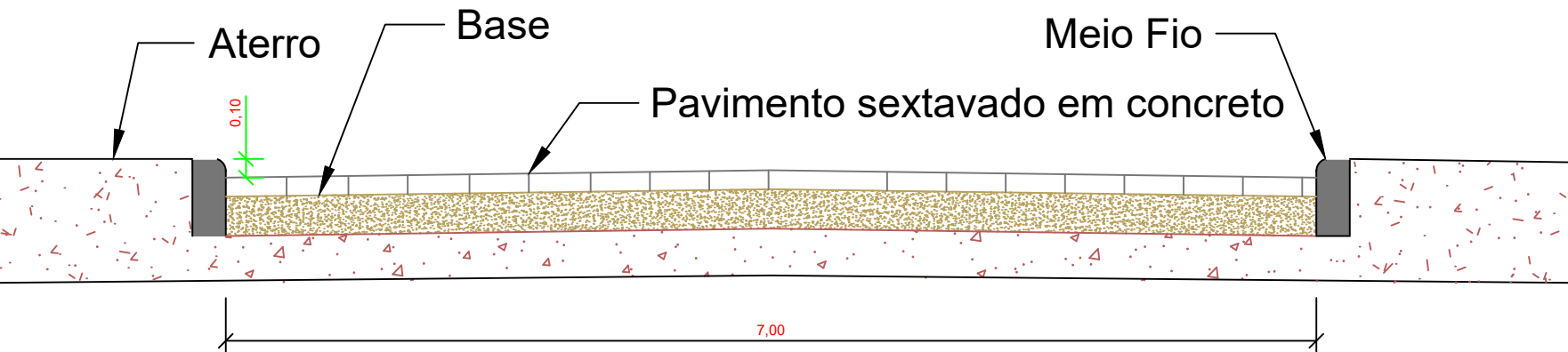
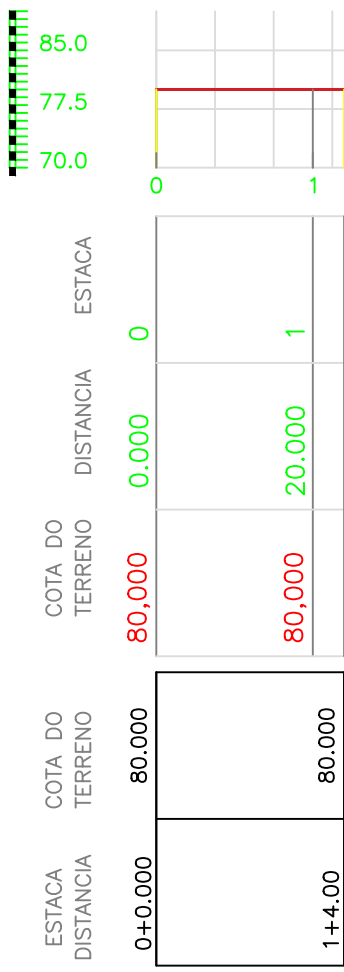
OCUPAÇÃO: ESCALA: DATA: FOLHA:  
INDICADAS JUNHO/2024 05/06 A1



ESTAQUEAMENTO - RUA SABIÁ  
ESCALA 1:250



Perfil longitudinal - Rua Sabiá  
escala 1:750

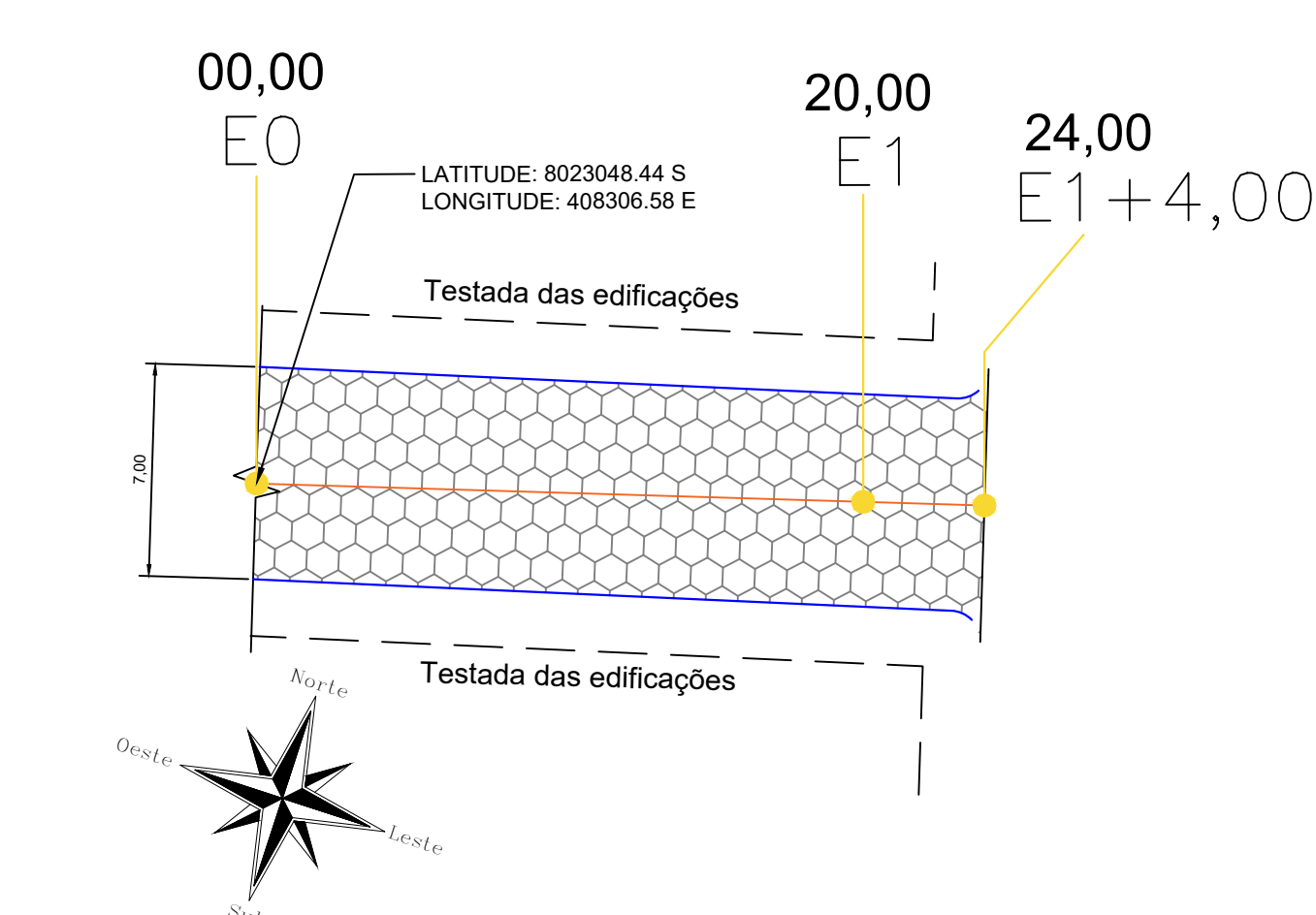


Corte Transversal  
Sem Escala

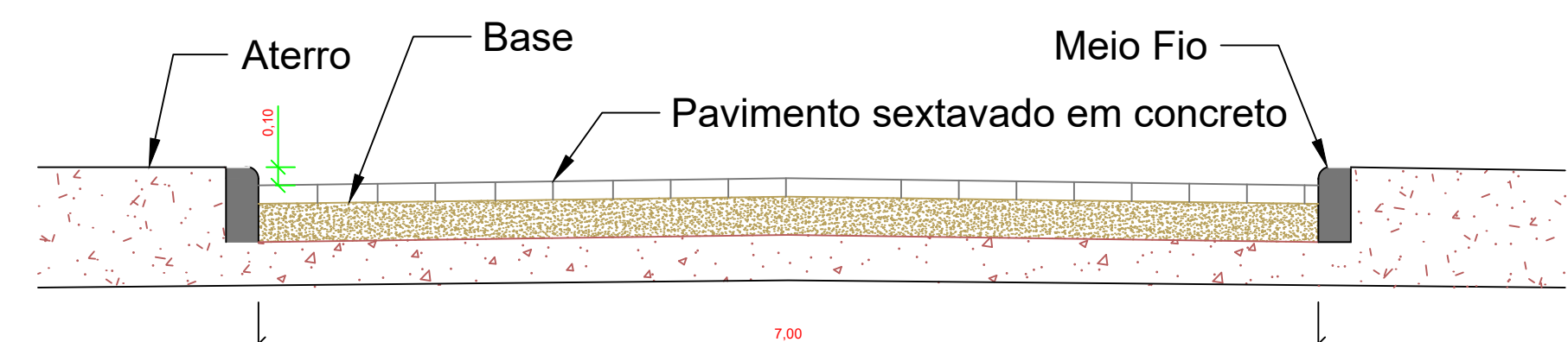
QUADRO DE DIMENSÕES					
LOGRADOURO	PAVIMENTAÇÃO			MEIO-FIO (M)	LIMPA RODAS (M)
	LARGURA (M)	COMPRIMENTO(M)	ÁREA (M²)		
RUA SABIÁ	7,00	24,00	168,00	48,00	-

QUADRO - VOLUME DE CORTE SEÇÃO TRANSVERSAL				
LOGRADOURO	PAVIMENTAÇÃO			
	LARGURA (M)	COMPRIMENTO(M)	ALTURA(M)	VOLUME (M³)
RUA SABIÁ	7,00	24,00	0,23	38,64

ESTAQUEAMENTO - RUA BEIJA FLOR  
ESCALA 1:250



Perfil longitudinal - Rua Beija Flor  
escala 1:750

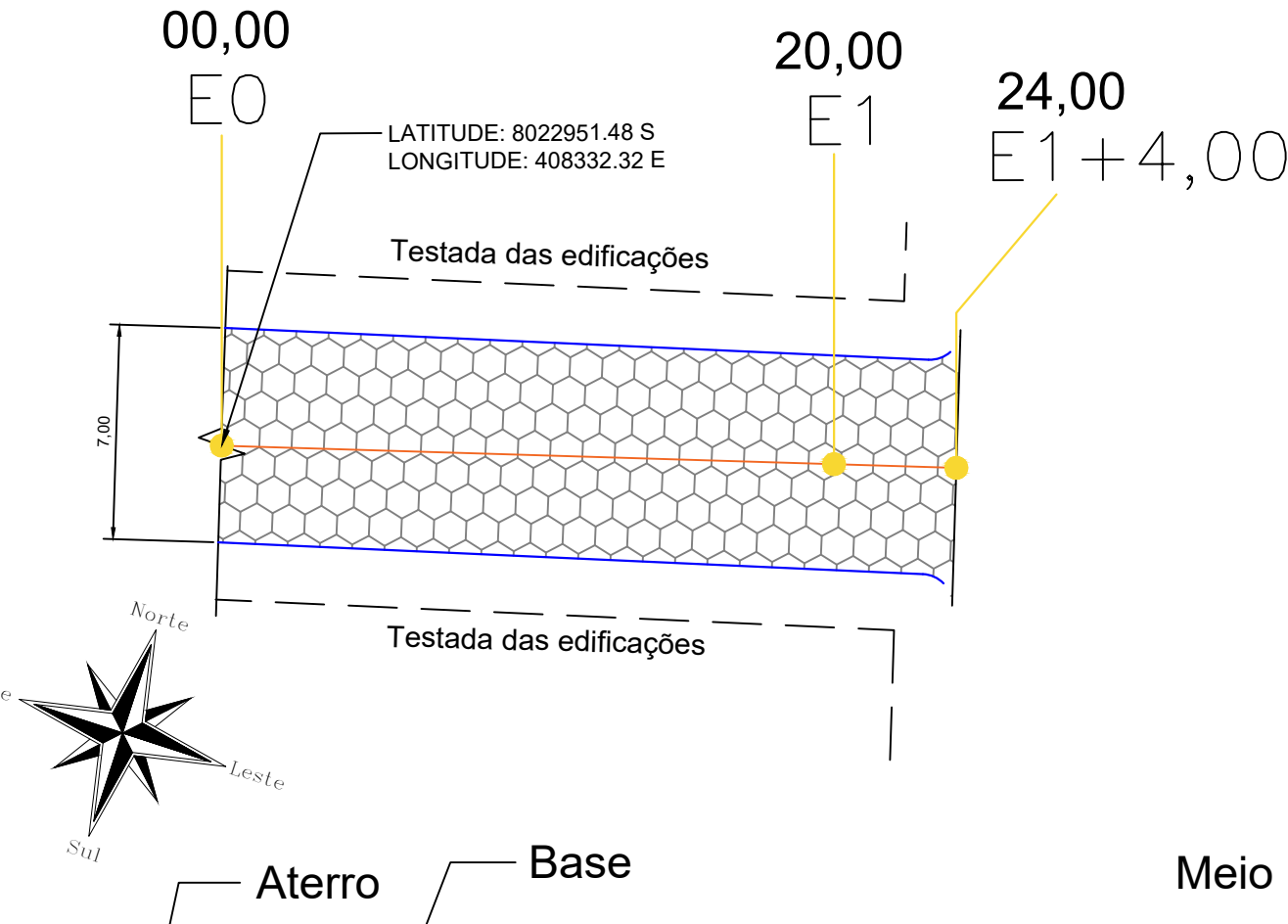


Corte Transversal  
Sem Escala

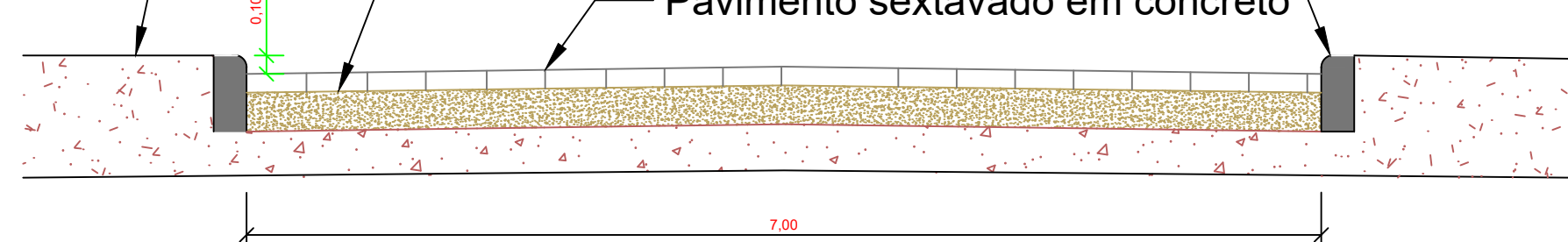
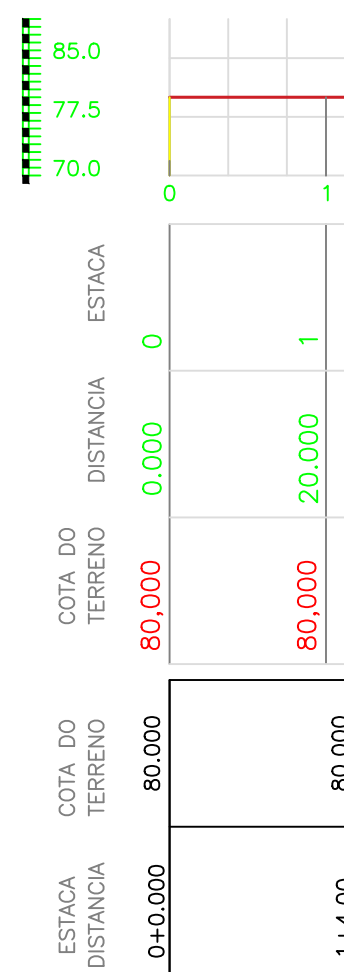
QUADRO DE DIMENSÕES					
LOGRADOURO	PAVIMENTAÇÃO			MEIO-FIO (M)	LIMPA RODAS (M)
	LARGURA (M)	COMPRIMENTO (M)	ÁREA (M²)		
RUA BEIJA FLOR	7,00	24,00	168,00	48,00	-

QUADRO - VOLUME DE CORTE SEÇÃO TRANSVERSAL				
LOGRADOURO	PAVIMENTAÇÃO			
	LARGURA (M)	COMPRIMENTO(M)	ALTURA(M)	VOLUME (M³)
RUA BEIJA FLOR	7,00	24,00	0,23	38,64

ESTAQUEAMENTO - RUA DAS ARARAS  
ESCALA 1:250



Perfil longitudinal - Rua das Araras  
escala 1:750

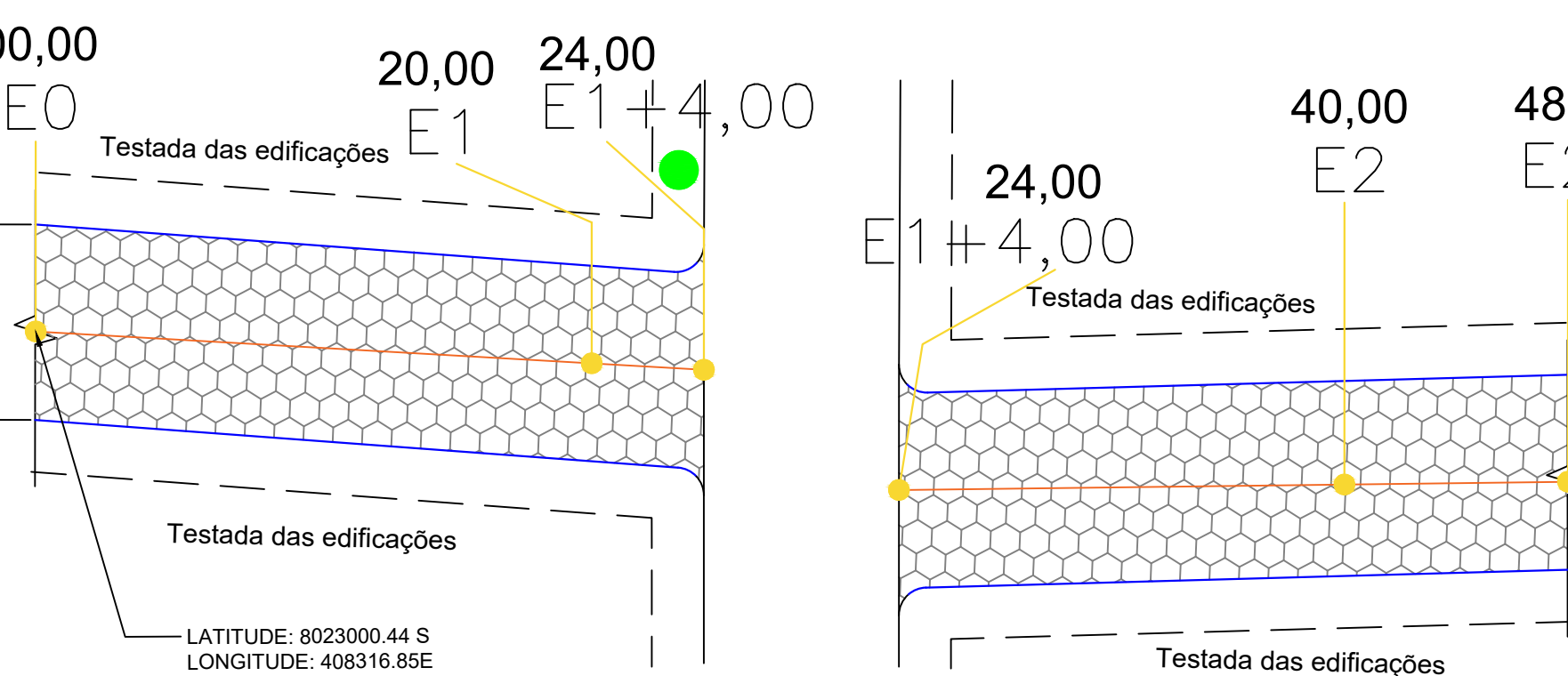


Corte Transversal  
Sem Escala

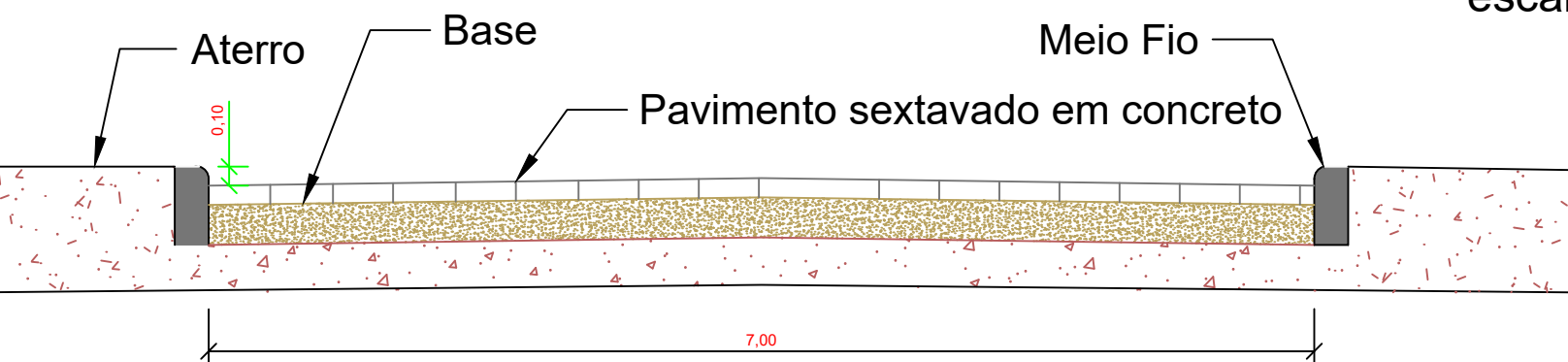
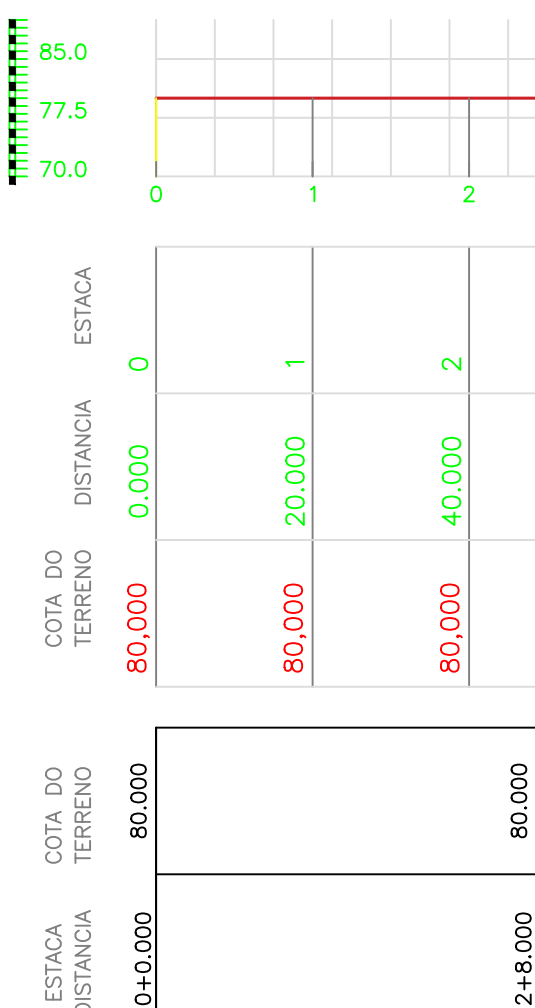
QUADRO DE DIMENSÕES					
LOGRADOURO	PAVIMENTAÇÃO			MEIO-FIO (M)	LIMPA RODAS (M)
	LARGURA (M)	COMPRIMENTO (M)	ÁREA (M²)		
RUA DAS ARARAS	7,00	24,00	168,00	48,00	-

QUADRO - VOLUME DE CORTE SEÇÃO TRANSVERSAL				
LOGRADOURO	PAVIMENTAÇÃO			
	LARGURA (M)	COMPRIMENTO(M)	ALTURA(M)	VOLUME (M³)
RUA DAS ARARAS	7,00	24,00	0,23	38,64

ESTAQUEAMENTO - RUA BEM-TE-VI  
ESCALA 1:250



Perfil longitudinal - Rua Bem-Te-Vi  
escala 1:750

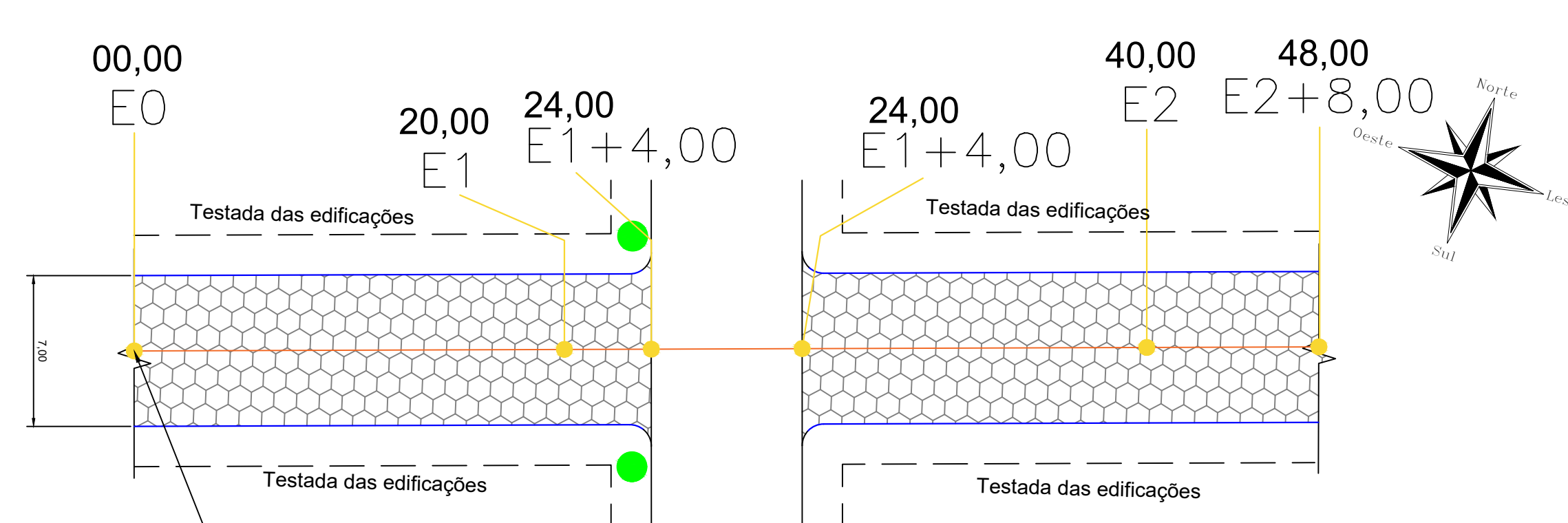


Corte Transversal  
Sem Escala

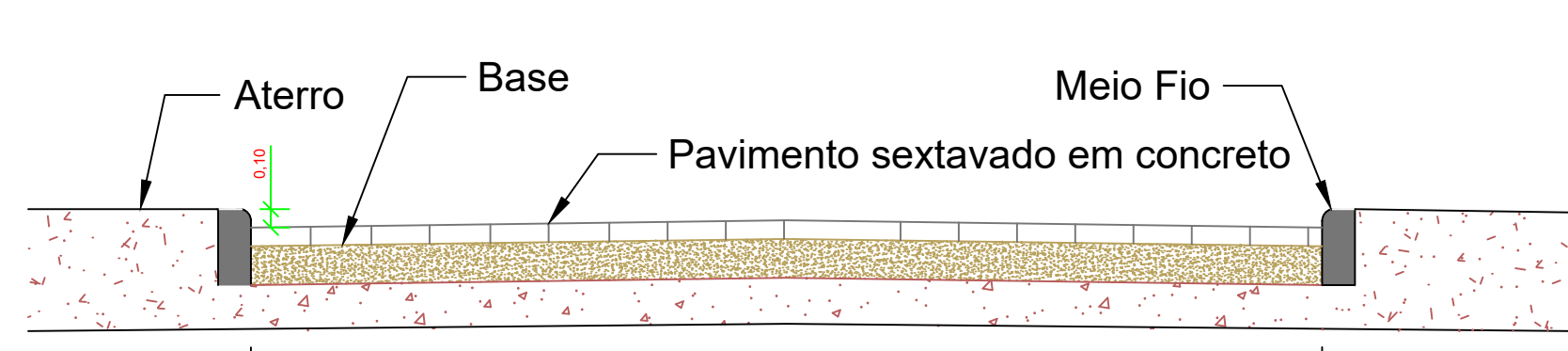
QUADRO DE DIMENSÕES					
LOGRADOURO	PAVIMENTAÇÃO			MEIO-FIO (M)	LIMPA RODAS (M)
	LARGURA (M)	COMPRIMENTO (M)	ÁREA (M²)		
RUA BEM-TE-VI	7,00	48,00	336,00	96,00	-

QUADRO - VOLUME DE CORTE SEÇÃO TRANSVERSAL				
LOGRADOURO	PAVIMENTAÇÃO			
	LARGURA (M)	COMPRIMENTO(M)	ALTURA(M)	VOLUME (M³)
RUA BEM-TE-VI	7,00	48,00	0,23	77,28

ESTAQUEAMENTO - RUA HUDSON GOMES CAMPOS  
ESCALA 1:250



Perfil longitudinal - Rua Hudson Gomes Campos  
escala 1:750



Corte Transversal  
Sem Escala

QUADRO DE DIMENSÕES					
LOGRADOURO	PAVIMENTAÇÃO			MEIO-FIO (M)	LIMPA RODAS (M)
	LARGURA (M)	COMPRIMENTO (M)	ÁREA (M²)		
RUA HUDSON GOMES CAMPOS	7,00	48,00	336,00	96,00	-

QUADRO - VOLUME DE CORTE SEÇÃO TRANSVERSAL				
LOGRADOURO	PAVIMENTAÇÃO			
	LARGURA (M)	COMPRIMENTO(M)	ALTURA(M)	VOLUME (M³)
RUA HUDSON GOMES CAMPOS	7,00	48,00	0,23	77,28

LEGENDA	
	IDENTIFICAÇÃO DE ESTACAS.
	IDENTIFICAÇÃO DE POSTES.
	PAVIMENTO PROJETADO.
	MEIO FIO.
	EIXO DE RUA/ESTAQUEAMENTO

Prefeitura Municipal de Nova Viçosa-BA  
CNPJ: 137.361.531/0001-49  
CEP: 45920-000

TÍTULO: PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO

PROJETO: Estaqueamento

ENDEREÇO: Posto da Mata - Nova Viçosa BA

SECRETÁRIA DE OBRAS:  
ANTÔNIO GABRIEL RODRIGUEZ GONZALEZ  
SECRETARIO MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
DECRETO Nº 1207/2023

RESPONSÁVEL TÉCNICO:  
SHESTEY PINTO FERREIRA  
Data: 09/07/2024 14:36:26 -0300  
Verifique em https://validar.dl.gov.br

SHESTEY PINTO FERREIRA ENGª CIVIL-CREA 3000088016 -BA

PROJETISTA DESENHISTA:  
SHESTEY PINTO FERREIRA

NOTAS:  
\* Todos os elementos fixos estão apresentados em planta através de simbologia e descrito em legenda.  
\* A testada das edificações está apresentada em planta baixa em linha tracejada;

OCUPAÇÃO:	ESCALA:	DATA:	FOLHA:
	INDICADAS	JUNHO/2024	06/06 A1



DMT: Fornecedor pavimento até a obra - Rua do Ribeirão  
1,6 Km



Prefeitura Municipal de Nova Viçosa-BA CNPJ: 137.361.531/0001-49 CEP: 45920-000				
TÍTULO: PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO				
PROJETO: DMT - FORNECEDOR PAVIMENTO ATÉ A OBRA				
ENDEREÇO: Posto da Mata - Nova Viçosa BA				
SECRETARIA DE OBRAS:  ANTÔNIO GABRIEL RODRIGUEZ GONZALEZ SECRETARIO MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS DECRETO Nº 1207/2023				
RESPONSÁVEL TÉCNICO:  SHESTEY PINTO FERREIRA Data: 05/07/2024 10:58:14-0300 Verifique em <a href="https://validar.br.gov.br">https://validar.br.gov.br</a>				
SHESTEY PINTO FERREIRA ENG* CIVIL-CREA 3000088016 -BA				
PROJETISTA DESENHISTA:  SHESTEY PINTO FERREIRA				
NOTAS: * Todos os elementos fixos estão apresentados em planta através de simbologia e descrito em legenda. * A testada das edificações está apresentada em planta baixa em linha tracejada;				
OCUPAÇÃO:	ESCALA: INDICADAS	DATA: JUNHO/2024	FOLHA: 07/07 A1	